



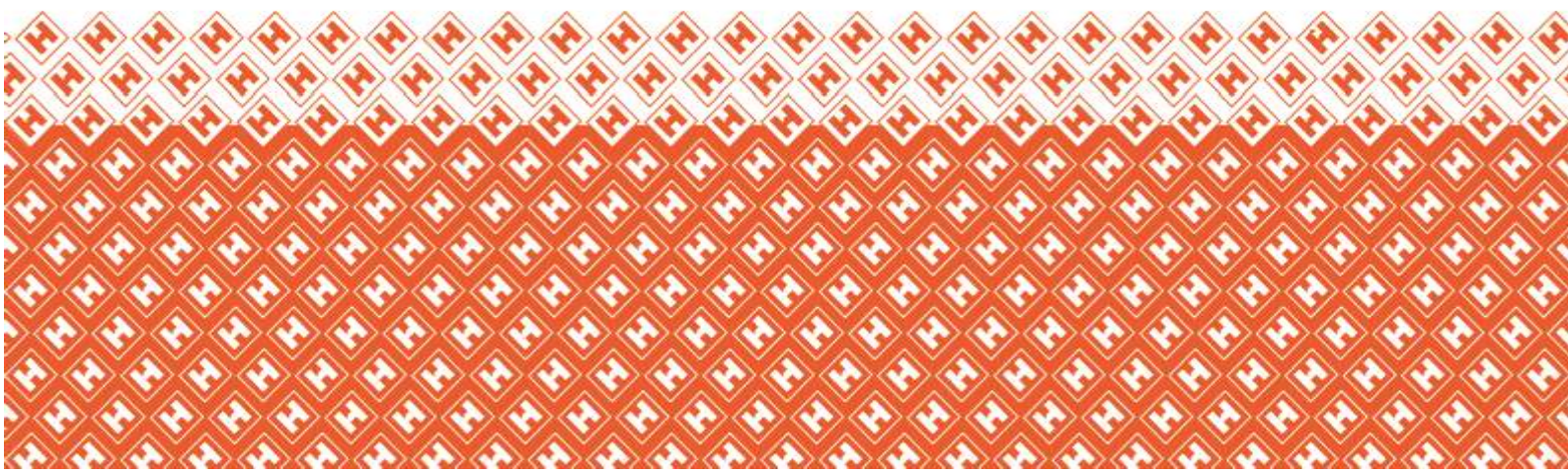
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado Profissional em Ensino de História
(PROFHISTÓRIA)

Josirene Souza Inocêncio de Lucena

**HISTÓRIA DE PESCADORES E PESCADORAS DA PEDRA NEGRA:
uma proposta de educação patrimonial aplicada no ensino de
História**

Recife

2018



JOSIRENE SOUZA INOCÊNCIO DE LUCENA

**HISTÓRIA DE PESCADORES E PESCADORAS DA PEDRA NEGRA:
uma proposta de educação patrimonial aplicada no ensino de
História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História - (PROFHISTÓRIA) - UFPE/UFRPE, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Ensino de História, na linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador: Prof.Dr.Ricardo Pinto de Medeiros

Coorientadora: Prof^a Dra. Juliana Alves de Andrade.

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- L935h Lucena, Josirene Souza Inocêncio de.
História de pescadores e pescadoras da Pedra Negra : uma proposta de educação patrimonial aplicada no ensino de História / Josirene Souza Inocêncio de Lucena. – 2018.
147 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador : Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros.
Coorientadora: Profª. Drª. Juliana Alves de Andrade.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.
1. História – Estudo e ensino. 2. Memória coletiva. 3. Identidade social.
4. Patrimônio cultural. 5. Pesca. I. Medeiros, Ricardo Pinto de (Orientador).
II. Andrade, Juliana Alves de (Coorientadora). II. Título.

907 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-021)

JOSIRENE SOUZA INOCÊNCIO DE LUCENA

**HISTÓRIA DE PESCADORES E PESCADORAS DA PEDRA NEGRA:
uma proposta de educação patrimonial aplicada no ensino de
História**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre Profissional em Ensino de História.**

Aprovada em: 13/11/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.Dr. Ricardo Pinto de Medeiros (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

Prof^ª. Dra. Juliana Alves de Andrade (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

Prof^ª. Dr^ª. Sylvia Costa Couceiro (Examinadora Externa)
Fundação Joaquim Nabuco- FUNDAJ

Dedico este trabalho aos pescadores e pescadoras artesanais de Itapissuma.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois foram tantas as contribuições e incentivos que recebi durante minha trajetória de vida, que fazer só alguns destaques parece-me um tanto difícil. Mas vamos lá:

Agradeço primeiramente ao mar por tudo que representa para mim e para os pescadores. E aos pescadores de Itapissuma, especialmente àqueles que contribuíram para a produção deste trabalho, compartilhando conosco suas histórias e memórias. A paisagem formada pelo conjunto mar e pescadores foi a fonte de inspiração para a realização desta dissertação.

Aos meus familiares, mãe (*in memoriam*), pai, marido e filhos, por todo amor, compreensão, paciência e generosidade; a família é a base sólida que me permite estar sempre de pé para as batalhas.

Aos meus alunos das escolas João Bento de Paiva e Professora Gercina Fernandes Rodrigues, com destaque para os que participaram efetivamente para a produção desta dissertação. E aos companheiros de trabalho das já referidas escolas. Cada um, com seu jeito e habilidade, contribuiu para esta empreitada.

Às minhas grandes amigas de graduação, Carmen Lopes, Luciene Santos, Salete Moraes e Rosana Florêncio, que sempre me incentivaram e acreditaram no meu potencial. Vale destacar a importante participação de Rosana Florêncio nessa minha aventura no PROFHISTÓRIA, pois foi através dela que fiquei sabendo da inscrição para seleção da primeira turma de Pernambuco.

Aos meus companheiros de turma do PROFHISTÓRIA, cujas trocas de experiências e sugestões contribuíram, e muito, para meu desenvolvimento intelectual e profissional. Mas o destaque vai para os companheiros Márcio Lira da Silva (sua carona minimizou muito o meu sofrimento) e para Danielly Francisco dos Santos, que tão bem diagramou a nossa Cartilha.

Ao PROFHISTÓRIA, especialmente à equipe da UFPE, coordenação, secretário e professores, por todos os esforços realizados no intuito de que nós concluíssemos esse mestrado, apesar de todas as dificuldades.

Aos membros da banca examinadora pela disponibilidade e contribuições que só enriqueceram nosso trabalho.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros, uma pessoa espetacular e um profissional extremamente comprometido. Sua orientação e conselhos deram-me a confiança e a calma necessária para a conclusão desta tão importante etapa da minha vida acadêmica. Sou grata também a coorientadora Juliana Alves de Andrade: seu apoio, incentivo e seu jeito meigo e carinhoso também foram de extrema importância.

E por fim, a tantos amigos que fazem parte da minha história e que contribuíram para minha formação, alguns mais presentes no cotidiano, outros nem tanto, porque a dinâmica da vida tratou de os afastar, mas que estão sempre presentes nas minhas memórias afetivas. A todos e a todas meu muito obrigada!

“Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxamos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas”.

(BOSI, 2003, p.19)

RESUMO

Este trabalho tem como temática a cultura da pesca em Itapissuma e como ela pode ser apropriada de maneira positiva pela população, inclusive a escolar, através da educação Patrimonial. A finalidade é apresentar uma experiência pedagógica promovida a partir da articulação entre ensino de história, educação patrimonial e a metodologia da história oral. O projeto foi realizado com alunos do 9º ano do ensino fundamental, na escola pública municipal João Bento de Paiva, em Itapissuma. O objetivo geral foi problematizar e evidenciar a cultura da pesca como patrimônio cultural. Os conceitos de memória coletiva e de identidade coletiva serviram como base para nosso trabalho. Essa experiência possibilitou aos alunos realizar uma atividade pedagógica em outros espaços de memória, ter contato com uma técnica de produção de fontes históricas e com pessoas da comunidade, ampliando, dessa forma, a percepção sobre a escrita da história e o patrimônio cultural. A partir dos resultados das entrevistas, produzimos uma cartilha que objetivamos ser utilizada como um material pedagógico sobre a cultura da pesca em Itapissuma. Juntos, professora, alunos e comunidade, representada pelos pescadores/as, construímos conhecimento histórico sobre a história e a cultura do nosso lugar, chamado Itapissuma – Pedra Negra em tupi.

Palavras chaves: Ensino de História. Memória e identidade. Espaços de memória. Patrimônio. Pesca.

ABSTRACT

This work has as its theme the fishing culture in Itapissuma and how it can be positively appropriated by the population, including school, through heritage education. The purpose is to present a pedagogical experience promoted from the articulation between history teaching, patrimonial education and the methodology of oral history. The project was carried out with 9th grade elementary school students at the João Bento de Paiva municipal public school in Itapissuma. The general objective was to problematize and highlight the culture of fishing as a cultural heritage. The concepts of collective memory and collective identity served as the basis for our approach. This experience made it possible for the students to carry out a pedagogical activity in other spaces of memory, to have contact with a technique of production of historical sources and with people of the community, thus broadening the perception about the writing of history and the cultural patrimony. From the results of the interviews we produced a booklet that we aimed to be used as a pedagogical material about the fishing culture in Itapissuma. Together, a teacher, students and community, represented by fishermen, we build historical knowledge about the history and culture of our place, called Itapissuma - PedraNegra in Tupi.

Key words: Teaching History. Memory and Identity. Memory spaces. Heritage. Fishing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Mapa de Itapissuma.....	26
Figura 1-	Protesto dos pescadores de Pernambuco contra a discriminação do pescador e a degradação ambiental no Recife.....	31
Mapa 2 -	Mapa de localização da APA de Santa Cruz.....	36
Figura 2 -	Movimento de Lanchas e Jet-Skis no Canal de Santa Cruz – 2005.....	37
Figura 3 -	Movimento de Lanchas e Jet-Skis no Canal de Santa Cruz- 2018.....	38
Figura 4 -	Movimento de Lanchas, Jet-Skis e Catamarãs no Canal de Santa Cruz- 2017.....	38
Mapa 3-	Municípios de Pernambuco com Colônias e/ou associações de pescadores.....	40
Figura 5 -	Pesca de Mangote em Itapissuma em 2017.....	45
Figura 6 -	Pescadores no canal de Santa Cruz em baiteira motorizada.....	46
Figura 7-	Pescador Adelmo sendo entrevistado, sentado na sua baiteira.....	46
Figura 8 -	Mulher extraíndo ostras das raízes do mangue.....	46
Quadro 1-	Planejamento: Projeto de educação patrimonial e ensino de história	68
Quadro 2-	Planejamento: Etapas do projeto realizadas fora do ambiente da sala de aula.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produção Pesqueira por Espécie – Itapissuma, 1999,2002 e 2003.	30
Tabela 2- Pesca Extrativa, em toneladas, segundo as principais espécies marinhas de Pernambuco – 2007.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
FADURPE	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAEP	Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PCN'S	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
RGP	Registro Geral da Pesca
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Aquicultura
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UNESCO *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

TCF- Trabalho de Conclusão de Fundamental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA DA PESCA EM ITAPISSUMA.....	20
2.1	HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	20
2.2	CULTURA DA PESCA EM ITAPISSUMA	24
3	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA ORAL E ENSINO DE HISTÓRIA... 	49
3.1	O PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	50
3.2	A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A HISTÓRIA ORAL.....	58
3.3	ENSINO DE HISTÓRIA	62
4	UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: ARTICULANDO A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL.....	67
4.1	PRIMEIRA ETAPA - OBSERVAÇÃO	70
4.1.1	Sequência didática realizada no 9º A	70
4.1.2	Sequência didática realizada no 9º B	76
4.2	SEGUNDA ETAPA - REGISTRO	79
4.3	TERCEIRA ETAPA- EXPLORAÇÃO	81
4.4	QUARTA ETAPA – APROPRIAÇÃO: A CARTILHA.....	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PESCADORES..	97
	APÊNDICE B- MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE DEPOIMENTO ORAL.....	99
	APÊNDICE C- FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO	101
	APÊNDICE D – CARTILHA.....	103

1 INTRODUÇÃO

Em 2008, concluímos o curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. No final de 2008, participamos do concurso público para professores da rede estadual de ensino de Pernambuco, cargo que passamos a ocupar no início de 2009. Fizemos especialização em Psicopedagogia Institucional, concluindo em 2012. No final de 2012, prestamos concurso público para o cargo de professor de História da rede municipal de Itapissuma, cargo que assumimos em setembro de 2013, passando a lecionar na escola municipal João Bento de Paiva. Pedimos remoção na rede estadual para a Escola Gercina Fernandes Rodrigues e passamos a lecionar em duas escolas do mesmo município. Ao iniciarmos nosso trabalho em Itapissuma, percebemos logo que o canal de Santa Cruz era muito mais do que apenas uma bela paisagem; era a fonte de renda de uma parcela considerável da população desta cidade e um espaço de sociabilidade.

Quando o PROFHISTÓRIA apresentou o desafio de propormos uma intervenção didática, ou criarmos um material didático, tivemos a certeza de que a pesca artesanal seria o tema da nossa dissertação. Essa certeza vinha da constatação de que a pesca faz parte do cotidiano de Itapissuma, mesmo daqueles que não sobrevivem diretamente dela.

Foi, então, a partir da constatação de que parte considerável da população de Itapissuma sobrevive da pesca e da extração de crustáceos, no canal de Santa Cruz, que desenvolvemos o interesse de trabalhar a história e a cultura local. Muitos de nossos alunos são de famílias de pescadores e marisqueiras, sendo que alguns deles também estão envolvidos nesse trabalho, seja na extração ou na venda. Nossa proposta visa valorizar a cultura da pesca como um dos maiores patrimônios culturais da cidade de Itapissuma, registrando e divulgando as histórias de pescadores, suas vivências, seus saberes e fazeres. Para tanto, articulamos a

metodologia da história oral (ALBERTI, 2004) através da realização de entrevistas semiestruturadas, com a da Educação Patrimonial, (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Acreditamos que esse tema possui relevância tanto no aspecto social, quanto historiográfico e pedagógico, pois trata do registro de uma memória social, entendendo o canal de Santa Cruz como um lugar de apoio da memória (POLLAK, 1992).

Nosso objetivo geral é problematizar e evidenciar a relevância da cultura da pesca como elemento histórico-cultural a ser reconhecido, valorizado, registrado, divulgado e patrimonializado, contribuindo assim para o registro da história e da cultura local e para a abordagem do tema patrimônio cultural no ensino de História.

Até que ponto a cultura da pesca é reconhecida como um importante elemento da cultura e da história local de Itapissuma? O que fazer para que a cultura da pesca seja reconhecida como um patrimônio cultural imaterial? Quais as possibilidades efetivas da aplicação da estratégia pedagógica da história oral ativa para alcançarmos nossos objetivos?

É de extrema importância o desenvolvimento de trabalhos em educação patrimonial que promovam investigação, registro e divulgação das narrativas, saberes e fazeres dos pescadores de Itapissuma como elementos do patrimônio cultural local. A estratégia de realizar uma ação de educação patrimonial no ensino de história parece ser um dos caminhos que possibilita a efetivação de tais objetivos.

No aspecto metodológico, escolhemos associar a metodologia da história oral com a da educação patrimonial. Para tanto, foi aplicada a metodologia da história oral ativa como prática pedagógica (Santhiago; Magalhães, 2015). Na denominada pedagogia da história oral ativa, os alunos são mobilizados a realizarem as entrevistas, entrando em contato direto com as fontes históricas, os sujeitos históricos, narradores de suas histórias e experiências. Seguindo essa estratégia, buscamos envolver os alunos da escola João Bento de Paiva no processo de investigação e registro das histórias dos pescadores e pescadoras de Itapissuma, fruto das suas experiências na pesca artesanal. Assim esperamos evidenciar os pescadores como sujeitos históricos e importantes fontes da história da cidade. Transformamos seus relatos (fontes orais) em fonte escrita, através da produção de uma cartilha, que consideramos um recurso pedagógico a ser utilizado em aulas de

educação patrimonial. Acreditamos, dessa forma, contribuir para que a pesca artesanal seja reconhecida como um patrimônio cultural imaterial.

Ao investigar sobre o trabalho de pesca, queremos compreender qual a representação que os pescadores e pescadoras entrevistados/as desenvolveram sobre a pesca e a relação deles com o canal de Santa Cruz. Ao mesmo tempo, pretendemos que os alunos possam refletir, a partir dos relatos de seus entrevistados, sobre a realidade e a cultura local. Desta forma, desenvolver empatia e sensibilidade pelas questões socialmente vivas que delas emergem, fortalecendo sua consciência histórica e social. Nos propomos, também, a verificar quais as possibilidades efetivas de aplicação do modelo pedagógico da história oral ativa com alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Algumas reflexões realizadas por Veiga-Neto (2003), ao analisar a relação entre cultura e educação, nos são bastante pertinentes para pensar a nossa escolha dos aspectos culturais que permeiam os saberes e fazeres dos pescadores. Concordamos quando ele afirma que: “assiste-se atualmente a um crescente interesse pelas questões culturais, seja nas esferas acadêmicas, seja nas esferas políticas ou da vida cotidiana” (VEIGA-NETO, 2003, p.5). Segundo o autor, houve o que ele denomina de “virada cultural” quando a cultura passou a ser considerada central, pois perpassa tudo que acontece, incluindo as representações que fazemos desses acontecimentos.

Na perspectiva de contribuir para essa “virada cultural”, fizemos nossas escolhas por trabalhar no campo da Educação Patrimonial, com as histórias de pescadores, utilizando como principal metodologia de pesquisa a história oral, utilizando-a como uma estratégia de ensino-aprendizado denominada por Santhiago e Magalhães (2015) de modelo pedagógico da história oral ativa. Objetivamos envolver os alunos em um projeto do qual eles foram os protagonistas, à medida que participaram do processo de elaboração do roteiro, escolha dos entrevistados, realização das entrevistas e seleção dos trechos que serão divulgados em uma cartilha. Dessa forma, contribuímos para o registro da história e cultura locais, à medida que direcionamos nossa abordagem para a escrita da chamada história imediata ou história do tempo presente.

Gostaríamos de salientar a evidente relação entre o ensino de História e a educação patrimonial que, por sua vez, não compreendemos como restrita a

professores do campo da História, pois seu caráter é eminentemente interdisciplinar ou transdisciplinar. Essa relação é muito bem colocada por Salvadori (2014), ao considerar que aulas de História proporcionam condições privilegiadas para ações patrimoniais de preservação da memória e promoção da cidadania.

Nossa dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, abordamos a relação entre história, memória e identidade e apresentamos algumas informações básicas sobre a cultura da pesca, especificando a pesca artesanal em Itapissuma. Foi dado ênfase aos aspectos do que se convencionou chamar de *memória coletiva*, pois entendemos que as histórias dos pescadores e marisqueiras, mais do que resultados de suas lembranças individuais, são frutos de uma memória coletiva que representa aspectos culturais e históricos importantes. Quisemos evidenciar a participação dos pescadores/as como sujeitos históricos que, com coragem e luta, vencem a batalha da sobrevivência, enfrentando as dificuldades, contando com a ajuda do canal de Santa Cruz, considerado uma *“mãe, que não coloca ninguém para fora, só recebe”*, como disse a entrevistada Joana Mousinho (Mousinho, 2017).

No segundo capítulo, discutiremos os pressupostos teóricos e metodológicos do que vem a ser a educação patrimonial e a história oral e como a união delas pode ser bastante profícua, contribuindo para o enriquecimento do ensino de História. No caso da metodologia da história oral aplicada ao ensino de História, seguimos os princípios defendidos por Santhiago e Magalhães (2015).

Apresentamos, no terceiro capítulo, um relato da aplicação de nossa proposição didática: um projeto pedagógico no qual articulamos educação patrimonial, história oral e ensino de História. A atividade foi dividida em quatro etapas, tentando adaptar nossa proposta às etapas propostas pelo guia básico de educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Primeira, a da observação: preparação-sensibilização para a realização das entrevistas; segunda, a de registro: trabalho de campo - realização das entrevistas; terceira, da exploração: análise e transcrição das entrevistas, escolha dos trechos a serem divulgados. E a quarta e última, a da apropriação: produção e divulgação da cartilha, como também o reconhecimento, por parte dos alunos, da importância das histórias, práticas e fazeres dos pescadores e pescadoras como patrimônio cultural imaterial de Itapissuma.

A atividade foi realizada com duas turmas de fundamental - 9º ano, da Escola Municipal João Bento de Paiva, no segundo semestre de 2017. A etapa de preparação para a realização da atividade foi realizada durante as aulas de História. A participação na fase de realização das entrevistas foi opcional e valeu nota substitutiva à da avaliação escrita do terceiro bimestre. Houve a participação de 58 alunos nas atividades realizadas na sala de aula; a partir da segunda etapa, participaram 42, que optaram por colaborar na realização das entrevistas. Os demais alunos (16) preferiram a tradicional avaliação escrita, com conteúdos de História vistos durante a unidade. Para realizar as entrevistas, os alunos formaram equipes, a maioria delas compostas por cinco membros.

O resultado da atividade foi utilizado para a elaboração de uma cartilha sobre os elementos da cultura da pesca, evidenciados através dos relatos dos entrevistados. A partir dos questionamentos elencados, criamos os temas e subtemas que compõem esse material didático. Os trechos das entrevistas que compõem o texto da cartilha foram escolhidos com a contribuição dos alunos, que receberam a transcrição da entrevista para selecionar as partes que consideraram mais pertinentes a fazer parte da cartilha. As imagens que ilustram o material foram produzidas a partir de registros fotográficos feitos pelos alunos, em celulares, durante a realização da atividade de campo. Algumas imagens utilizadas também foram contribuições de outra atividade pedagógica desenvolvida no mesmo período, numa turma de EJA- Educação de Jovens e Adultos, Fase IV(8º e 9º), na Escola Gercina Fernandes Rodrigues, na qual orientamos um Trabalho de Conclusão do Fundamental - TCF sobre a Colônia de Pescadores Z-10. A cartilha apresenta um texto de múltiplas vozes e autorias, sendo protagonistas os pescadores e as pescadoras; os alunos e a professora.

2 HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E CULTURA DA PESCA EM ITAPISSUMA

“Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito.”

(BOSI, 1994, p. 21)

2.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Para compreendermos melhor a relação entre História e memória, bem como desta para a formação e consolidação da chamada identidade coletiva, trouxemos algumas das reflexões de autores do campo da História e da Psicologia Social que se dedicaram ao estudo da memória, sendo eles Pollak (1992), Lowenthal (1998), Le Goff (1982) e Bosi (2003). O que nos levou a considerar pertinentes suas análises, nesse nosso estudo, foi o ponto de encontro de todos no que se refere ao entendimento da memória como um fenômeno tanto individual quanto social, pois consideramos fundamental a compreensão da chamada memória coletiva para o nosso estudo com os pescadores e marisqueiras de Itapissuma, uma vez que entendemos que suas histórias estão entrelaçadas como uma rede de pesca: relatos que se encontram num lugar de memória chamado canal de Santa Cruz.

Iniciemos destacando algumas das considerações de Lowenthal (1998) sobre a intrínseca relação entre História e memória. Para ele a memória é um dos três caminhos ou fontes para conhecermos o passado, juntamente com a História e os fragmentos do passado (reliquias). Ao analisar especificamente a relação entre História e memória, o autor destaca que ambas são processos de introspecção, cujas fronteiras são tênues. Destaca que a memória não é menos residual que a História, pois por maiores que sejam as recordações, são meros lampejos do que foi o todo vivido. Uma de suas reflexões merece destaque na íntegra: “a erosão do tempo afeta tristemente o que resta das lembranças” (Lowenthal, 1998, p. 74).

Segundo Lowenthal (1998), as lembranças sustentam o sentido de identidade e são acomodadas às necessidades do presente. Pois: “relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade” (Lowenthal, 1998, p.83). Esse passado relembrado é tanto individual quanto coletivo, pois as lembranças são

continuamente complementadas pelas recordações dos outros, seja para confirmá-las, seja para dar continuidade. Uma lembrança muito pessoal, que não foi compartilhada, é muito mais suscetível de ser esquecida, ou é evocada com mais dificuldade. Sobre o aspecto da condição de confirmação, o autor defende a concepção de que uma lembrança, seja ela falsa ou verdadeira, está de alguma forma relacionada ao passado, não sendo, pois, nenhuma memória de todo enganosa; lembrar-se de algo é simplesmente levantar a possibilidade de ter sido de fato como se recorda. Sobre a memória afetiva, ele afirma que é esta que traz à tona recordações com maior intensidade, revelando um passado mais vívido e rico.

O papel da memória na construção do conhecimento histórico, bem como da consolidação de identidades é de extrema relevância como bem definiu Pollak:

...a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Pollak (1992) destaca que a memória individual e/ou coletiva é constituída por acontecimentos, pessoas/personagens e lugares. Os acontecimentos podem ser considerados tanto os vividos pessoalmente, quanto os vividos pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer, acontecimentos que nem sempre a pessoa participou, mas que, por ter grande importância para a coletividade, tomam conta do imaginário a ponto de não se poder ao certo saber se o indivíduo deles participou ou não; são vividos por tabela, tornam-se parte de uma memória herdada por meio da socialização política ou histórica. Assim como as pessoas/personagens que podem ser tanto os encontrados no decorrer da vida, como também os conhecidos indiretamente, pois de tanta representatividade, algumas pessoas/personagens passam a ser quase como conhecidos. Os lugares também estão ligados às lembranças pessoais ou públicas, lugares de memória, lugares de apoio da memória, lugares de comemoração no aspecto mais público da pessoa.

Le Goff (1982), ao considerar o aspecto social da memória e seus usos, afirmou que a memória coletiva é também um instrumento de poder na luta pelo domínio da recordação e da tradição, no que ele denomina de manipulação da memória, e apela para que essa memória coletiva possa ser instrumento de libertação.

Um aspecto que consideramos essencial no trabalho com relatos de memórias, como uma forma de se conhecer o passado, foi indicado por Bosi (2003). A autora chegou à importante constatação de que o sujeito mnemônico, mais do que lembrar, evoca, e enquanto evoca, revive com uma intensidade nova suas experiências; a rememoração é também intuição de um presente desvendado que faz o sujeito psiquicamente e até somaticamente rejuvenescido. Concluímos então que ouvir relatos orais, buscar no baú das memórias, fazer sujeitos visitarem seu passado e escolherem o que trazer à tona para presentear seu interlocutor, representam um exercício de valorização do ser, sendo uma contribuição para afirmação de identidades individuais e coletivas, fortalecendo vínculos de pertencimento e enraizamento.

Para Bosi (2003), é do vínculo com o passado que se extrai a força para a formação da identidade. E trabalhar com memória é trabalhar com o tempo vivido, contado pela cultura e pelo indivíduo. Ela considera ainda que o tempo social chega a superar o individual, pois a percepção coletiva abrange de tal forma o pessoal, que tira sua substância e estereotipa o sujeito. Para a autora, o conjunto das lembranças também é uma construção social do grupo em que a pessoa vive, coexistindo elementos escolhidos e rejeitados no ato de rememorar.

Sendo assim, devemos levar em consideração que o ato de rememorar envolve questões referentes à seletividade, disputas, esquecimentos e silêncios, questões estas pontuadas pelos autores citados. Sobre a seletividade da memória, destacamos a observação de Lowenthal (1998), que considera que a eficácia da memória não está em ser enciclopédica, mas altamente seletiva, pois também é importante esquecer aquilo que não é importante.

Pollak (1989), por sua vez, também chama a atenção para os processos de negociação que buscam conciliar a memória coletiva e as memórias individuais, destacando as batalhas da memória, silêncios e esquecimentos. Esclarece que existem nas lembranças silêncios e “não-ditos” e as fronteiras entre estes e os esquecimentos definitivos e o reprimido inconsciente não são bem estabelecidas, estando em constante deslocamento, podendo um passado que permanece mudo ser mais um trabalho de gestão da memória, de acordo com as condições de comunicação, do que resultado de um esquecimento. E segundo Bosi (2003), cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Diante das considerações até então apresentadas, reconhecemos na transmissão e permanências das histórias/memórias um modo operante de construção de uma identidade cultural coletiva, que contribui para compor uma consciência histórica (CERRI, 2011). Nesse aspecto, Martins (2004) afirma que assim como a memória, a identidade também é uma construção social sujeita a redefinições no tempo, negociações e disputas. Consideramos, portanto, que rememorar é potencialmente um instrumento de resistência, denúncia, libertação, clamor, reivindicação, desabafo... Ao se colocar e refletir sobre sua vida e sobre sua sociedade, o sujeito mnemônico é convidado a refletir e questionar o rumo das suas histórias individuais e coletivas.

Compreender aspectos da construção de identidades coletivas, além de envolver a relação entre história e memória, também remete à compreensão da ideia de representação social. Na área da psicologia social, uma contribuição muito pertinente para o entendimento desse conceito é a de Serge Moscovici (2009) que a considera para além de um conceito, um fenômeno. Para Moscovici (2009), as representações sociais correspondem a um sistema de caráter dinâmico de valores, ideias e práticas que orientam um indivíduo no seu mundo material e social, possibilitando a comunicação entre os membros de uma comunidade, correspondendo tanto a uma substância simbólica que a elabora, como à prática específica que produz essa substância. Bittencourt (2009) chama a atenção dos professores para a eficiência da representação social que, enquanto produto, está em constante processo de transformação, devendo ser levada em consideração na construção do saber escolar criado e definido no contexto da aprendizagem.

Relacionando as concepções até então abordadas, entendemos que os grupos sociais constroem memórias e identidades coletivas, elaborando a partir delas representações sociais compartilhadas por seus participantes, porém essas não são estáticas, muito pelo contrário, são constantemente revisitadas, reconstruídas, reelaboradas, atualizadas, a partir da criação e assimilação de novos elementos. Ou seja, tradição, transmissão de saberes e fazeres não implicam em engessamento cultural, pois a cultura é algo dinâmico, portanto vivo.

Acreditamos que já ficou evidente que, ao escolhermos trabalhar com as histórias de pescadores e pescadoras, defendemos a perspectiva de estarmos

trabalhando com os conceitos de memória e identidades coletivas, bem como com o fenômeno das representações sociais.

2.2 CULTURA DA PESCA EM ITAPISSUMA

Em Itapissuma (do tupi pedra negra), reconhecemos como um lugar de memória o canal de Santa Cruz. Lugar que “matou a fome” de muita gente, ajudou a criar inúmeras crianças, ensinou que é preciso temer/respeitar a natureza; lugar que assustou e salvou tanta gente, que para muitos é uma mãe, como declara a pescadora Joana Mousinho, também presidente da colônia de pescadores.

...É uma mãe, depois da minha, não é? O canal de Santa Cruz, porque é a grande firma que a gente tem em Itapissuma. Porque não bota ninguém para fora, só recebe, não é? É porque da pesca, só sai quem quer. O canal não diz assim: “deixe de pescar”. Sai quem quer. E quanto mais vem gente, ou pouco ou muito, mais traz. Ninguém passa fome, não é? Aí, eu tenho muito orgulho da minha cidade e desse canal.

(MOUSINHO, 2017)

Ramalho (2002; 2007) destaca que, desde a colonização, nativos e mestiços passaram a ocupar áreas que não interessavam para o cultivo da lavoura de cana de açúcar, formando pequenas aldeias e dando uma ocupação socioeconômica ao litoral. Nessas pequenas comunidades, a população vivia com certa “autonomia social”, enquanto dependia dos ciclos naturais e do conhecimento profundo sobre a natureza, relação que envolvia simbolismos e até mesmo uma linguagem específica.

Entendemos que a história dos pescadores no Brasil Colônia esteve diretamente ligada à história dos grupos oprimidos daquela sociedade, especialmente os índios e os escravos africanos. (SILVA, L.G; 1988). Vale pontuar que a pesca já era a principal atividade econômica, junto com a caça, dos nativos que habitavam o litoral brasileiro. Somaram-se a esses os escravos, geralmente de aluguel ou de ganho, e os brancos livres e pobres. Índios e escravizados africanos eram forçados a se especializar na atividade pesqueira para fornecer peixe às populações dos engenhos, sendo a atividade da pesca muito significativa como fonte de alimentação desde os primeiros tempos de colonização do Brasil.

Observando as condições socioeconômicas atuais, numa época de constantes crises econômicas e altos índices de desemprego, o canal de Santa Cruz continua sendo a principal alternativa de renda para uma parcela considerável da população local e de outras localidades. Em Itapissuma, a atividade da pesca artesanal corresponde à principal fonte de renda de 70% da população local (PIRES; ALBUQUERQUE; JUSTE, 2015, p. 121).

Localizado no litoral norte pernambucano, o canal de Santa Cruz é um braço de maré, um ambiente estuarino. O estuário é um corpo de água costeiro, semifechado, conectado com o mar aberto, onde ocorre a mistura da água salgada do mar com a água doce dos rios que nele desembocam. O canal de Santa Cruz divide a área continental de Pernambuco da Ilha de Itamaracá (do tupi pedra que canta). Fica a 54 km de Recife, capital do estado, com 5,3 mil hectares de área estuarina e manguezais. Na área continental, abrange os municípios de Igarassu, Itapissuma e Goiana e tem 22 km de extensão. Nele desembocam os rios Igarassu, Congo, Carrapicho, Botafogo, Catuama, e o Paripe, este último localizado na Ilha de Itamaracá (QUINAMO, 2006). Costuma-se denominar o canal, de “maré”. Maré seria o termo utilizado para designar todo o ambiente do manguezal, submetido ao fluxo das marés, ou seja, mudanças do nível das águas do mar (maré cheia, maré baixa, vazante, maré morta). Sobre essa especificidade destacamos a afirmação de Quinamo:

Entre os pescadores e pescadeiras de Itapissuma, a palavra “manguezal” pode ter o mesmo sentido da palavra “mangue”, que eles utilizam indistintamente, tanto para designar a vegetação de mangue, como para designar o próprio ecossistema onde esta vegetação ocorre - que eles também chamam de “maré”.

(QUINAMO, 2006, p. 31)

Itapissuma foi gradativamente de aldeia a povoado, depois vila (fundada em 1588 por padres franciscanos), distrito (lei municipal nº 11, de 31 de novembro de 1892) até ser elevada a município (lei estadual nº 8952, de 14- de maio de 1982). Com uma área de 74,235 km² (figura 1) o município é constituído pelo distrito sede e pelo povoado de Botafogo.

Mapa 1- Mapa de Itapissuma



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Itapissuma>. Acesso em 06 de março de 2017.

Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - de 2010, a população itapissumense era de 23.769 habitantes, sendo 12.007 homens e 11.762 mulheres, divididos entre uma população urbana de 18.320 (77,08%) e rural de 5.449 (22,92%). O Índice de desenvolvimento Humano - IDH é de 0,633 (nível médio) e a densidade demográfica de 320,19 hab/km². Para 2017 a estimativa do IBGE era de uma população de 26.338 habitantes.¹

Foi a partir do século XX que o desenvolvimento industrial e as instalações das usinas intensificaram o processo de desenvolvimento urbano e de degradação ambiental. Atualmente, temos nas proximidades do município de Itapissuma, a Usina São José, localizada no município de Igarassu, cujo funcionamento datado início do século XX. Segundo registros, a primeira moagem na usina São José foi em

¹ IBGE- Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma>. Acesso em 27 de fevereiro de 2017.

1906, na época denominada de Usina Coelho. Foi em 1952 que a usina passou a ser denominação de São José Agroindustrial S.A. Atualmente é uma das maiores indústrias produtoras de açúcar, etanol e energia elétrica do estado de Pernambuco. Segundo informações divulgadas no site oficial, a Usina São José assumiu suas responsabilidades socioambientais, realizando ações com o objetivo de minimizar os impactos ambientais.²

Especificamente em Itapissuma temos atualmente três indústrias de grande porte em funcionamento. A ALCOA, que instalou uma de suas filiais no município em 1981, produzindo tampas plásticas para bebidas, perfis e esquadrias de alumínio, chapas, bobinas, telhas e folhas de alumínio. Em 2014, foi inaugurada, na zona rural de Itapissuma, uma unidade produtiva da AMBEV, a maior do Norte e Nordeste, possuindo quase mil empregados³. Em 2015 foi a vez da Itaipava, gerando mil empregos diretos⁴. Além das indústrias em atuação citadas, Itapissuma possui outras empresas de pequeno porte e um pequeno comércio. Segundo dados do IBGE, no ano de 2015, Itapissuma possuía um total de 189 empresas no cadastro central de empresas, destas 185 atuantes, com 4.845 pessoas ocupadas.⁵

Já na área rural, segundo o censo agropecuário de 2006, são 60 estabelecimentos agropecuários cadastrados que equivalem a uma área de 701 hectares, 21 estabelecimentos de lavouras permanentes e 55 de lavouras temporárias; o principal produto agrícola cultivado é a mandioca (3.216 toneladas em 2006), já na pecuária, os dados apresentados não são expressivos⁶.

Em relação às condições socioeconômicas da população de Itapissuma, destacamos as questões do nível educacional e da pobreza. Segundo dados do IBGE de 2003, 71,22% da população de Itapissuma ainda vivem em situação de

² Disponível em :www.usinasaojose.com.br Acesso em 05 de março de 2018

³<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2014/03/11/ambev-inaugura-sua-maior-fabrica-do-norte-e-nordeste-em-itapissuma-120981.php>. Acesso em 11/02/2018

⁴http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2015/04/16/internas_economia,571921/grupo-petropolis-inaugura-fabrica-da-itaipava-no-estado-nesta-sexta-feira.shtml. Acesso em 11 de fevereiro de 2018

⁵ Disponível em :<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/pesquisa/19/29761>. Acesso em 06 de março de 2018.

⁶<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/pesquisa/24/27745>. Acesso em 14 de março de 2018

pobreza. Para garantir o sustento, parte considerável da população recorre à atividade pesqueira, muitas vezes se fazendo necessária a participação efetiva de todos os membros da família, até mesmo das crianças. Tendo em vista a dinâmica do trabalho na pesca, atribui-se que esta venha a dificultar a permanência na escola. De acordo com Ramalho (2002), Furtado e Leitão (2011), a atividade da pesca seria um dos motivos para que parte da população não consiga concluir a educação básica. Fator que também constatamos nas nossas entrevistas, pois apenas quatro, de quatorze entrevistados, terminaram o ensino médio, e a maioria não chegou a concluir o ensino fundamental. Dentre os entrevistados destacamos o relato de dois:

Comecei a estudar, mas o negócio começou a apertar muito. Muita gente dentro de casa e pai só era quem trabalhava, aí não tinha condição de segurar tudo não, aí o jeito que teve foi todo mundo cair na maré. Aí desde os dez anos era tirar sururu, ostra, aí pronto, de lá para cá foi mais maré... Não tive outras oportunidades. Porque para estudar antigamente era mais difícil, o governo bem dizer não dava nada. Hoje o governo dá tudo, tudo, o governo dá...

(CORDEIRO, 2017)

Era muito difícil. Eu nasci e me criei... Muito pequenininha ia com meu pai para a maré. E pesquei muito e vivi a infância, foi infância, adolescência, foi tudo a maré, não é?... Não estudei, nunca estudei, não teve jeito. Não tive condições.

(FERREIRA, 2017)

Também observamos que muitos de nossos alunos que trabalham na pesca, ou com a venda de produtos da pesca nas praias, sentem muita dificuldade em conciliar o trabalho e os estudos, alguns deles, que deixam de estudar, tentam voltar para concluir os estudos nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA fundamental e médio, que são ofertadas no período da noite, mas, mesmo assim, alguns acabam desistindo antes de completar os estudos.

Porém Quinamo (2006, p.95), em seus estudos, destacou que entre os anos de 1995 e 2005 houve um aumento significativo no nível de alfabetização e escolaridade dos pescadores de Itapissuma. Em 1995 o índice era de 41,9% de analfabetos ou sem educação formal e em 2005 foi reduzido para 19,6%.

Segundo dados do IBGE, entre os anos de 2005 e 2015 houve uma diferença considerável nas matrículas realizadas no ensino fundamental e no ensino médio. Em 2015 foram 3.873 no ensino fundamental e 1.009 no ensino médio. Isso nos sugere que apesar do aumento dos índices de escolaridade, ainda há uma dificuldade da população em concluir a educação básica.⁷

Sobre a Faixa de renda dos pescadores, tomamos como base o estudo de Lima e Quinamo (2000), em uma pesquisa de 1996, com comunidades pesqueiras do canal de Santa Cruz. Eles entrevistaram 348 pescadores/as, sendo 209 de Itapissuma, 57 de Atapuz, 53 de Barra de Catuama e 29 de Vila Velha (Itamaracá). Nessa pesquisa foi constatado que 49% dos pescadores entrevistados possuíam renda até um salário mínimo, sendo entre estes 32% homens e 70% mulheres, ou seja, a maioria dos que ganham até um salário mínimo é constituída de mulheres.

Analizando as condições econômicas específicas de Itapissuma, tomando como base dados do IBGE, verificamos que o PIB per capita do município em 2015 foi de R\$ 50.599,67, ficando em segundo lugar entre os 185 municípios de Pernambuco. Porém, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo, segundo o censo de 2010, foi de 51,1%, enquanto o percentual da população ocupada em 2015 foi 18,8%.⁸ Ou seja, a concentração de renda e consequente desigualdade social predominam na realidade socioeconômica de Itapissuma.

Sobre a realidade sócio-histórica e socioambiental enfrentadas pelos pescadores, Ramalho (2002) considera o espaço da pesca como um lugar de conflito. Os pescadores são obrigados a enfrentar a dinâmica do sistema capitalista, que provoca a especulação imobiliária das regiões litorâneas, urbanização, ocupações desordenadas, desmatamento do ecossistema marinho e impacto ambiental, devido à instalação de indústrias nestas regiões, cujos impactos negativos, muitas vezes, são irreversíveis ao ambiente costeiro e uma ameaça à sobrevivência dos pescadores. No caso de Itapissuma, essa situação deslocou até

⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/pesquisa/13/5902?ano=2015>. Acesso em 28/02/2018

⁸ Disponível em : <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/panorama>. Acesso em 06 de março de 2018

mesmo os pescadores do antigo local de moradia, próximo ao canal, onde atualmente é a praça da cidade, conforme relato de alguns dos entrevistados de Ramalho (2002).

Quinamo (2006), tendo como base dados do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis– IBAMA (IBAMA/CEPENE), fez um levantamento estatístico sobre a pesca em Itapissuma, comparando os dados dos anos de 1999, 2002 e 2003 e analisou a produção das principais espécies (arraia, budião, cambuba, camurim, camarão, espada, marisco, manjuba, ostra, rabo-de-fogo, saúna, sardinha, siri, sururu, tainha), conforme apresentado na tabela 1. Tal estudo indicou que a espécie mais representativa da pesca no canal de Santa Cruz era a manjuba (categoria que inclui muitas espécies de peixes de pequeno porte, incluindo a sardinha-laje), que apresentou uma constante subida nos três anos: 339,6 toneladas (19,5%) em 1999; 748,8 toneladas (41,9%) em 2002 e 922,1 toneladas (57,3%) em 2003. Entre os dados mais alarmantes encontram-se os referentes à extração de ostras: 698,8 toneladas (40,1%) em 1999; 5,4 toneladas (0,3%) em 2002; 25,5 toneladas (1,6%) em 2003, apresentando uma pequena recuperação entre 2002 e 2003.

Tabela 1 – Produção Pesqueira por Espécie – Itapissuma, 1999, 2002 e 2003.

Espécies		1999		2002		2003	
Nome vulgar	Nome científico	Ton.	%	Ton.	%	Ton.	%
Arraia	<i>Pteroplatea micrura</i>	5	0,3	6,1	0,3	26,5	1,6
Budião	<i>Sparizoma</i> spp	11	0,6	4,2	0,2	3,1	0,2
Camarão grande	<i>Peaneus</i> spp	51,3	2,9	67,5	3,8	0,6	0,0
Camarão pequeno	<i>Peaneus</i> spp	121,6	7,0	25,5	1,4	78,1	4,8
Cambuba	<i>Pomadasy</i> spp	5,4	0,3	18,2	1,0	11,1	0,7
Camurim	<i>Centropomus</i> spp	8,2	0,5	15,2	0,9	6,3	0,4
Espada	<i>Trichiurus lepturus</i>	25	1,4	28,5	1,6	0,6	0,0
Manjuba	<i>Anchoa spinifera</i>	339,6	19,5	748,8	41,9	922,1	57,3
	<i>Anomalocardia</i>						
Marisco	<i>brasiliiana</i>	0	0,0	295,7	16,6	14,8	0,9
Ostra	<i>Crassostrea rhizophorae</i>	698,8	40,1	5,4	0,3	25,5	1,6
Rabo-de-fogo	-	8	0,5	131,1	7,3	242	15,0
Sardinha	<i>Sardinella anchoviana</i>	3,1	0,2	38,9	2,2	5,8	0,4
Saúna	-	44,9	2,6	96,3	5,4	120,4	7,5
Siri	<i>Callinectes</i> spp	0	0,0	6,3	0,4	21,8	1,4
Sururu	<i>Mytilus falcata</i>	0,5	0,0	6,5	0,4	13,9	0,9
Tainha	<i>Mugil</i> spp	121,3	7,0	66,8	3,7	13,6	0,8
Sub total		1443,7	82,8	1561	87,4	1506,2	93,5
Outras espécies		299,8	17,2	224,4	12,6	104,3	6,5
Total produzido		1743,5	100,0	1785,4	100,0	1610,5	100,0

Fonte: QUINAMO, 2006.

Ao realizar o referido estudo, Quinamo (2006) chama a atenção para o grave problema existente em Itapissuma referente à gestão ambiental e ao controle da produção pesqueira no canal de Santa Cruz, conforme sugerem os dados apresentados. A seguir, podemos verificar, na figura 2, um protesto no Recife sobre questões socioambientais realizado no ano de 2005.

Figura 1- Protesto dos pescadores de Pernambuco contra a discriminação do pescador e a degradação ambiental no Recife



Foto: QUINAMO, Tarcísio. -2005

Segundo Andrade e Silva (2013), o último boletim estatístico de domínio público com informações sobre a pesca em Itapissuma foi referente ao ano de 2006. Nessa última estimativa, a pesca em Itapissuma foi de cerca de 5.150 toneladas, sendo a maior parte constituída de manjuba (cerca de 1.750 toneladas).⁹A Manjubaé a principal espécie utilizada na produção do peixe seco salgado. Lima e Quinamo (2000) também destacam a importância de Itapissuma na pesca do camarão, cuja produção de 1995 chegou ao equivalente a 51% do camarão pequeno e em torno de 32% do camarão grande de Pernambuco.

⁹ Fonte primária consultada pelos autores: CEPENE/ICMBio. Boletim da estatística da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil. 2006. Tamandaré – PE, 2008, 384p.

Escolhemos o ano de 2007 como referência para verificar a participação da pesca artesanal no total da produção pesqueira extrativa marinha em Pernambuco. Segundo o último boletim estatístico divulgado pelo IBAMA, a produção pesqueira no estado, no ano de 2007, foi de 19.800,5 toneladas, sendo 11.777,00 toneladas de origem marítima. Na pesca extrativa marítima, a produção proveniente da pesca artesanal foi de 11.616,00 toneladas, o restante, 161,00 toneladas, equivalem à pesca industrial. Portanto, tomando como base o ano de 2007, podemos perceber que a pesca artesanal tem participação de destaque na produção pesqueira de Pernambuco.

Para termos uma ideia das principais espécies capturadas na pesca extrativista marítima, no litoral de Pernambuco, apresentamos também, na tabela 3, as 10 espécies marítimas que mais se destacaram em 2007, comparando a produção marítima industrial e a artesanal.

Tabela 2- Pesca Extrativa, em toneladas, segundo as principais espécies marinhas de Pernambuco – 2007.

Principais espécies	Total (t)	Pesca Industrial (t)	Pesca artesanal (t)
Marisco	4.716,00	0,0	4.716,0
Manjuba	734,5	0,0	734,5
Sauna	452,0	0,0	452,0
Lagosta	384,0	1,5	382,5
Camarão-sete-barbas	382,0	0,0	382,0
Saramunete	296,0	0,5	295,5
Sardinha	265,0	3,0	262,0
Tainha	246,0	0,0	246,0
Ostra	239,0	0,0	239,0
Sapuruna	208,5	0,5	208,0

Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/biblioteca/acervo-digital/111-estatistica.html>. Acesso em 18 de junho de 2018

A partir de 2007 a responsabilidade por coletar e divulgar informações sobre a produção pesqueira nacional passou do IBAMA para o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que divulgou três boletins referentes aos anos de 2008-2009, 2010 e 2011. Depois de 2011 não houve mais a divulgação de estatísticas da

produção pesqueira do Brasil¹⁰. Cabe aqui comentar que o campo de pesquisa sobre informações estatísticas da pesca no Brasil apresenta-se um tanto quanto problemático e deficitário.

Segundo os estudos de Quinamo (2006) realizados em 380 domicílios em Itapissuma, os principais problemas locais destacados pelos entrevistados foram: desemprego, falta de segurança, ausência de saneamento básico e as más condições de atendimento à saúde. Já Ramalho (2002) destacou que apesar de o canal de Santa Cruz ter sofrido com o desenvolvimento urbano e a poluição das indústrias, a diminuição na produção dos pescados foi causada pelo desemprego. Pois para os entrevistados, o impacto causado pela falta de emprego foi ainda maior do que o impacto da poluição industrial e doméstica, pois os pescadores acreditavam que ter muita gente pescando seria o principal motivo para a diminuição dos pescados. Alguns dos nossos entrevistados também fazem referência a essa problemática:

A degradação do meio ambiente, ela também está causando que esses crustáceos diminuam, mas a maioria, eu posso dizer a você que é a quantidade de pessoas que aumentou muito extraíndo. Aumentou muito, muito mesmo.

(PAZ, Mirian; 2017)

...Houve um tempo que o desemprego ficou muito grande e o trabalho aqui é mais a maré, não é? A maré é uma mãe para muita gente, não é? Mas muito batido, porque a gente ia para a maré quando chegava na maré no instante eu tirava sururu, eu melava meu corpo de gás com óleo de comida, por mode dos mosquitos, eu saía com uma latinha com fogo dentro, por mode os mosquitos, era, a gente fazia isso e naquela época tinha muita coisa...E agora a gente vai é só para comer mesmo. E a minha cunhada ela vive disso mesmo, minha cunhada, ela pega sururu para vender, outra pesca siri e vende carne de siri... Porque é muita gente que vai para a maré.

(CAVALCANTI, 2017)

Foi melhor. Apesar de que era menos valorizado. Mas foi melhor, tinha muito mais. Hoje tem muita gente, principalmente com esse desemprego, porque não é só o pessoal daqui que pesca, vem gente de barra do Sirinhaém de outros lugares... Mas hoje tem menos crustáceos, principalmente ostra, não é? Porque é muita gente para sobreviver, o desemprego está grande...

(MOUSINHO, 2017)

¹⁰Disponíveis em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/biblioteca/acervo-digital/111-estatistica.html>. Acesso em 26 de março de 2018

Mas é claro que o problema do impacto ambiental é um assunto muito complexo. Não é só um fator, mas um conjunto de fatores que vem provocando não só a diminuição das espécies, mas também a contaminação por resíduos tóxicos de origem industrial e doméstica. Um dos dados que representa bem o perigo da contaminação das águas é a precariedade do saneamento básico, pois segundo dados do IBGE apenas 25% dos domicílios de Itapissuma possui esgotamento sanitário adequado¹¹.

Lima e Quinamo (2000), na já referida pesquisa, indicaram que as principais diferenças percebidas pelos pescadores entrevistados referentes aos impactos ambientais foram o desaparecimento e/ou redução na quantidade de algumas espécies (62% dos entrevistados), seguidas da redução do tamanho do pescado (30% dos entrevistados). Nesses relatos, encontramos referências a impactos ambientais, inclusive evidenciando a luta contra alterações que afetam ou afetariam o ecossistema costeiro de Itapissuma.

No ano dois mil, quando o governador do estado, o ex-governador Jarbas Vasconcelos, queria dragar aqui para o turismo, que nós brigamos e botamos a draga para correr e não deixou dragar o canal.

Muitos cuidam, mas a maioria não; que joga lixo. Entendeu? Toda a água de esgoto, de banho, de roupa, tudo, que a gente acha isso muito errado, a gente tem brigado muito por isso, desce para o canal, entendeu? Ali mesmo naquela favela, ali, na beira mangue, não é? Aí é que é sujeira mesmo, entendeu? Para você vê, há dois meses...no mês de maio foi tirado trinta toneladas de lixo, aqui dentro do mangue...Entre a beira da maré e dentro do mangue, que a prefeitura coletou, trinta toneladas.

(MOUSINHO, 2017)

Dificuldade? É que os ricos tomaram conta da maré toda praticamente. Por que...Metade do canal de Santa Cruz, ninguém pode mais pescar porque fizeram mansão, fecharam a maré toda e não tem área.

(FERREIRA, 2017)

Vamos lá: no canal de Santa Cruz a nossa dificuldade é, no momento está sendo, os esgotos que estão poluindo nossos canais, as sujeiras no mangue,

¹¹<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itapissuma/panorama>. Acesso em 14 de março de 2018.

também no final de semana e feriados esses jet-skis e essas lanchas dentro do canal que não dão sossego a nós quando estamos pescando, passa com tudo aí tem acidente, vira a canoa, rasga a rede, tudo isso é muita dificuldade para os pescadores.

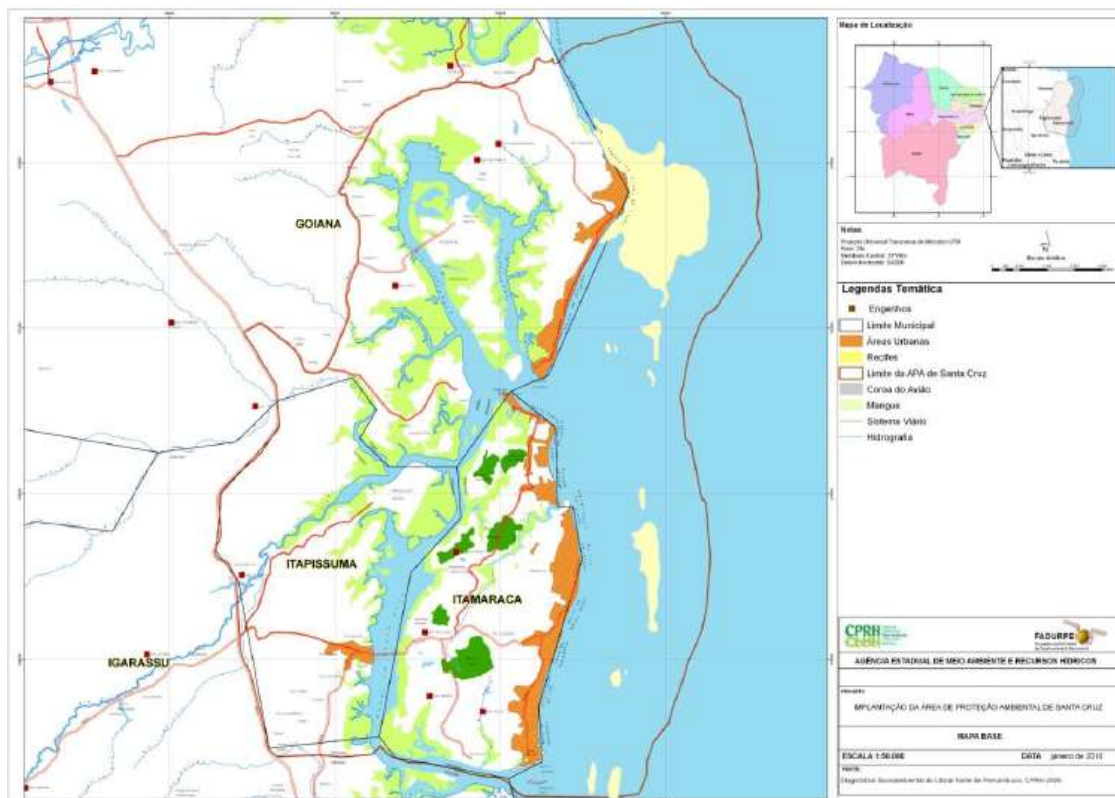
(PAZ, Mirian, 2017)

...Tem muitos que quando entra dentro do manguezal para pegar ostra, por exemplo, eles não cultivam aquelas que estão nascendo, eles cortam o manguezal com tudo, eles não tem o cuidado de tirar, tiram aqueles que é nova, assim...Eles cortam a galha do mangue, para tirar ostra, por completo, aí aquilo, aquelas que estão para se desenvolver, eles tiram aquelas que estão para se desenvolver eles tiram as que estão vivas e jogam fora e aquelas morrem, aí não serve mais para nada, aí só desmata, só desmata.

(PAZ, Verônica, 2017)

O governo do estado de Pernambuco, através do decreto 32.488 de 17 de outubro de 2008, declarou como Área de Proteção Ambiental - APA - a região que compreende os municípios de Itamaracá, Itapissuma e parte de Goiana, totalizando uma área de 38.692,32ha. Com essa ação, o estado reconhece o ecossistema do complexo estuarino do canal de Santa Cruz como um dos mais importantes do litoral pernambucano, com grande significado ambiental e socioeconômico, bem como reconhece a necessidade de ações governamentais de preservação desse patrimônio natural, histórico e cultural, levando em conta também a relevância social e cultural das comunidades. Dentre os objetivos a serem alcançados com o estabelecimento da APA estão: promover o desenvolvimento sustentável, proteger a diversidade biológica e os recursos pesqueiros, preservar a cultura local e os hábitos das comunidades, melhorar a qualidade de vida da população da região, entre outros. A coordenação da gestão da APA é realizada pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.

Mapa 2 – Mapa de localização da APA de Santa Cruz



Fonte: FADURPE, [entre 2008 e 2010]¹²

No Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz, realizado pela Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE, dentre inúmeras informações, encontramos as referentes à poluição das águas, identificadas como de dois tipos principais: de origem doméstica e de origem industrial. No caso da poluição de origem doméstica, o estudo indica ser provocada pelo lançamento de esgotos domésticos e dos resíduos sólidos (lixo), no curso das águas. A poluição causada pelos resíduos sólidos contamina tanto as águas da superfície, quanto as subterrâneas, devido ao escoamento ou infiltração do chorume, líquido produzido a partir da decomposição orgânica do lixo. Com relação ao esgoto sanitário, o referido diagnóstico indica que o lançamento, *in natura*, dos esgotos domésticos, causa, dentre outros impactos, o aumento do número de

¹²Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz.[entre 2008 e 2010] Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diagnosticosantacruz;2243;20120906.pdf. Acesso em: 07.ago.2017.

agentes patogênicos e macronutrientes (nitrogênio e fósforo), que afetam o equilíbrio natural do ecossistema aquático.

Nos municípios cujas sedes estão inseridas na APA de Santa Cruz, (Itapissuma e Itamaracá) não existem sistemas coletivos de esgotamento sanitário, com todas as unidades que os compõem, como rede de coleta, estações de tratamento, etc. Mesmo as casas que possuem soluções isoladas, como fossas sépticas, apresentam problemas de funcionamento.

Já sobre a poluição de origem industrial, responsável por impactos ambientais múltiplos e, geralmente, de natureza grave, a carga orgânica é apresentada como um dos principais indicadores da poluição, associada ou não às substâncias tóxicas. Destacamos aqui, dos dados apresentados no diagnóstico, apenas os referentes à carga poluidora potencial industrial do rio Botafogo, com quatro indústrias e 99.620 kg/DBODIA¹³ e Igarassu, com vinte e nove indústrias e 1.695 KG/DBODIA¹⁴.

Figura 2- Movimento de Lanchas e Jet-Skis no Canal de Santa Cruz - 2005



Fonte: Foto QUINAMO, Tarcísio – Novembro /2005

¹³KG/DBODIA - Carga orgânica. Quantidade de matéria orgânica expressa em massa por unidade de tempo e DBO- Demanda bioquímica de oxigênio.

¹⁴Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. Op. cit.

Figura 3 - Movimento de Lanchas e Jet-Skis no Canal de Santa Cruz- 2018



Foto: LUCENA, Josirene- 2018

Figura 4 – Movimento de Lanchas, Jet-Skis e Catamarãs no Canal de Santa Cruz- 2017.



Foto: LUCENA, Josirene- 2017

Sobre a organização de classe dos pescadores e pescadoras artesanais, esclarecemos que estes se organizam institucionalmente por meio das colônias de pescadores, ligadas às Federações Estaduais e essas congregadas na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores. Essas instâncias são reconhecidas como órgãos de classe de trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Outra forma regular de organização de classe dos pescadores/as, de atuação mais recente, são as associações.

Segundo dados do Ministério da Pesca, 99,16% dos pescadores cadastrados no Ministério da Pesca, até 2012, são artesanais e responsáveis por 50% de toda a produção pesqueira do país, sendo 47,02% da região Nordeste. Pernambuco ocupa a 15ª posição na produção nacional, contando com 13.128 pescadores profissionais registrados. Vale salientar que esse quantitativo não reflete a realidade, pois ainda há muitos pescadores que não possuem nenhum tipo de registro de pesca (CASTRO; et. al. [2015]).

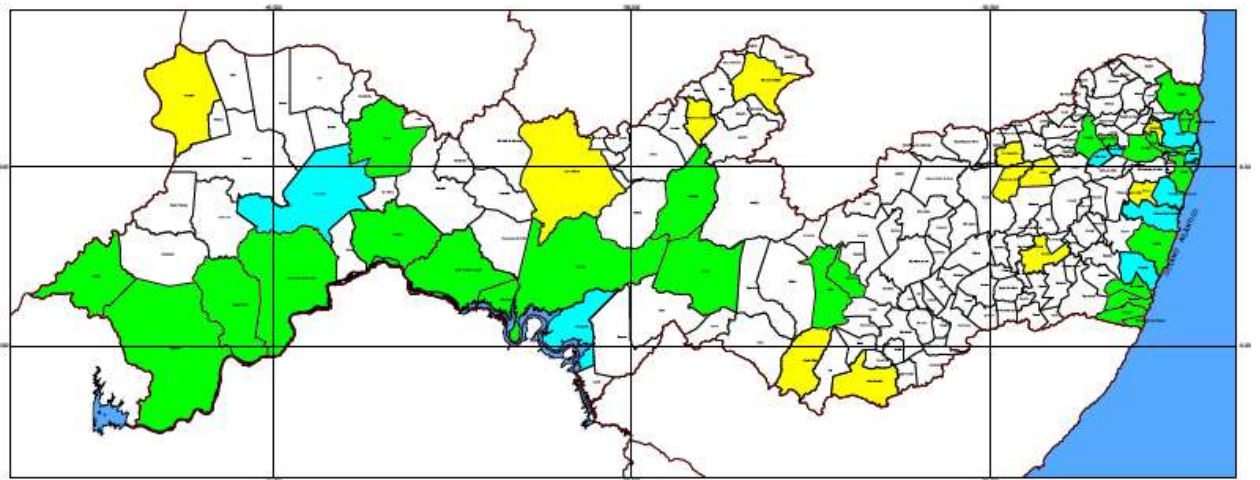
A primeira iniciativa de matrícula dos pescadores no Brasil foi feita por meio da criação das Capitânicas dos Portos, criadas pelo governo imperial, em 1846, nas províncias marítimas do Brasil. A partir da instituição das capitânicas, procurou-se realizar a matrícula dos pescadores no país. Uma decisão imposta pela Marinha de Guerra como uma estratégia de recrutamento de contingente, na condição de “reserva naval”, substituindo o recrutamento forçado. Além de serem obrigados a se matricular, os pescadores também eram obrigados a pagar taxas por pessoa e embarcação, que além da regulamentação não lhes garantiam nenhum outro benefício de caráter profissional ou social. Entretanto a intenção da Marinha de Guerra não foi efetivada de forma satisfatória, pois as listagens pelas quais se procurou ter conhecimento do número de pescadores no Brasil nunca foram feitas de forma satisfatória. (SILVA, L. G.; 1988)

Essas colônias foram formadas pela Marinha de Guerra, em 1919, tendo a Federação Estadual da Pesca, por muito tempo, almirantes na presidência. No caso da Colônia Z-10, em Itapissuma, esta foi criada em 1927, pela Capitania dos Portos. Desde 1930 já cabia à colônia a concessão da carteira de identificação de pescador (PIRES, ALBUQUERQUE; JUSTE; 2015). Em Pernambuco, atualmente, são 41

colônias e 25 associações de pesca, um sindicato dos pescadores artesanais, profissionais e uma federação estadual (CASTRO; et. al. [2015]).

Segue abaixo mapa e lista da localização das colônias e associações de pescadores de Pernambuco.

Mapa 3 - Municípios de Pernambuco com colônias e/ou associações de pescadores



Legenda

-  Municípios que possuem colônia de pescadores
-  Municípios que possuem associação de pescadores
-  Municípios que possuem colônia e associação de pescadores

SIGLA MUNICIPIO	SIGLA MUNICIPIO	SIGLA MUNICIPIO
Z-01 RECIFE	Z-23 PETROLÂNDIA	A-06 FEIRA NOVA
Z-02 PAULISTA	Z-24 VENTUROSA	A-07 PETROLÂNDIA
Z-03 GOIANA	Z-25 JABOATÃO DOS GUARARAPES	A-08 SERRA TALHADA
Z-04 OLINDA	Z-26 ITACURUBA	A-09 ÁGUAS BELAS
Z-05 TAMANDARÉ	Z-27 BELEM DE SÃO FRANCISCO	A-10 FREI MIGUELINHO
Z-06 SIRINHAÉM	Z-28 IPOJUCA	A-11 IGARASSU
Z-07 RIO FORMOSO	Z-29 FLORESTA	A-12 BONITO
Z-08 CABO DE SANTO AGOSTINHO	Z-30 PEDRA	A-13 JABOATÃO DOS GUARARAPES
Z-09 SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	Z-35 CABROBÓ	A-14 CABO DE SANTO AGOSTINHO
Z-10 ITAPISSUMA	Z-36 FEIRA NOVA	A-15 AFOGADOS DA INGAZEIRA
Z-11 ILHA DE ITAMARACÁ	Z-37 CUSTÓDIA	A-16 RIACHO DAS ALMAS
Z-12 IPOJUCA	Z-38 AFRÂNIO	A-17 PAULISTA
Z-13 LAGOA DE ITAENGA	Z-39 LAGOA GRANDE	A-18 SIRINHAÉM
Z-14 GOIANA	Z-41 PARNAMIRIM	A-19 CUMARU
Z-15 GOIANA	Z-31 SERRITA	A-20 OLINDA
Z-16 IBIMIRIM	Z-32 LIMOEIRO	A-21 PAULISTA
Z-17 GOIANA	Z-33 ABREU E LIMA	A-22 ARARIPINA
Z-18 LAGOA DO CARRO	Z-34 PAUDALHO	A-23 SÃO JOSÉ DO EGITO
Z-19 SANTA MARIA DA BOAVISTA	A-01 SIRINHAÉM	A-24 PARNAMIRIM
Z-20 IGARASSU	A-03 MORENO	A-25 BOM CONSELHO
Z-21 PETROLINA	A-04 LAGOA DE ITAENGA	FEPEPE CABO DE SANTO AGOSTINHO
Z-22 BARREIROS	A-05 FERNANDO DE NORONHA	SINDPESCA RECIFE

Fonte: Governo do estado de Pernambuco.¹⁵

Foi em 2003 que o governo brasileiro regulamentou a atividade pesqueira por meio do Registro Geral da Pesca (RGP). Só então os pescadores artesanais conquistaram direitos sociais já concedidos a outras categorias de trabalhadores assalariados, benefícios como participação em programas sociais do governo federal, a exemplo, o microcrédito e o seguro social, pagos nos meses de defeso¹⁶. A carteira é emitida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e Aquicultura (SEAP/PR), hoje Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cabendo às colônias a comprovação, mediante atestado, da atividade pesqueira artesanal. Já em 2009, através da Lei nº11. 959 foi regulamentada a pesca artesanal na categoria de economia familiar, ampliando inclusive as atividades realizadas no âmbito da pesca artesanal, como o trabalho de fabricação e reparo de instrumentos de pesca e embarcações, processamento e beneficiamento dos produtos da pesca artesanal (PIRES, ALBUQUERQUE; JUSTE; 2015).

¹⁵ CASTRO, Denise de Freitas (orgs.),[2015?].

¹⁶ Período em que é proibida a captura de determinado tipo de espécie, por ser período de reprodução, pois colocaria em risco a preservação da espécie. Como exemplo o camarão.

Gostaríamos de destacar que atualmente os pescadores estão enfrentando muitas dificuldades para terem seus direitos sociais garantidos. Sobre isso muito nos esclarece o depoimento da vice-presidente da colônia Z-10:

Rapaz, hoje eu creio que a melhora da pesca era se a gente tivesse um período de parada para devidos tipos de pescado. Se existisse um defeso, um defeso quer dizer um período de parar no período em que o peixe está desovando, no período em que o sururu está crescendo, se houvesse esse defeso, como antigamente tinha do camarão aqui no nosso estado, em outros estados tem, mas aqui hoje não tem mais, eu creio que a pesca melhoraria, porque ia passar um período sem pescar e esse pescado, esse produto iria desenvolver e crescer mais e dar mais espaço para crescer e dá para a gente tirar muito mais lá na frente.

E hoje uma dificuldade que nós estamos enfrentando maior é tirar o registro da pesca, que é nossa carteira. Foi suspensa por Brasília, desde o ano de 2013. As que foram tiradas não chegaram até hoje. E hoje para um pescador se registrar como pescadore está muito difícil, porque eles não estão fazendo o registro da pesca.

(PAZ, Mirian, 2017)

Faz-se importante também analisar as questões de gênero que permeiam a atividade pesqueira. Ramalho (2002) aponta o mar como um ambiente de trabalho por excelência masculino, cabendo às mulheres a função de catadeiras ou marisqueiras, junto com seus filhos, nas margens dos estuários e nos mangues. Lima e Quinamo (2000) destacam que a maioria das mulheres não dispõe de barco, tendo de se locomover a pé em locais próximos à comunidade. Contudo, nos relatos de nossas entrevistadas, verificamos que algumas delas também fazem uso das embarcações para a prática da pesca.

Atualmente a direção da Colônia de Pescadores de Itapissuma Z-10 é toda composta por mulheres. Joana Mousinho, em 1989, foi a primeira mulher eleita no Brasil para presidir uma colônia de pescadores. Em seu relato, ela revela muito dos conflitos de gênero existentes, como também evidencia a luta das mulheres contra a cultura machista que ainda persiste na cultura pesqueira.

Foi uma GUERRA. As mulheres não tinham direito a chegar na colônia de pescadores, só os homens. Então, nos anos setenta chegou aqui uma freira, a irmã Nilza, ela é paraibana. Ela foi quem fundou o CPP – Conselho Pastoral de Pescadores, junto com frei Alfredo, que era um alemão que morreu e...Ela vendo que tinha muitas mulheres na atividade da pesca, aí começou a chamar a gente para fazer reuniões na casa dela. E toda sexta à noite ia pra

lá. E foi um grupo de cinco, depois foi aumentando e a casa dela não cabia mais... Foi quando a gente começou a questionar: por que só homem tinha direito à carteira de pesca?"Que era na época da SUDEPE e da Capitania dos Portos. Então ela elaborou um documento, nós assinamos, foi encaminhado para a SUDEPE, que era a Superintendência de Pesca, e levamos, lá encaminharam para Brasília e com um tempo chegou a resposta que a gente mulher podia tirar a carteira, mas eles não deram para a gente. A gente teve que correr atrás para saber se tinha chegado a resposta ou não. As primeiras mulheres a terem a carteira de pesca, dentro do Brasil, foram as mulheres de Itapissuma, dos anos setenta, e depois as mulheres de Cabo de Santo Agostinho.

...Eu tinha dezoito anos, quando comecei a participar dessa luta, mas eu não queria tirar a carteira de pesca. Mas com o passar do tempo eu fui me convencendo. Aí eu fiquei no conselho fiscal da colônia, depois do conselho fiscal eu passei para ser secretária, aí quando eu vi que o presidente estava fazendo coisa que não estava agradando, aí eu decidi sair candidata a presidente. Só que antes disso, uma irmã minha, que era secretária, o presidente renunciou e ela assumiu a presidência, aí ela ficou como presidente e eu fiquei como secretária, mas depois ela não quis mais, aí entrou um homem como presidente e o pessoal não está muito satisfeito com ele, aí eu disse que ia sair candidata a presidente. E foi uma polêmica muito grande, porque nenhuma mulher podia ser presidente de colônia, só homem, não é? Aquele negócio: mulher só pode estar atrás de um fogão, ou de um tanque de lavar roupa e etecetera... Aí eu elaborei uma chapa só de mulher, só de mulher. E a gente deu de lavagem [risos]. Mas também enfrentei pesado aqui dentro... Aí quando foi em noventa e três, aí eu decidi sair candidata a presidente da Confederação dos Pescadores, a federação é a que representa todo o estado, as colônias de todo o estado, aí saiu eu e saiu uma pescadora lá do Pina e eu ganhei para ela com uma diferença de quatrocentos e poucos votos.

(MOUSINHO, 2017)

A respeito da luta das mulheres, relatada por Joana Mousinho, em prol do reconhecimento e seguridade social, Furtado e Leitão (2011) esclarecem sobre a colaboração da irmã Nilza na Comissão Pastoral da Pesca – CPP criada em 1968 e que chegou a Itapissuma a partir da ação missionária do Franciscano Alfredo Schnuettgen, de origem alemã. A irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, da Congregação de Santa Dorotéia da Frassinetti, chegou a Itapissuma em 1975 e iniciou seus trabalhos com 16 pescadoras. Um ano depois organizou uma aproximação com mulheres de Ponte de Carvalho e Igarassu. Suas iniciativas resultaram no documento referido por Joana Mousinho, que foi encaminhado para a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE em 1978, reivindicando o direito das mulheres de se cadastrarem oficialmente como pescadoras, obtendo o Registro Geral da Pesca. Portanto a ação da igreja, através da Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), com destaque para a figura da irmã Nilza Montenegro, foi determinante na conscientização e apoio às mulheres na luta pela reconfiguração

das relações de gênero, reconhecimento e proteção das mulheres pescadoras, fazendo de Itapissuma um espaço social de mudança.

Outra participação efetiva das Mulheres de Itapissuma destacada por Joana Mousinho e também referida por Furtado e Leitão (2011) foi na Constituição da Pesca, em 1985, da qual participaram Anita de Luna, presidente da Associação dos Pescadores de Ponte dos Carvalhos (município de Cabo de Santo Agostinho-PE) e Margarida Mousinho Rodrigues, presidente da Colônia Z-10 (Itapissuma-Pe). Juntas, defenderam a aposentadoria para as mulheres casadas, que até então não era possível, apenas pensão no caso de falecimento dos companheiros.

Passemos a descrever aspectos da dinâmica da pesca no canal de Santa Cruz, tomando como base algumas pesquisas realizadas com grupos locais. Os pescadores embarcados trabalham de 5 a 6 dias por semana, organizados em equipes de dois a seis pescadores que saem para pescar em horários que variam de acordo com a maré, a lua e o tipo de pescado que pretendem capturar (LIMA e QUINAMO, 2000). Sobre os tipos de pescaria, destacamos que, segundo Quinamo, (2006), a pesca com rede de mangote (figura 5) é uma das mais representativas da pesca masculina. Já a pesca feminina tem como principal modalidade a pesca do siri, da ostra, sururu e marisco, com destaque para a ostra e o siri.

A pesquisa de Andrade e Silva (2013) demonstrou que os artefatos de pesca mais utilizados pelos pescadores de Itapissuma são a rede de emalhe e a linha de mão, com destaque para dois tipos de rede, uma de malha maior, para captura de espécies maiores e outra menor, denominada de redinha, utilizada para captura de pequenos peixes. Sobre os horários da pesca, destaca o grupo dos pescadores que saem de madrugada retornando pela manhã, antes das 9 horas e o grupo dos que saem pela manhã, até por volta das 10 horas, e retornam no final da tarde, por volta das 17horas. Os autores identificaram ainda que a maioria das embarcações é do tipo baiteiras¹⁷, movidas a motor, remo ou vela.

Para a compreensão do processo de construção das estratégias de reprodução social dos pescadores artesanais, cuja interação com o ambiente

¹⁷Pequeno barco de pesca tripulada por no máximo três pescadores. Um tipo de canoa feita utilizando várias tábuas.

marinho estabelece uma organização social bastante peculiar, destacamos a seguinte afirmação:

De fato, ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que o permite conduzir-se, ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, amparando seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos. (Ramalho, 2002, p. 32)

Figura 5 - Pesca de Mangote em Itapissuma em 2017



Foto: aluno Crisvaldo - EJA IV -Escola Estadual Gercina Fernandes Rodrigues-2017

As interações sociais criam laços de pertencimento tanto a um grupo como ao lugar onde as práticas são produzidas e reproduzidas. Nesse espaço, os indivíduos compartilham conhecimentos e experiências que os identificam como uma coletividade. Nessa perspectiva temos a compreensão do pescador como:

Pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e do estuário e isso produz um sentimento de pertença a um grupo e, conseqüentemente, a um território. O ordenamento e uso dos espaços naturais aquáticos são resultado da experiência e conhecimento de vida. (Ramalho, 2002, p. 37)

Figura 6- Pescadores no canal de Santa Cruz em baiteira motorizada



Foto: LUCENA, Josirene -2017

Figura 7- Pescador Adelmo sendo entrevistado, sentado na sua baiteira



Foto: aluno Luciano Vitor do 9º B da escola João Bento de Paiva-2017

Figura 8- Mulher extraindo ostras das raízes do mangue



Foto: LUCENA, Josirene -2017

Ideias de companheirismo e igualdade se configuram no aspecto de que pescar com a família, amigos e compadres aparece como uma estratégia comum na atividade pesqueira. As relações parentais também representam uma forma de iniciação dos pescadores e o elo de continuidade. Como podemos verificar no relato da pescadora Mirian:

Ser pescadora significa para mim toda a minha vida. Toda a minha história. Por causa de meus avós, meus pais pescadores, meus irmãos são todos pescadores. E eu não tenho outra história de vida para contar, porque a minha vida foi... Criei meus filhos dentro do canal de Santa Cruz e até hoje sobrevivo do canal de Santa Cruz.

(PAZ, Mirian, 2017)

O sentimento de liberdade relacionado ao trabalho na pesca é compreendido como uma conquista de autonomia dentro de um contexto social de intensa opressão e submissão, mediante a comparação com outras formas de trabalho. Essa ideia de liberdade pertinente ao ofício de pescador dá-se também pela rotina do mar e dos pescadores. Essa dinâmica, muitas vezes, em uma sociedade capitalista, implica na compreensão dos pescadores como avessos ao trabalho (Ramalho, 2015), como diz o ditado popular: “Não é todo dia que o mar está pra peixe”. E o que faz o pescador? Espera. Se para alguns isso é sinônimo de preguiça, podemos entender como sabedoria, típico do saber-fazer dos pescadores. A relação entre a pesca e o sentimento de liberdade foi muito bem esclarecida no relato abaixo:

...Vou dizer a você viu? Minha área de pesca [riso] para mim está em primeiro lugar. Sabe por quê? Não recebe ordem de ninguém, não cumpro horário, vou o dia que eu quero, trabalho na hora que eu quero. Trabalho para mim, eu mesmo sou patrão de mim mesmo. [riso]. É por isso que eu gosto mais da área da pesca do que de trabalhar de carteira assinada.

(PAZ, Mirian, 2017)

Outro aspecto importante apontado por Ramalho (2002; 2007) é a ideia de que pescar é uma arte que envolve criatividade e talento. Quando questionada sobre a pesca ser considerada uma arte, a pescadora Mirian explica:

Para mim é uma arte. Porque você tem que confeccionar seus apetrechos, isso aí já é uma arte, você está dentro de um mangue tirando, extraindo de

dentro da lama o sururu, com um espeto, você tirando, aquilo ali para mim é uma arte maravilhosa, a arte de pegar o siri, de você cozinhar, de você tirar a carinha tudo isso é uma arte maravilhosa. E além de uma arte, uma terapia também, porque quando a gente está ali dentro do canal de Santa Cruz, a gente não está nem aí...

(PAZ, Mirian, 2017)

Concluimos, portanto, que está estabelecida a indissociável relação entre liberdade, arte e trabalho nos modos de existir dos pescadores artesanais. Tornar-se um pescador, artista do mar, não é algo fácil, sempre há algo para aprender, os mistérios do mar são infinitos. O saber-fazer da pesca é adquirido na observação diária e na compreensão da ecologia marinha e suas mudanças.

Para encerramos este capítulo, gostaríamos de salientar que consideramos que as narrativas dos pescadores, assim como seus saberes e fazeres, também fazem parte do patrimônio cultural. Concordamos com Figueiredo (2005), quando ela afirma que os contadores de história desempenham um papel tradicional de guardiões das memórias coletivas. Acreditando nisso foi que buscamos conhecer algumas histórias de pescadores/as de Itapissuma, sobre eventos ocorridos durante sua lida na maré, relatos de suas dinâmicas cotidianas tecidas por saberes, fazeres e vivências.

3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, HISTÓRIA ORAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A cultura [...] é feita de significados historicamente compartilhados cuja inteligibilidade é possível para aqueles que possuem uma vivência comum.

(SALVADORI, 2014, p. 61)

O nosso interesse em desenvolver um trabalho de pesquisa sobre a cultura da pesca, em Itapissuma, nos levou ao ponto de encontro entre a educação patrimonial e o ensino de História, cujo caminho escolhido foi articular a metodologia da educação patrimonial e da história oral. O intuito foi desenvolver um trabalho que contribuísse para o registro e a divulgação de informações sobre a cultura e a história do município. Na concretização dessa proposta, vimos que ao mobilizar nossos alunos a participar desse trabalho e ao promover o encontro deles com membros da comunidade, que trazem o conhecimento prático sobre a pesca, realizamos um trabalho que dialoga com as propostas e expectativas educacionais estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que no seu artigo 13º, inciso VI, incumbe os docentes de colaborar na criação de estratégias de articulação entre escola, família e comunidade.

Para tanto, também seguimos os princípios estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), nos quais, dentre os objetivos gerais da disciplina História no ensino fundamental, está explicitado que alunos desenvolvam capacidades como: identificar as relações sociais no seu próprio grupo de convívio, compreender as histórias individuais como parte das histórias coletivas, questionar sua realidade e identificar problemas e possíveis soluções, valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social.

A nossa Base Nacional Comum Curricular-BNCC, mesmo com todos os questionamentos e embates que sua elaboração e reelaborações suscitaram, cuja versão final para muitos apresenta certo retrocesso se comparada ao PCN's, foi homologada em 2017. Nela temos enfatizada a missão que o conjunto das disciplinas de ciências humanas tem de:

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo, percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista. (BRASIL, 2017, p.352)

3.1 O PATRIMÔNIO CULTURAL E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A palavra patrimônio deriva do latim *patrimonium*, palavra utilizada pelos romanos antigos para designar tudo que pertencia ao *pater ou pater familias*, ou seja, ao pai de família, isso incluía não só os bens materiais, mas também as pessoas, familiares e escravos, e tudo mais que podia ser legado por testamento. Referindo-se, pois, na sua gênese, a um patrimônio estritamente de origem privada e aristocrática. Com a formação dos Estados Nacionais surge a concepção de uma cultura nacional e, portanto, de uma ideia de patrimônio nacional, e daí se desenvolveu o conceito de patrimônio que temos atualmente, ligado à concepção de povo/nação, ou seja, o patrimônio público nacional. E foi já no final da década de 1950 que a legislação de proteção ao patrimônio começou a dar atenção às questões referentes ao meio ambiente e para os grupos sociais e locais. A diversidade humana e ambiental passou a ser um valor promovido por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU e a União das Nações Unidas para a Educação - UNESCO. Para além do nacional, patrimônios de valor provincial ou municipal, ou mesmo de comunidades, passaram a ser reconhecidos e isso se deu, em parte, devido ao crescimento da participação das pessoas na gestão dos bens patrimoniais culturais e ambientais, deixando de ser uma responsabilidade apenas de instituições governamentais. A crescente tendência de valorizar a diversidade levou, também, à mudanças no próprio conceito de ambiente e cultura, pois a ideia de valorizar o caráter único e excepcional, o mais belo, precioso ou raro, foi dando espaço à importância de preservar bens, que embora comuns, são importantes, e sem eles não pode existir o excepcional. E foi nesse contexto que se desenvolveu a noção de imaterialidade do patrimônio (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Foi em 1972 que a conferência geral da UNESCO, subscrita por mais de 150 países, adotou a primeira convenção referente ao patrimônio mundial, cultural e natural. Partindo do reconhecimento da importância da diversidade, uma grande novidade foi a resolução de que os sítios declarados como patrimônio da humanidade passavam a pertencer a todos os povos do mundo. Um dos problemas enfrentados pela UNESCO é o fato de que como cada Estado Nacional membro procura defender os interesses do seu país, em muitos casos e por diferentes motivos, não reconhece a diversidade cultural do outro. Outro problema seria a constatação do predomínio dos interesses das grandes potências econômicas e na permanência da valorização dos patrimônios ligados às elites, sobretudo com ênfase na Europa. (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Lacerda et al. (2015) esclarecem que a compreensão de aspectos relacionados à imaterialidade da cultura patrimonial só se oficializaram, de fato, no século XXI, admitindo-se como bens culturais a serem patrimonializados as práticas, os fazeres e culturas orais, assim como tantos outros bens culturais que tenham localização específica (não-nacional). Entendemos que, só então, aspectos e elementos culturais de comunidade e grupos locais passaram a despertar um maior interesse e consequente reconhecimento, pois, até aquele momento, os bens que se destacavam eram geralmente os grandes monumentos, edificações e lugares de memória de valor histórico e arquitetônico, legitimadores de uma memória e identidade nacionais.

Ocorreu, portanto, uma ampliação conceitual na percepção de patrimônio cultural, surgindo novos paradigmas de preservação e valorização da memória e do saber-fazer, considerando-se a longevidade de uma prática social, bem como suas transformações e suas permanências, reforçando a ideia de identidade dos grupos sociais em suas variadas dimensões, nacional, regional, local. Devemos, no entanto, levar em consideração que “a noção de patrimônio imaterial se constitui a partir de uma teia complexa de manifestações, saberes e fazeres, através dos quais grupos ou nações expressam suas identidades” (BARBOSA; COUCEIRO, 2008, p. 16-17).

A cultura da pesca artesanal é um patrimônio cultural imaterial. Compreendemos o que vem a ser patrimônio cultural a partir do que está estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu artigo nº 216, que

determina como patrimônio cultural os bens materiais e imateriais que referenciam a identidade, ação e memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo no seu inciso II os modos de criar, fazer e viver (CF, 1988).

No documento “Recomendações sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular” da UNESCO de 1989, a cultura tradicional e popular é reconhecida como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva. Este documento também chama a atenção para que os governos desempenhem o papel decisivo de salvaguardar essas culturas. Nele temos a definição de cultura tradicional popular como:

Conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural, fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras formas.

(UNESCO, 1989, p. 2)

Pelo Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial constituintes do patrimônio cultural brasileiro, mecanismo institucional de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural que até então só contava o tombamento dos bens culturais de natureza material.

Segundo este decreto, os bens imateriais passaram a ser institucionalmente reconhecidos. No Brasil, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN a instituição responsável por esse reconhecimento, que é feito por meio do registro em quatro livros distintos, conforme as especificidades dos bens: o Livro de Registro dos Saberes, no qual são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; o Livro de Registro das Celebrações, onde são inscritos os rituais e festas; o Livro de Registro das Formas de Expressão, no qual são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e por fim, o Livro de Registro dos lugares, onde são inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais lugares onde são realizadas e reproduzidas práticas culturais coletivas.

Vale salientar que, diferente da concepção de preservação que permeia o tombamento do patrimônio material, no caso dos bens imateriais, a preservação de uma prática cultural não pode ser pautada pela ideia de imobilização, pois os ofícios e modos de fazer, as formas de expressão, as manifestações populares e

celebrações, enfim, todos os bens de caráter imaterial, não podem ser concebidos como algo que não pode sofrer nenhum tipo de alteração ou adaptação, pois fazem parte do cotidiano de culturas vivas, portanto dinâmicas.

O IPHAN elaborou um importante instrumento de salvaguarda do patrimônio cultural, o Inventário Nacional de Referências Culturais- INRC, publicado em 2000. Trata-se de um manual de aplicação para subsidiar ações de proteção e preservação de bens culturais, a partir da coleta de dados e produção de inventário. No INRC são considerados objetos de investigação as seguintes categorias: Celebrações (rituais e festas), formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); ofícios e modo de fazer (técnicas de produção ou realização de atividades); edificações (que, independentemente de seu valor arquitetônico, são espaços de reprodução de práticas culturais) e lugares (espaços de valor referencial para grupos e/ou comunidades). No INRC entre as atividades sugeridas para a produção de um inventário, encontramos a realização de entrevistas com a população e produção de registros audiovisuais. Apesar de não ser nossa intenção realizar um inventário, o indicativo dessas ações em um instrumento institucionalizado de investigação e reconhecimento de bens culturais nos faz ter confiança de que estamos no caminho certo.

No Brasil, até 2017, foram quarenta e um bens imateriais registrados pelo IPHAN, distribuídos por todo o Brasil, sendo a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira de abrangência nacional. Especificamente em Pernambuco temos registrados os seguintes bens: a Feira de Caruaru, o Frevo, Maracatu Nação, Maracatu de Baque Solto, Cavalo-Marinho, Teatro de Bonecos Popular do Nordeste e o Caboclinho.¹⁸

Outra ação institucional de âmbito internacional foi a convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, ocorrida em Paris, no ano de 2003, que teve dentre outras finalidades a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e o respeito ao patrimônio imaterial das comunidades, grupos, indivíduos e envolvidos; a conscientização no plano local, nacional, e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e a cooperação e a assistência internacionais.

¹⁸Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 18 de março de 2018.

Salvaguarda refere-se a ações de identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão e revitalização do patrimônio. Reconhecendo a interdependência entre patrimônio cultural imaterial, material e natural, no artigo 2 do documento da referida convenção, a UNESCO nos apresenta uma definição de patrimônio cultural imaterial como:

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

(UNESCO, 2003)

O Brasil é um país de dimensões continentais com um extenso litoral, que vai do extremo norte ao extremo sul do país. Além disso, tem uma infinidade de rios e bacias hidrográficas. Por isso a prática da pesca artesanal no Brasil existe e persiste desde o período pré-colonial, sendo uma prática regular e predominante quando comparada à pesca industrial. Deveria ser reconhecida, portanto, como um elemento da memória e da cultura nacional. E por que não foi até então institucionalmente considerada patrimônio cultural? Essa é uma das inúmeras questões indicativas de que há uma necessidade urgente de realização de políticas públicas que tenham como finalidade o fortalecimento da relação entre sociedade e seus bens culturais, buscando, dessa forma, dar maior evidência aos valores que justificam o reconhecimento, proteção e preservação desses bens.

Fonseca (2009) chama a atenção para a necessidade de uma abertura maior para a sociedade participar do processo de construção e apropriação do patrimônio cultural. Em Itapissuma, vemos que a pesca, além de ser um das atividades econômicas principais, exercida pelos moradores, está longe de ser esquecida ou abandonada pelas novas gerações. Sobretudo em tempos tão difíceis, nos quais o desemprego obriga a população a buscar alternativas de geração de renda a partir do que o meio natural e cultural oferece como recurso.

Mais uma ampliação da percepção de patrimônio cultural no Brasil foi a publicação da portaria nº127 do IPHAN, que em 30 de abril de 2009, estabeleceu a chancela da paisagem cultural brasileira. No seu artigo 1º, a portaria define paisagem cultural como uma porção peculiar do território nacional representativo do processo de interação do homem com o meio natural, cuja vida e ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. A chancela tem como finalidade complementar e integrar os instrumentos de promoção e preservação já existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal. Considerando o caráter dinâmico da cultura e ação humana sobre as porções territoriais brasileiras, ela visa à promoção do desenvolvimento sustentável, sendo necessária para sua eficácia a ação conjunta e pactuada. Configura-se então uma gestão compartilhada entre os diversos agentes envolvidos: poder público, sociedade civil e iniciativa privada. Vale aqui ressaltar que o conceito de paisagem cultural como categoria específica do patrimônio cultural já havia sido instituída pela UNESCO desde 1992.

Importante compreendermos que a ideia de paisagem cultural também nos leva a considerar aspectos da chamada história ambiental, produzida pelos historiadores engajados nos movimentos ambientalistas. Estes, para o desenvolvimento de suas pesquisas, buscaram aproximação com a biologia, abotânica e a geografia. Ciências essas de maior tradição nos estudos de caráter ambiental, tendo os historiadores dessa corrente como objetivo comum a investigação da relação dos seres humanos com o meio ambiente, ou seja, o lugar e o papel da natureza na vida dos humanos e os impactos produzidos a partir dessa relação. Bittencourt (2009) ressalta que:

Os diversos temas da história ambiental na atualidade têm aproximado o meio ambiente à história cultural, às imagens construídas pelos homens sobre a natureza e ao modo de esta se incorporar à memória individual e coletiva (BITTENCOURT, 2009, p.263)

Acreditamos que a nossa proposta se aproxima dessa perspectiva, pois a força das questões ambientais é inegável. Não realizamos uma atividade com a intenção de trabalhar especificamente com história ambiental. Nossa abordagem é sociocultural. Mas como falar da cultura da pesca sem dialogar com o ambiente natural do canal de Santa Cruz e com as questões que emergem dessa relação direta e intensa com a natureza? Portanto, não podemos deixar de assumir esse

papel de luta pela preservação dos recursos naturais, algo primordial para a permanência cultural da pesca artesanal e garantia do sustento das populações que dela dependem. É uma questão de direito e militância por uma causa social e ambiental que vale apenas lutar para o bem de toda a humanidade. Bittencourt (2009) observou que, no Brasil, as práticas educacionais sobre meio ambiente no ensino de História ainda são inexistentes, escassas ou pouco divulgadas. Além das dificuldades existentes, salienta que há também certa resistência dos professores da disciplina em conceber as problemáticas ambientais como conteúdos a serem abordados no seu ensino; talvez por os considerarem como assuntos inerentes às disciplinas de geografia e biologia.

A educação patrimonial ainda se apresenta como um desses caminhos de luta pela preservação dos bens culturais e naturais, entendendo que os bens culturais são produtos da relação entre humano/natureza. Como educação patrimonial podemos considerar toda atividade na qual se pretenda promover o acesso, divulgação, identificação, reconhecimento e preservação de bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, reconhecidos institucionalmente, por meio de tombamento, registro ou chancela, ou não, mas que por sua expressividade e importância para determinado grupo social devam ser defendidos e valorizados como tal. Bittencourt (2009) coloca que atualmente no Brasil a educação patrimonial já aparece nos planejamentos escolares. Especialmente os professores de História são provocados a desenvolver atividades que ampliem o conhecimento sobre as relações que a sociedade estabelece com o passado, no que se refere ao que preservar e por que preservar.

Educação patrimonial, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN no seu Guia Básico de Educação Patrimonial, é um processo permanente e sistemático que promove o contato direto com o patrimônio cultural, visando levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças culturais, colaborando no reforço da autoestima de indivíduos e comunidades.

Para Salvadori (2014), todo o estudo da questão do patrimônio histórico-cultural deve buscar estabelecer relações entre este e os conceitos de memória, identidade e cidadania, uma vez que a luta pela permanência de um bem cultural se dá objetivando trazer à tona as relações humanas através desses bens

estabelecidas. A autora defende que a garantia de acesso ao passado é um direito fundamental para reconhecimento do território social ao qual o indivíduo faz parte e mesmo para a busca de outras explicações e sentidos. Salvadori (2014) acredita, ainda, que a educação patrimonial apresenta-se como uma proposta inovadora e necessária, enquanto parte de um processo de resgate do passado social. Significando, também, uma busca por fazer as pessoas perceberem a importância do mesmo na formação da identidade individual e coletiva e na construção da realidade na qual estão inseridas. Nesse sentido, a escola representa uma instituição que tem uma responsabilidade imensa na promoção de práticas no campo da educação patrimonial.

Lacerda et. al. (2015) acreditam na ocorrência de uma reorientação dos processos educativos para percepção de patrimônio como parte da vida em curso. Cada aluno, no seu contexto social, pode buscar suas referências culturais, iniciando dessa forma, um processo de usufruto do patrimônio. Mediante esses princípios, a relação entre educação e patrimônio aponta três dimensões: a informação, o engajamento (envolvimento do aluno na defesa e permanência do patrimônio) e a experiência.

Segundo o inventário participativo do IPHAN, o patrimônio cultural é composto por referenciais culturais que ligam as pessoas a seus pais, avós e pessoas que viveram muito antes deles, transmitidos por gerações. São elementos tão importantes, que adquirem o valor de um bem cultural por meio do qual a pessoa se vê e quer ser reconhecida pelos outros, ou seja, algo coletivo pelo qual muitas pessoas de um grupo se identificam. (FLORÊNCIO et. al; 2016)

Consideramos que os historiadores e os professores de História devem se comprometer com as ações patrimoniais, principalmente no que se refere a elementos ainda não reconhecidos. Essa parceria promove mecanismos de luta por reconhecimento dos saberes populares, bem como de lutas históricas e pontuais (Ferraz, 2008). Diante desse princípio, buscamos estabelecer uma articulação entre educação patrimonial e educação popular como um viés possível, que coloca a história e a cultura local em evidência na perspectiva de que o universo, ou a realidade do aluno, seja levado em conta, desmistificando e ampliando a concepção de sujeito histórico (DIAS; SOARES, 2007).

Nosso trabalho com educação patrimonial também se caracteriza por ser um trabalho com a história local, já que as histórias de vida dos pescadores se confundem com a do município de Itapissuma, complementando-a. Segundo Bosi (1994), cada geração tem de sua cidade a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história. O cenário das histórias dos pescadores e pescadoras é sempre o Canal de Santa Cruz, cuja relação dinâmica entre sujeito e espaço geográfico nos levou a desenvolver um trabalho que integra o patrimônio cultural imaterial (saberes, fazeres e vivências) com a paisagem cultural, produto da relação intrínseca entre natural, material e imaterial.

3.2 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A HISTÓRIA ORAL

Nossa proposta é o resultado da articulação da metodologia da história oral (ALBERTI, 2004), com a da Educação Patrimonial, (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999) e está de acordo com o que Souza e Soares defendem:

A união das metodologias de História Oral e Educação Patrimonial possibilita uma maior compreensão no que concerne a apropriação dos patrimônios pela comunidade, permitindo assim que se desfaça o equívoco onde só são considerados patrimônios aqueles que saltam aos olhos, como: o patrimônio edificado e as grandes festividades (SOUZA; SOARES, 2007, p. 4).

Seguindo a metodologia proposta pelo IPHAN, no Guia Básico de Educação Patrimonial, sistematizamos nosso projeto conforme as quatro etapas abaixo descritas, cujo passo a passo será abordado no capítulo seguinte.

Primeira etapa – observação: sequência didática de preparação para a realização das entrevistas, a ser realizada nas aulas de História.

Segunda etapa – registro: trabalho de campo, ou seja, a realização das entrevistas;

Terceira etapa – exploração: transcrição das entrevistas, análise e escolha dos trechos que irão compor a cartilha.

Quarta etapa – apropriação: produção e divulgação de uma cartilha com trechos das narrativas dos pescadores e pescadoras entrevistados como forma de evidenciar a cultura da pesca artesanal em Itapissuma.

São evidentes as possibilidades que a história oral representa para realização de ações de educação patrimonial. Destacamos que a mesma busca ressaltar a importância das chamadas memórias subterrâneas, frutos de culturas minoritárias e dominadas, em oposição à memória oficial (POLLAK, 1992). Nessa perspectiva, compartilhamos a concepção de que a história oral dialoga com os princípios da educação patrimonial no que se refere à promoção da autoestima de pessoas e grupos, no que tange a suas memórias, práticas e tradições. A peculiaridade do “documento oral” e da própria história oral foi muito bem descrita por Alberti:

“Sua peculiaridade- e a da história oral como um todo- decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”.
(ALBERTI, 2005, p.23)

Pollak (1992) também considera que a história oral tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos caminhos de pesquisa, tendo novos instrumentos metodológicos e, sobretudo, novos campos. Defende ainda que se a memória é socialmente construída, toda documentação também o é, colocando, dessa forma, que não há diferenças fundamentais entre uma fonte escrita e uma fonte oral. Na defesa da história oral, aponta para uma sensibilidade epistemológica específica e aguçada e que por isso a mesma obriga os historiadores a levar ainda com mais seriedade a crítica das fontes.

A história oral, além de contribuir para contar a história do ponto de vista dos sujeitos que não aparecem nos registros oficiais, e de possibilitar o registro de uma versão ligada à tradição oral, permite também fazer uma história do tempo presente ainda muito contestada. Mas, nos últimos tempos, vêm tendo uma maior aceitação e legitimação nos meios acadêmicos, tanto a história oral, quanto a história do tempo presente.

Segundo Delgado (2010), a história oral é um caminho para a produção de conhecimento histórico, sendo um método qualitativo que interage com diversas áreas do conhecimento, portanto uma opção metodológica interdisciplinar que exige do pesquisador uma formação sólida, universal, pluralista e humanista. Delgado (2010) considera inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas da história oral, destacando entre elas: recuperar as memórias locais, recuperar informações

sobre acontecimentos e processos que não foram registrados em outros tipos de documentos, possibilitar o registro de visões de testemunhas nem sempre consideradas pela história oficial, associar acontecimentos da vida pública e da vida privada. Porém, também destaca alguns desafios a serem enfrentados, dentre eles: o limite da aplicabilidade do método à história do tempo presente, a predominância da subjetividade, a possível influência interpretativa do transcritor ao transformar a fonte oral em um documento escrito.

Para a realização do nosso projeto, buscamos seguir as orientações de Verena Alberti (2005), que no seu Manual de História Oral apresenta todo o percurso metodológico necessário para a realização de um projeto nesta área de conhecimento, desde a sua elaboração, até a aplicação do método em todas as etapas (elaboração do roteiro base de entrevista, escolha de entrevistados, preparação para uso de equipamentos, técnica de entrevista, técnica de transcrição, documentos necessários para cessão de uso, conservação do acervo e divulgação dos documentos).

Uma proposta bastante desafiadora nos foi apresentada por Santhiago e Magalhães (2015) no *Livro História Oral na Sala de aula*. Essa proposta apresenta a história oral como uma possibilidade pedagógica, chamada de modelo pedagógico da história oral ativa. Sugere que a metodologia da história oral seja utilizada como uma ferramenta de ensino através da qual a autonomia dos alunos seja valorizada, proporcionando um aprendizado ativo, participativo e colaborativo.

Muitas foram as experiências que nos indicaram caminho e possibilidades para a construção de nossa proposta de educação patrimonial e ensino de História. Dentre elas podemos destacar uma experiência, relatada por Silva e Tolentino (2015), realizada pela casa do Patrimônio da Paraíba, que desenvolveu um trabalho de educação patrimonial e história local em escolas públicas e comunidades de João Pessoa, especialmente o projeto “Memórias Ribeirinhas: Porto do Capim”, com uma comunidade ribeirinha localizada às margens do rio Sanhauá. Esse projeto teve como finalidade principal a produção de material sobre a história e a memória da comunidade, seu modo de viver, seus saberes e fazeres e patrimônios vivos, que são as pessoas e os lugares.

Nesse projeto foram realizadas entrevistas com os moradores, oficinas de sensibilização e a realização de uma oficina de fotografia “Percepção do Olhar”, para

crianças e adolescentes da comunidade. Essas crianças receberam instruções básicas sobre fotografia e informações sobre seus patrimônios e história do lugar onde vivem. Após a etapa de sensibilização, eles receberam máquinas fotográficas para que registrassem o que achavam importante na sua comunidade. Foi uma ação que promoveu a educação patrimonial com destaque para o protagonismo do público alvo do projeto. A partir da leitura do relato dessa rica experiência em educação patrimonial, percebemos a possibilidade de trabalhar nesta mesma perspectiva no município de Itapissuma, cuja história está diretamente relacionada com a cultura da pesca artesanal no canal de Santa Cruz.

Outro trabalho que também contribuiu para traçar nossas estratégias foi o desenvolvido no projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizado em escolas de educação básica da rede municipal de Florianópolis. Foi desenvolvido um trabalho de educação patrimonial a partir da história local, também realizando entrevistas, e com a perspectiva de produção de material didático a ser utilizado nas aulas de História (DELGADO; SILVA, 2014).

A ideia de produzir uma cartilha para divulgar os resultados do nosso trabalho, e usá-lo como material didático em aulas de Educação Patrimonial, veio da leitura de um artigo de Targino (2008), que analisou os usos e desusos das cartilhas do Patrimônio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP – 1980/2003 nas escolas de João Pessoa.

A partir dessas experiências, tivemos maior convicção de que era possível desenvolver nossa proposta. Utilizando como principal fonte histórica as memórias dos pescadores, compartilhamos a ideia de Martins (2004) de que não podemos estabelecer diferenças entre o trabalho dos historiadores, pesquisadores e professores. Também acreditamos que o professor da educação básica não deve ser considerado apenas como um repetidor automático dos conhecimentos produzidos nas academias, selecionados para que cheguem aos livros didáticos convencionais. Professores devem também dominar as habilidades tanto teóricas como metodológicas, não só para aperfeiçoar seu fazer docente, mas também para introduzi-las na sala de aula, possibilitando que os alunos a elastenham acesso e possam apreendê-las e aplicá-las à medida das possibilidades existentes.

3.3 ENSINO DE HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular- BNCC, leva em consideração que, para se pensar o ensino de História para a educação fundamental, se faz necessário considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos, facilitando dessa forma a compreensão da relação de tempo, espaço e relações sociais que os geraram. “Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história”(Brasil, 2017, p. 396). Propõe ainda que professores e alunos assumam uma atitude historiadora, agindo como sujeitos do processo de aprendizagem diante dos conteúdos propostos para o ensino fundamental.

Passemos, então, a trazer algumas reflexões específicas do campo de estudo sobre ensino de História que se apresentam pertinentes para a nossa abordagem, sobretudo no que se refere à relação entre o estudo da história local, consciência histórica, identidade, cultura e cidadania.

A história local, sendo uma narrativa do cotidiano, está ligada à história cultural. Sua importância para o ensino de História se dá, principalmente, por possibilitar a identificação do passado, presente nos espaços de convivência dos alunos, ajudando-os a compreender o lugar onde vivem(Bittencourt,2009). Assim, o processo histórico aparece mais próximo da realidade, tornando o ensino de História mais significativo.

Nossa proposta, no entanto, está longe de fazer um estudo da história local como uma estratégia para os alunos conhecerem e memorizarem nomes de antigos prefeitos que deram nome a praças ou ruas, ou seja, reproduzir a memória do poder local e da classe dominante. Estamos aqui tratando de uma história local que cria vínculos com a memória das pessoas comuns, trabalhadoras, com os usos dos lugares de memória que se apresentaram como recurso de sobrevivência para os mais pobres e desvalidos. “A questão da memória impõe-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega à história local” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

Ao escolhermos enfatizar a história do local, acreditamos que temos muito a contribuir para o desenvolvimento da chamada consciência histórica. É Schmidt (2004) que nos dá essa confiança, ao defender a ideia de que o ensino da história local pode ser considerado uma estratégia didática para a efetivação dos princípios de ordem teórica (finalidades e objetivos da História) e prática (método de ensino de História), estabelecidos por Rüsen para o desenvolvimento da consciência histórica.

Rüsen (2001) considera que a relação dinâmica entre experiência no tempo e intenção no tempo se realiza no processo de vida humana (biológico e social). O pensamento histórico é algo inerente à condição humana, pois naturalmente as pessoas visitam o passado, como forma de atribuir sentido a suas vidas. É resultante de uma operação mental constituída a partir da interpretação das experiências no tempo e em relação às intenções que servem de parâmetros para o agir e o sofrer. Estando também o conhecimento histórico subordinado ao contexto de orientação dos ambientes culturais em que é produzido e aos quais se destina, apresenta uma conexão entre pensamento histórico e contexto cultural.

Rüsen (2001) ressalta que para a constituição da consciência histórica é fundamental a correlação entre passado e presente, expressa através da “narrativa histórica”, que Cerri (2011) destaca ser tanto verbal, quanto não verbal (palavras, imagens e sinais). As especificidades da narrativa histórica, mediante operações da vida prática, se apresentam de três formas fundamentais: primeiro, ao recorrer às lembranças para interpretar a experiência do tempo; segundo, por incluir a interpretação do presente e do futuro na memória do passado, e terceiro, ao levar em conta a representação da continuidade como elemento unificador da relação entre passado, presente e futuro, relacionando as experiências do tempo com as intenções no tempo. Portanto, necessariamente, a consciência do passado está relacionada com a interpretação e o entendimento do presente e a expectativa de futuro.

A partir desse entendimento, o ensino de História ganha sentido e relevância, ao compreendermos a necessidade de se questionar o passado para que as experiências do tempo atendam às carências de orientações do presente. Para além de se construir memória histórica, buscamos evidenciar, muito mais do que fortalecer, as identidades. Sempre respeitando as alteridades e reconhecendo o processo histórico como gerador de mudanças e promovedor de permanências.

Compreendemos ser necessário combater a ideia de engessamento dos aspectos relacionados às identidades coletivas em nome de uma “tradição”.

A escola, por sua vez, contribui para que a identidade social seja (re) orientada, através da apropriação sistemática que cada um faz da História. Cerri (2011) questiona: “Quando se mexe no passado, mexe-se também na identidade coletiva?” E defende:

A consciência histórica pressupõe o indivíduo existindo em grupo, tomando-se em referência aos demais, de modo que a percepção e a significação do tempo só podem ser coletivas. (CERRI, 2011; p. 3)

Portanto a identidade coletiva está relacionada ao desenvolvimento de um tipo de consciência produtora de sentido histórico compartilhado entre os membros de um grupo social, tendo a história o potencial de mobilizar ações individuais e coletivas para a realização das mudanças necessárias, em vista de uma expectativa de futuro.

Para Cerri (2011), a escola contribui, apenas em parte, para a formação histórica dos alunos, pois o meio familiar e cultural também contribuem para essa formação. Podemos constatar isso no dia a dia da sala de aula, quando os alunos, ao assistir às novelas com temáticas históricas (Os Dez Mandamentos da Record, O Novo Mundo da Globo...) passam a nos questionar se de fato, na História oficial, as coisas aconteceram tal qual a novela conta, ou se determinado personagem existiu ou foi inventado para o enredo.

A história escolar produz um conhecimento qualitativamente diferente daquele produzido pelos especialistas acadêmicos. O objetivo principal do ensino de história não é dar conta de uma grande lista de conteúdos, mas de contribuir para que os alunos possam pensar historicamente, serem autônomos, críticos e criativos, favorecendo a ação no presente e o exercício da cidadania plena, preparando-os para participar de uma sociedade democrática.

Vale salientar que a relação entre o ensino de História e a construção da cidadania apresenta diferentes configurações nos diversos contextos políticos. Num contexto democrático, a autonomia, o senso crítico e a criatividade são, de fato, bases para o exercício da cidadania. Em contextos repressores, obediência, disciplina, conformismo e submissão são os aspectos que caracterizam o “bom

cidadão”, que respeita a “ordem” estabelecida para o bem da nação. É o que Fonseca (2003) questiona na relação entre a concepção de ensino de História e a construção de cidadania: Quais são as histórias? Quais cidadanias? Como ser cidadão e lutar pelos direitos sociais e políticos, vivenciando contextos de exclusão? Assim, defende que:

... apesar do peso dos modelos tradicionais de educação, a principal característica do ensino de história no Brasil, no atual contexto histórico, é a busca incessante do fim da exclusão.(Fonseca, 2003, p.; 96).

O desafio está lançado, somos provocados a criar estratégias que tornem a escola um espaço de inclusão social e cultural. Nessa perspectiva, podemos pensar em como a escola pode interagir com a comunidade ao introduzir nos seus conteúdos curriculares a realidade local, tornando o ensino muito mais significativo.

Na luta pelo fim da exclusão e por um ensino mais significativo, precisamos reconhecer os alunos como sujeitos de direitos, dentre eles o de ter uma educação básica de qualidade. Arroyo chama nossa atenção para repensarmos nosso olhar sobre os educandos. Ele acredita já existir mudanças significativas quando afirma: “Há maior preocupação por conhecê-los não apenas como alunos, mas como pessoas. Vê-los como sujeitos de direitos”. (Arroyo, 2014, p. 68).

O professor da educação básica tem à sua frente o desafio de assegurar o direito à educação básica de qualidade, capaz de garantir uma formação para o exercício da cidadania plena, desafio de desenvolver estratégias de ensino que contribuam para a formação básica do indivíduo, sobretudo, para aqueles que estão inseridos no sistema público de ensino, que no Brasil enfrenta inúmeras dificuldades. Um dos pontos, muito pertinente, na abordagem de Arroyo (2014) é chamar a atenção para a necessidade da escola supere a visão mercadológica que reduz sua missão a capacitar os alunos para serem rentáveis para o mercado do trabalho. A escola deve oferecer muito mais que isso aos alunos, cidadãos que têm direito à cultura, a conhecimentos socialmente construídos, à sua memória e identidade.

No campo dos direitos, Fonseca (2009) chama a atenção para a ampliação do conceito de cidadania, que implica também o reconhecimento dos direitos culturais dos diferentes grupos que compõem uma sociedade e que o direito à memória é um dos direitos culturais de todo brasileiro. Nessa perspectiva, aponta

também, para a preocupação com o reconhecimento, respeito e preservação da diversidade, quando afirma:

Cada vez mais, a preocupação em preservar está associada à consciência da importância da diversidade – seja a biodiversidade, seja a diversidade cultural – para a sobrevivência da humanidade (FONSECA, 2009, p.75)

Flávia Caimi (2015) ao analisar os desafios do professor de História, colocando que o mais difícil no fazer docente é criar condições para que os sujeitos possam mobilizar-se intelectualmente. No enfrentamento desse desafio, é necessário conhecer bem os alunos, dominar as técnicas e estratégias do ensinar, assim como o conhecimento histórico. Para tanto, torna-se imprescindível uma compreensão da própria história de vida e das práticas dos membros da sua comunidade, bairro, cidade... Reconhecer-se inserido numa coletividade pela qual deve lutar pelo reconhecimento de suas heranças culturais.

Jovens e adolescentes estão em processo de construção e afirmação de identidades individuais e coletivas. Práticas pedagógicas que promovam o contato com aspectos culturais da localidade na qual a escola está inserida possibilitam que os alunos possam refletir sobre o contexto sociocultural do qual participam. Ser membro de uma comunidade, cidadão de sua sociedade a nível local, regional ou nacional, implica ser capaz de fazer uma leitura e interpretação conjuntural e estrutural dessa coletividade. Só assim eles poderão exercer a cidadania plena e lutar pelos seus direitos civis, políticos, sociais e por que não dizer também culturais.

4 UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA: ARTICULANDO A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL

A atividade pedagógica desenvolvida favoreceu um aprendizado ativo que começou na escola e ultrapassou seus muros. As intenções que mobilizaram a realização da mesma foram que os alunos refletissem sobre as questões que emergem a partir da realidade sociocultural, que compreendessem alguns aspectos da história e cultura local, através dos relatos dos pescadores e pescadoras, e que o resultado dessa atividade viesse a contribuir para a divulgação, preservação e valorização do patrimônio cultural e da história local. Caracterizou-se por ser um projeto pedagógico de pesquisa, no qual articulamos a metodologia da educação patrimonial e da história oral. Na primeira etapa (observação,) utilizamos a metodologia de sequência didática para realização de aulas de preparação para as atividades de entrevistas. As demais etapas do projeto foram realizadas fora do espaço escolar. Na realização das entrevistas, visamos estimular o protagonismo dos discentes, que as realizaram de forma autônoma e colaborativa.

Neste capítulo iremos apresentar uma espécie de diário, procurando relatar de forma minuciosa todo o passo a passo da atividade realizada com os alunos. Apresentamos primeiro o planejamento da atividade. Em seguida o relato da aplicação do projeto com a participação de duas turmas de 9º ano.

Nosso projeto foi realizado no ano de 2017, com alunos de duas turmas de 9º da Escola Municipal João Bento de Paiva, em Itapissuma. A princípio, a intenção era realizar a atividade apenas com a turma do turno da manhã - 9º A, pois eram nossos alunos desde o 6º ano e, portanto, havia um vínculo de confiança e amizade bem fortalecido. Por isso, primeiro apresentamos a proposta para essa turma e iniciamos as aulas de sensibilização e preparação. Contudo depois sentimos a necessidade de também apresentar a proposta para a turma da tarde – 9º B. Logo que apresentamos a proposta, a maioria dos alunos do 9º B aceitou de imediato, demonstrando grande interesse em realizar a atividade, até porque eles já tinham feito um trabalho na disciplina de Português que envolveu entrevistas e tinham gostado bastante.

O projeto envolveu um total de 58 alunos, dos quais 42 fizeram a opção de participar da realização das entrevistas, enquanto 16 apenas participaram das aulas de sensibilização. Parte das aulas de História da III unidade foi utilizada para realização da primeira etapa, que consistiu na realização de uma sequência de aulas de sensibilização e preparação para realização das entrevistas. A sequência didática teve como objetivo apresentar os conceitos de patrimônio cultural e de história oral, bem como os aspectos metodológicos, sensibilizando e preparando os alunos para a participação no projeto.

Para a sua realização, foi seguida a lógica das etapas propostas pelo Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, que são: observação, registro, exploração e apropriação. A seguir, apresentamos a descrição e a análise das etapas de execução da atividade.

Quadro 1 - Planejamento: Projeto de educação patrimonial e ensino de história História de pescadores e pescadoras da Pedra Negra			
Primeira Etapa – Observação Sequência didática de aulas de preparação para realização do projeto			
Aulas	Situação didática	Conteúdo	Recursos
1º aula	Aula expositiva Exibição de vídeos Apresentação da Proposta do projeto	Conceito de Patrimônio cultural - material e imaterial	Vídeos – disponíveis no youtube Artigo 216 da Constituição Federal Celulares dos alunos
2º aula	Realização de atividade Entrevistando os colegas	Metodologia da História Oral	Atividade proposta por Santhiago e Magalhães(2015,p.101)
3º aula	Exibição de vídeos Análise de texto de entrevista transcrita	Metodologia da História Oral	Vídeos disponíveis no Youtube O que é História Oral? Entrevistas de história oral. Transcrição de uma entrevista de história oral
4º aula	Realização de atividade Produção de texto Solicitar para próxima aula perguntas	Autobiografia – Relato de memória	Atividade proposta por Santhiago e Magalhães(2015,p.96).
OBS: Solicitar para que os alunos elaborem perguntas sobre o tema do projeto para serem feitas na próxima aula a um entrevistado convidado e escolham entre eles cinco alunos que realizarão a entrevista.			

Continuação: Quadro 1- PLANEJAMENTO Projeto de educação patrimonial e ensino de história História de pescadores e pescadoras da Pedra Nega			
Primeira Etapa – Observação Sequência didática de aulas de preparação para realização do projeto			
5º- aula	Preparativos para a entrevista	Entrevista de história Oral Entrevista temática - semiestrutura História de pescadores e pescadoras da pedra negra	Atividade proposta porSanthiago e Magalhães(2015,p.99).
6º Aula	Entrevista coletiva		
7º Aula	Exibição do vídeo da entrevista, produzido na aula anterior Debate		
8º aula	Leitura de texto Elaboração e definição de roteiro de entrevistas a ser aplicado com os demais entrevistados. Definição das equipes Apresentação de cronograma para realização das entrevistas	Preparação de roteiros e realização de entrevistas	Trecho do texto de Delgado (2010, p. 24-30)
Obs: No final da sequência didática escolher alguns alunos da turma para participar de uma entrevista coletiva na colônia de pescadores de Itapissuma.			

Sugerimos uma aula extraclasse de visita e reconhecimento do espaço (lugar de memória). Essa atividade foi realizada no mês de maio com a turma do 9º numa ação de educação patrimonial em comemoração ao aniversário de emancipação do município.

Quadro 2 - Planejamento: etapas do projeto realizadas fora do ambiente da sala de aula		
Etapas Subsequentes	Atividade	Tempo previsto
Segunda etapa Registro	Realização das entrevistas	Dois meses Um bimestre
Terceira etapa Exploração	Avaliação escrita do projeto realizada pelos alunos	Uma aula de 50 minutos
	Transcrição Atividade do Professor	Dois meses
	Escolha dos Trechos das entrevistas Primeira fase alunos Segunda fase professor	Um mês
Quarta etapa Apropriação	Elaboração da cartilha	Um a dois meses
	Divulgação do material	Indefinido

4.1 PRIMEIRA ETAPA - OBSERVAÇÃO

As aulas de preparação para a realização das entrevistas foram realizadas nos meses de julho e agosto, durante as aulas de História. Eram sempre aulas geminadas de 50 minutos cada, ou seja, totalizavam uma hora e quarenta minutos. A seguir apresentamos a sequência de aulas executadas em cada turma, conforme o registro de aulas do diário de classe.

4.1.1 Sequência didática realizada no 9º A

Iniciamos a aula do dia 04 de julho de 2017 explicando que tínhamos uma proposta de atividade para ser realizada na III unidade, mas que antes de explicá-la íamos conhecer um pouco a ideia de patrimônio cultural.

A estratégia que utilizamos para apresentar o conceito de patrimônio cultural foi exibir dois vídeos, disponíveis no Youtube, um produzido pela Fundação Joaquim Nabuco e o outro disponível no canal Elaborando Projetos.

No final dos vídeos, apresentamos o artigo 216 da Constituição Federal, escrevendo no quadro e pedindo aos alunos que anotassem no caderno. Abaixo seguem informações dos vídeos utilizados, bem como trecho do artigo da Constituição Federal:

- Patrimônio Cultural: conceito (parte 1) - Youtube¹⁹
- O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial?- Youtube²⁰
- **Art. 216-** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de

¹⁹Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M. Acesso em 21 de julho de 2017.

²⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk&t=56s>. Acesso em 21 de julho de 2017.

referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.²¹

Em seguida perguntamos aos alunos o que eles identificavam como sendo patrimônio cultural de Itapissuma e eles citaram a caldeirada, a pesca, a ponte, a igreja e a Buscada de São Gonçalo (padroeiro da cidade).

Apresentamos, logo após, a proposta do projeto, esclarecendo que os alunos podiam optar em formar equipes para realização das entrevistas, cuja participação ficaria valendo como a nota da avaliação final do 3º bimestre. Foi ressaltado que aqueles que não quisessem participar do exercício sugerido, poderiam fazer a avaliação escrita tradicional, com os conteúdos curriculares de História referentes à unidade, desde que todos participassem das aulas de preparação. Damos o prazo de uma semana para eles decidirem se iriam cooperar com a atividade. Essa ação ocorreu na primeira aula (50 minutos), de uma sequência de duas.

Na segunda aula optamos por realizar uma das atividades sugeridas por Santiago e Magalhães (2015), intitulada de Entrevistando os Colegas, dessa forma buscamos iniciar a apresentação da metodologia da história oral.

²¹Disponível em:

https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acessado em 02 de julho de 2017

Os alunos se dividiram em equipes de cinco componentes, num total de seis. Cada grupo escolheu um integrante para ser entrevistado por outra equipe. O objetivo dessa atividade foi preparar os estudantes para a elaboração de roteiros de perguntas e realização de entrevistas. As equipes definiram um tema livre para a interlocução e os objetivos da mesma, e também elaboraram quatro perguntas para serem arguidas a um aluno do outro *grupo*. Em seguida, escolheram um dos membros para ser o entrevistado de outra equipe. Foi dado um tempo de 20 minutos para a realização desta atividade.

As entrevistas produzidas pelos alunos foram gravadas em formato de vídeo em seus celulares. Logo que tentamos iniciar a tarefa, com todas as equipes trabalhando ao mesmo tempo, não obtivemos sucesso, pois o barulho produzido por muita gente falando ao mesmo tempo comprometeu a execução da atividade e a qualidade das filmagens. Interrompemos a ação e tentamos mais uma vez, com metade das equipes, num primeiro momento, enquanto as outras apenas observavam; em seguida, as demais realizaram as entrevistas. Assim, empreendemos de forma razoável a prática proposta. Importante dizer que os alunos, aparentemente, se divertiram muito realizando a atividade, mas demonstraram também respeito pelos colegas, num verdadeiro espírito de cooperação, o que nos surpreendeu bastante. O que a princípio pareceu-nos que não ia certo, com um pequeno ajuste e redirecionamento, findou num resultado positivo. Todo o processo de execução das entrevistas demorou uns vinte minutos. Elas foram curtas, em torno de cinco minutos de gravação.

Ao término dessa ação, os alunos voltaram para suas equipes e puderam assistir à gravação dos vídeos produzidos. No final da aula, solicitamos que os alunos enviassem para nosso WhatsApp as filmagens, pois iríamos selecionar algumas para analisarmos na próxima exposição.

Nas aulas do dia 25 de julho de 2017, nosso objetivo foi apresentar a metodologia da história oral. Utilizamos como material de apoio o manual de História oral (Alberti; 2005), os livros História Oral na Sala de Aula (Santhiago; Magalhães; 2015) e História oral: memória, tempo, identidade (Delgado; 2010). Na primeira aula exibimos o vídeo do professor José Carlos Sebe B. Meihy, no qual ele explica o que é a história oral; apresentamos duas das entrevistas realizadas pelos alunos na

aula anterior, como também trechos de duas das entrevistas que realizamos em 2007, quando produzimos uma monografia também utilizando a metodologia da história oral.

Debatemos e analisamos os aspectos positivos e negativos apresentados na condução das entrevistas exibidas. Também foram expostos trechos de duas entrevistas de história oral e um modelo de texto de uma entrevista transcrita, disponíveis na internet. Seguem, abaixo, informações sobre os vídeos e texto encontrados na internet.

- O que é História Oral? Professor Sebe explica - Youtube²²
- Vídeo entrevista história de vida Dona Mary - Youtube²³
- Vídeo: "Vida" (Documentário)- Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul - Youtube²⁴
- Transcrição da entrevista do projeto de história oral do Tribunal Superior do Trabalho – Entrevista com o ministro Marcelo Pimentel.²⁵

Na segunda aula, solicitamos a atividade seguinte, também proposta por Santhiago e Magalhães (2015), que foia produção de uma autobiografia (relato de memória). O objetivo foi fazer os alunos perceberem que sempre que alguém decide contar sua história faz escolhas, selecionando o que contar, estabelecendo início, meio e fim para suas narrativas, dando destaque para eventos marcantes ou omitindo aqueles que pelas circunstâncias não se sentem à vontade para compartilhar com outras pessoas. Vale ressaltar que essa atividade também foi muito importante para nós, pois muitos alunos comentaram aspectos de suas vidas, dos quais, como professora de muitos deles desde o 6º ano, não tínhamos conhecimento. O contato com suas histórias, problemas, sonhos e expectativas para o futuro nos sensibilizou.

²² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rl8CDDXFmTE>. Acesso em 21 de julho de 2017

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6Q1XEg7KTao> . Acesso em 21 de julho de 2017

²⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=m0y_SB8iukQ. Acesso em 21 de julho de 2017

²⁵ Disponível em <http://www.tst.jus.br/documents/10157/3517647/Transcri%C3%A7%C3%A3o+da+Entrevista+do+Projeto+de+Hist%C3%B3ria+Oral+do+TST+-+REVISADO+PELO+Ministro+Marcelo+Pimente+2l.pdf>. Acesso em 16 de fevereiro de 2018

O tema provisório da pesquisa que iríamos realizar: História de Pescadores e Marisqueiras da Pedra Negra - foi colocado no quadro, ao final da aula. Explicamos que, na próxima, iríamos levar uma pessoa convidada para ser entrevistada pela turma. Adiantamosque se tratava de uma funcionária da escola, que também era pescadora. A turma teria até a próxima aula para escolher cinco pessoas para a entrevista e sugerir algumas arguições a serem feitas à entrevistada, perguntas essas que tivessem relaçãocom a atividade da pesca. Orientamos aos alunos que fossem fazer a entrevista que recolhessem antes as perguntas e combinassem entre si para evitar repetições. Essa atividade intitulada entrevista coletiva, também foi uma das sugeridas por Santhiago e Magalhães (2015).

Nas aulas geminadas do dia primeiro de agosto de 2017, usamos o primeiro horário para arrumar a sala, averiguar as perguntas que os alunos tinham elaborado e fazer alguns ajustes ou reelaboraões necessárias. Também combinamos com os estudantes que iam fazer a entrevista uma ordem sequencial entre eles para fazer as interlocuções, ressaltando que podiam fazer indagações espontâneas, mesmo fora da ordem pré-estabelecida, sempre que tivessem curiosidade, bem como deixar a entrevistada à vontade quando ela estivesse narrando suas histórias. Por fim, testamos os equipamentos e pedimosaos alunos que também gravassem a entrevista em seus celulares, embora o nosso celular e um MP4 estivessem em uso para a gravação principal. A sala foi arrumada de forma a deixar o espaço no centro livre, as bancas dos alunos observadores dispostas dos dois lados, ficando todos voltados de frente para o centro, onde foram postas as bancas dos entrevistadores, uma ao lado da outra, em frente da carteira reservada para a entrevistada. A nossafoi colocada do lado esquerdo, próxima aos alunos e à entrevistada, permitindo-nos também participar do embate e fazer as interferências e perguntas complementares necessárias. Só após os alunos terem realizado todas as perguntas elaboradas pela turma, fizemos alguns questionamentos suplementares.

A entrevistada foi uma funcionária da escola - a merendeira Josileide Cavalcante, uma pessoa que os alunos conhecem bem e convivem cotidianamente na escola. Já tínhamos combinado previamente com a mesma que haveria as perguntas elaboradas pelos alunos, mas que ela podia ficar à vontade para contar sua história, não precisando se limitar a responder apenas.

A entrevista transcorreu bem, os alunos, apesar de nervosos, se saíram satisfatoriamente. Josileide demonstrou desenvoltura, ficando bem à vontade, contou a sua história de pescadora de forma clara, objetiva e linear. A equipe observadora ficou atenta à atividade desenvolvida, demonstrando interesse pela narrativa e respeitosa com a convidada. O colóquio durou 00h31min46 seg. (trinta minutos e quarenta e seis segundos). Apesar de ser o primeiro, ainda na fase de preparação, foi tão bom que se tornou uma das principais fontes utilizadas no trabalho. As condições de realização favoráveis possibilitaram que o vídeo e a gravação atendessem às expectativas e aos objetivos do projeto.

As aulas do dia 08 de agosto de 2017 foram para exibir e avaliar a entrevista coletiva realizada na preleção anterior, definir as equipes que dariam continuidade à proposta, trabalhar as etapas de realização de um projeto de história oral e definir o roteiro base a ser utilizado nas entrevistas.

Após assistirmos ao vídeo da entrevista coletiva com a pescadora Josileide Cavalcante, abrimos espaço para um debate, no qual os alunos foram estimulados a falar o que acharam da atividade, destacando os pontos positivos e os negativos.

Após o debate, utilizamos o trecho do texto de Delgado (2010, p. 24-30) com orientações sobre a preparação de roteiros e realização das entrevistas. Distribuímos cópias do texto com os alunos e fizemos uma leitura, pontuando cada sugestão da publicação. Logo depois da leitura, mais uma vez, dialogamos com a turma, a fim de que os alunos comentassem e expusessem suas opiniões e principais dúvidas.

Em seguida, definimos a formação das equipes, que no geral foram as mesmas que realizaram a primeira atividade do dia 04 de julho de 2017 – entrevistando os colegas. Os alunos reunidos em suas respectivas equipes avaliaram as perguntas feitas à entrevistada Josileide e sugeriram outras perguntas para compor um roteiro base para orientar as entrevistas das equipes. Cada equipe nos entregou uma lista de perguntas. Foram formadas seis equipes com os 30 alunos dessa turma, que optaram por participar da etapa das entrevistas.

No final da aula apresentamos um cronograma a ser seguido pelos grupos, pois foi estabelecido que cada equipe tivesse dois dias para realizar a entrevista, tendo um mínimo de suporte técnico. Foi disponibilizado um MP4, um pedestal para celular e um cartão de memória, como equipamentos complementares a serem utilizados por cada grupo, dentro do seu prazo, dando assim condições mínimas para a execução da atividade. Buscamos, dessa forma, garantir o registro da entrevista em mais de um suporte, ressaltando que, se alguma equipe não tivesse celular, poderia gravar apenas no MP4.

Depois de comparar e analisar todas as perguntas propostas pelos grupos, fazemos algumas reformulações e acrescentamos algumas perguntas, entregando a cada equipe um roteiro de entrevista semiestruturada. Distribuímos também um cronograma com todas as datas e o prazo estabelecido como data limite para entrega dos registros das entrevistas de cada grupo.

Participou das atividades um total de 33 alunos na turma do 9ºA. Apenas três, desde o início, não quiseram participar da etapa de realização das entrevistas. Porém, oito alunos, que integravam diferentes equipes, desistiram do projeto, umadelas por motivo de cirurgia. Ao final, 11 alunos não participaram da etapa de realização das entrevistas, sendo 22 os alunos dessa turma que continuaram no programa.

Ao término das aulas de preparação, combinamos uma entrevista coletiva a ser realizada no dia 16 de agosto de 2017, com a presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma Z-10, Joana Mousinho. Solicitamos que a turma indicasse dois alunos para participar dessa interlocução

4.1.2 Sequência didática realizada no 9º B

Foi no dia 10 de agosto de 2017 que iniciamos a sequência de aulas de preparação no 9ºB. Como já foi dito, e voltamos a ressaltar, não tínhamos, a princípio, a intenção de realizar a atividade nesta turma, mas o bom andamento das aulas na turma do 9º A, fez-nos reavaliar a decisão e também apresentar a

proposta para o 9º B. Também fizemos algumas adaptações no planejamento das aulas, a partir da avaliação dos resultados obtidos na primeira turma.

Iniciamos a sequência de aulas de preparação e sensibilização para o projeto, na turma do 9º B, no dia 27 de julho de 2017. Seguimos a mesma programação realizada na primeira aula do 9º A, no dia 04 de julho de 2017, portanto não há necessidade de relatar novamente a estratégia utilizada. A maioria dos alunos aceitou de imediato a proposta; fizemos logo um levantamento de quais alunos iriam aderir ao projeto e tivemos a adesão de dezenove alunos; apenas cinco alunos declararam que não queriam participar do mesmo. Informamos aos estudantes que teríamos uma sequência de oito dias de aulas geminadas de história, dedicadas à preparação para a realização das entrevistas, e que todos os alunos deveriam participar dessas aulas.

Destacamos que, ao realizar a atividade de entrevistar os colegas, seguimos logo para a estratégia de dividir a ação em dois momentos, um em que parte das equipes fazia a entrevista e as demais observavam e vice-versa. Para essa atividade, a turma foi dividida em cinco equipes. Tivemos um melhor resultado na prática do 9º B, pois não passamos pelo mesmo estresse da experiência do 9º A e tivemos um melhor aproveitamento do tempo.

No dia 01 de agosto de 2017, repetimos a programação da aula do 9º A do dia 25 de julho de 2017, já descrita acima, na qual trabalhamos a metodologia da história oral. Porém fizemos uma alteração: nessa mesma aula utilizamos o trecho do texto de Delgado (2010, p. 24-30) com dicas para preparação de roteiros e realização das entrevistas. Distribuímos cópias do texto com os alunos e fizemos uma leitura, comentando cada dica e sugestão do mesmo. Fizemos essa adaptação, ao perceber que era mais coerente trabalhar esse conteúdo antes da realização da atividade de entrevista coletiva na sala de aula. Assim, os alunos já teriam as dicas para realizar a atividade. Após a leitura, abrimos espaço para um debate, a fim de que os alunos comentassem e expusessem suas opiniões e principais dúvidas.

Seguido ao debate, solicitamos que os alunos definissem as equipes de trabalho, pois na próxima aula teríamos uma pessoa convidada (não revelamos quem seria) para ser entrevistada na sala, de forma coletiva. Portanto, cada equipe

teria que indicar uma pessoa para fazer essa entrevista e cada grupo teria que sugerir as perguntas que seriam feitas. Foram quatro equipes formadas, totalizando dezenove alunos, que iriam participar da realização das entrevistas, cinco não quiseram participar dessa etapa do projeto.

No dia 10 de agosto de 2017, na primeira aula, as equipes se reuniram para organizar as perguntas que seriam feitas para o convidado. Dividimos a turma em quatro equipes. Conversamos com os grupos, sugerimos as adaptações necessárias, e definimos uma ordem a ser seguida pelos alunos entrevistadores, ressaltando que todos podiam fazer perguntas espontâneas, oriundas de sua curiosidade pessoal, sem necessidade de seguir rigorosamente a sequência pré-estabelecida; Demos algumas orientações para a condução da entrevista e, por fim, organizamos o espaço e testamos os equipamentos. Na segunda aula, levamos a convidada Maria do Carmo Ferreira, que também é merendeira da escola, do turno da tarde. Ela trabalhou por muito tempo como pescadora. Realizamos de forma satisfatória as entrevistas. Os alunos apresentaram um bom desempenho na condução da atividade e nossa convidada, demonstrando estar à vontade durante a conversa, apresentou seu relato de forma clara e compreensível. Os estudantes, de forma geral, demonstraram muita atenção à entrevista e interesse por tudo que foi relatado. A interlocução teve a duração de 00h23mins13seg (vinte e três minutos e treze segundos).

Os alunos foram comunicados que, no dia 16 de agosto de 2017, haveria uma entrevista coletiva, com a participação de representantes do 9º A e do 9º B, com a pescadora e presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma, Joana Rodrigues Mousinho. Foi solicitada a indicação de dois alunos da turma para participar do colóquio. No final, mais um aluno se ofereceu para ficar responsável pelo registro da entrevista. Assim tivemos a indicação de três alunos do 9º ano B para participar da atividade.

Recolhemos as perguntas elaboradas pelos alunos para terminar de consolidar o roteiro base a ser utilizado por todas as equipes envolvidas no projeto.

Nessa turma tínhamos um total de 24 alunos, dos quais 19 aceitaram participar da etapa de realização das entrevistas.

4. 2 SEGUNDA ETAPA - REGISTRO

As entrevistas foram semiestruturadas, contando com um roteiro base (Apêndice – A) elaborado pelos alunos durante as aulas de preparação. Nossa participação na elaboração do roteiro foi no intuito de selecionar e reformular algumas perguntas, fazendo as complementações necessárias. No entanto, interferimos o mínimo necessário, deixando que as perguntas expressassem a curiosidade e o interesse dos alunos. Por ser uma entrevista semiestruturada, estimulamos ao máximo que os alunos ficassem à vontade para fazê-las espontaneamente durante o trabalho proposto.

Cada equipe recebeu também um formulário de termo de cessão de uso de depoimento oral e imagem (Apêndice-B), em duas vias, elaborado a partir das recomendações de Alberti (2005) no manual de história oral da Fundação Getúlio Vargas. Orientamos que o formulário deveria ser preenchido e assinado pelo entrevistado (a) e que uma via deveria ser deixada com ele (a) e a outra devolvida junto com a gravação, só assim a atividade estaria devidamente completada.

Foram formadas dez equipes, sendo seis na turma do 9º A e quatro na turma do 9º ano B. Em uma das equipes da turma do 9º A, a maioria dos alunos desistiu e apenas uma aluna deu continuidade à atividade. As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2017. Sendo duas realizadas durante as aulas de sensibilização para a prática de entrevistas (uma no 9ºA e outra no 9º ano B, ambas com funcionárias da escola que já trabalharam na pesca). O início de outubro foi o prazo estabelecido para que a última equipe entregasse as gravações e/ou filmagem da entrevista.

Para iniciar o trabalho de campo foi realizada, no dia 16 de agosto de 2017, uma entrevista coletiva com a pescadora e presidente da Colônia de Pescadores Z-10, Joana Mousinho. A realização dessa entrevista foi sugerida às turmas e solicitada a participação de dois alunos de cada turma. Os dois alunos que primeiro se ofereceram, em cada uma delas, foram os escolhidos para realizar a entrevista e um aluno se dispôs a ficar responsável pela gravação. Participaram desse colóquio, portanto, dois alunos do 9ºA e três alunos do 9ºB, ficando quatro responsáveis por

conduzir a entrevista, que contou com a nossa participação, e um aluno ficou responsável pela gravação.

Essa produção foi exibida para as duas turmas, e os alunos que participaram puderam contar como foi a experiência para os demais, evidenciando os aspectos positivos e os negativos da mesma. Vale salientar que não seria viável a participação de muitos alunos para realizar essa entrevista, por isso consideramos que cinco pessoas era um número máximo para que ela fosse realizada de forma satisfatória.

Continuando as ações do projeto, montamos um cronograma de entrevistas a ser seguido pelas equipes das duas turmas e providenciamos um equipamento (MP4) e um pedestal para celular que deveriam ser utilizados por cada uma e repassados para a subsequente. Essa decisão foi tomada para que garantíssemos a gravação das entrevistas, caso o celular dos alunos apresentasse algum problema na hora de gravar (pouca memória, bateria descarregada, etc.) ou no caso dos alunos de alguma das equipes não possuir celular, como foi o caso de uma delas.

No cronograma, os seis grupos formados da turma do 9º A tiveram entre 15 de agosto a 05 de setembro de 2017 para realizar as entrevistas e entregar as gravações e os equipamentos utilizados. Elas realizaram um total de seis produções. Uma delas realizou duas entrevistas, porém uma foi produzida em um curto período de tempo (menos de cinco minutos) e não apresentou um conteúdo relevante. Três equipes conseguiram cumprir essa etapa do projeto sem nenhuma ajuda ou interferência - conseguiram as pessoas para entrevistar e realizaram a atividade apenas com a participação de seus membros.

No entanto, três equipes do 9º A alegaram dificuldade para conseguir pessoas que se dispusessem a ser entrevistadas. Uma dessas equipes afirmou que até conseguiu uma pescadora para entrevistar, mas depois ela desistiu, alegando timidez. Neste caso, a alternativa que tivemos foi ajudá-las, indicando pessoas para a realização do trabalho. Então, pedimos que fosse indicado de cada equipe um aluno para realizar, de forma coletiva, com representantes das três equipes, duas entrevistas, no mesmo dia e com a nossa participação. Duas equipes tiveram que escolher, entre seus membros, quem iria realizar a entrevista; da terceira equipe, a maioria dos alunos desistiu, ficando apenas uma aluna e esta, então, também participou da atividade. No total, essas equipes somavam nove alunos. Foram

realizadas duas entrevistas com a participação de três estudantes, representantes dos três grupos. Participamos, então, acompanhando os alunos e no final dos encontros também realizamos algumas perguntas complementares.

Já o 9º B teve de 05 de setembro a 15 de outubro para realizar as entrevistas, produzindo um total de cinco, haja vista que uma das equipes acabou realizando duas entrevistas. Infelizmente um dos grupos do 9ºB não apresentou o termo de cessão de uso de depoimento oral, devidamente preenchido e assinado pelo entrevistado, como foi exigido, por isso optamos por não utilizar esse material na produção da cartilha. No 9º B nenhuma equipe apresentou dificuldade em conseguir entrevistados e cumpriram, a contento, essa etapa do projeto.

Foram, portanto, catorze entrevistas realizadas, das quais doze foram utilizadas para compor o texto da cartilha, e as demais não tiveram seu conteúdo aproveitado pelos motivos expostos acima.

Apesar de o roteiro de entrevista semiestruturada utilizado por todas as equipes ser o mesmo, alguns entrevistados desenvolveram uma narrativa com maior desembaraço e riqueza de detalhes, enquanto outros se limitaram a responder às perguntas de forma muito básica e superficial. Acreditamos que, entre outros motivos, por se tratar de uma entrevista filmada, as pessoas ficaram inibidas, não se sentindo à vontade para narrar com espontaneidade suas histórias. Isto, no entanto, não desqualifica a atividade, pois a alegria e a satisfação dos alunos em conseguir cumprir todas as etapas da atividade proposta, já é um resultado bastante positivo a nosso ver.

Apesar dos recursos tecnológicos limitados, o material apresentou uma qualidade razoável. Além do equipamento disponibilizado (MP4, cartão de memória, pedestal para o celular) também criamos um grupo num aplicativo, o WhatsApp, visando facilitar a comunicação.

4.3 TERCEIRA ETAPA- EXPLORAÇÃO

No dia marcado para a avaliação final da III unidade, enquanto os alunos que não participaram da etapa de realização das entrevistas, faziam a avaliação escrita tradicional, as equipes que realizaram a pesquisa se reuniram para preencher uma ficha referente à avaliação da atividade realizada. (Apêndice- C).

Dentre os questionamentos feitos aos alunos acerca do projeto, destacamos aqui algumas declarações sobre o que eles acharam da proposta e se participariam de outra posteriormente.

“Sim, porque com essa atividade aprendemos um pouco mais sobre o patrimônio cultural do nosso município”. (Equipe de alunos do 9º A)

“Sim. Achamos muito importante, porque aprendi mais sobre a cultura da minha cidade, que está muito esquecida atualmente”. (Aluna do 9º A)

“Aprendi a cultura local, que tem muitas histórias de pessoas que vivem da pesca, que chega a emocionar e isso é uma aprendizagem para a vida”. (Aluna do 9º A)

“Sim. Aprendemos a entrevistar sem ter vergonha e aprendemos a cultura de nossa cidade. Achamos bom porque colaboramos com todas as atividades”. (Equipe de alunos do 9º A)

“Aprendemos que temos que ter paciência e escutar com atenção a história do entrevistado. Gostamos mais ou menos, porque tivemos que achar os entrevistados e elaborar perguntas.” (Equipe de alunos do 9º A)

“Claro que sim. Aprendemos mais sobre a história da nossa cidade e também sobre muitas outras coisas sobre ela. Legal, porque trabalhamos em grupo e ficou tudo organizado, não teve nada de ruim e os entrevistados concordaram com a entrevista”. (Equipe de alunos do 9º A)

“Nós aprendemos a gravar entrevistas melhores, perder o medo de fazer uma entrevista gravada”. (Equipe de alunos do 9º B)

“Sim, porque é um ótimo trabalho, divertido, legal, por conhecer mais da vida dos pescadores e marisqueiras.” (Equipe de alunos do 9º B)

“Mas é claro. Muito bom, legal e criativo. Aprendi a tirar sururu, marisco e ostra.”(Equipe de aluno do 9ºB)

A partir das declarações dos alunos, concluímos que, no geral, eles gostaram da atividade e ficaram motivados a repeti-la. Eles também desenvolveram o censo crítico e ficaram sensibilizados quanto às dificuldades enfrentadas por quem trabalha na pesca e depende disso para sobreviver. Alguns, em suas declarações, reconheceram que através das histórias dos pescadores/as aprenderam mais sobre a história e a cultura locais.

Após a realização das entrevistas e recolhido o material gravado, realizamos a sua transcrição e selecionamos os trechos mais representativos da cultura da pesca em Itapissuma para compor a cartilha. Tivemos muitas dificuldades no processo de transcrição, por se tratar de um procedimento técnico, que requer tempo e muita atenção. Uma das dificuldades enfrentadas foi terminar a transcrição das entrevistas a tempo de os alunos participarem do processo de leitura das mesmas e escolher os trechos que seriam utilizados para a elaboração da cartilha.

As reproduções ficaram prontas apenas no final de novembro e, nesse período, os alunos iniciaram as avaliações e recuperação final. Além disso, outros eventos do calendário escolar também inviabilizaram a realização dessa etapa, naquele momento. Outra situação que poderia descontinuar a atividade, no ano seguinte, referiu-se ao fato de que os alunos precisavam deixara escola para dar continuidade aos estudos, pois não há oferta de ensino médio na rede municipal.

As dificuldades foram, em parte, superadas, pois mantivemos o contato com alguns alunos, via celular, redes sociais e uma parcela deles foi para a escola estadual onde também sou professora. Fizemos contato no início do ano letivo (fevereiro de 2018), e entregamos as entrevistas transcritas aos alunos ainda dispostos a finalizar a atividade. Logo após, pedimos que selecionassem os trechos que acharam mais interessantes da entrevista que sua equipe realizou.

Dentre os trechos escolhidos pelos alunos, estavam algumas considerações de entrevistados sobre a realização do nosso projeto. Também é pertinente

destacarmos essas declarações para termos uma maior noção do que essa atividade representou na perspectiva dos entrevistados.

“Alunos que não sejam filhos de pescador, que não viva na pesca. Mas que está conhecendo, não é? A história de Itapissuma, da pesca de Itapissuma. E se for o caso de ir lá para fora, aí já sabe como... Tem mais ou menos uma base de como defender a cidade, não é? Isso é muito importante”.

(MOUSINHO, 2017)

“Isso para nós aqui da colônia, isso é um trabalho muito importante, não é? Só de vê a juventude, não é? Os filhos das pessoas, dos pescadores e da população do nosso município se interessar em resgatar a cultura, principalmente a cultura da pesca no nosso município, isso aí está ótimo, maravilhoso, continue”.

(PAZ, Mirian, 2017)

“Assim, eu acho que está de parabéns... Porque é muito esquecido realmente, a pesca. Não é todo mundo que quer fazer pesquisa sobre isso não. Eu até chego a ficar emocionada [emoção] [silêncio]. Porque não é todo mundo que quer fazer pesquisa sobre isso, saber, perguntar sobre a sua vida, o que você passou para chegar até aqui, onde você está hoje. Se eu estou aqui é primeiramente a Deus, segundo à pescaria.”

(PAZ, Verônica, 2017)

4.4 QUARTA ETAPA – APROPRIAÇÃO: A CARTILHA

Podemos conceber uma gama de possibilidades de materiais didáticos utilizados para mediar a comunicação entre o professor e o aluno. Muitas vezes eles não foram produzidos para essa finalidade, mas oferecem condições de utilização em situações de aprendizado.

Nossa proposta foi produzir uma cartilha direcionada ao grande público, tanto a população local, como todas as pessoas que tiverem interesse de conhecer mais sobre a história e cultura do município de Itapissuma. Cartilha esta com o potencial de ser utilizada para mediar a comunicação entre o professor e seus alunos, numa situação de educação patrimonial. Bem como, também servindo de

veículo comunicacional entre os potenciais leitores e nós que vivenciamos uma experiência pedagógica e, a partir dela, produzimos a cartilha.

A cartilha foi o meio que escolhemos para divulgar os resultados obtidos da nossa atividade pedagógica. O texto que a compõe foi construído utilizando partes das entrevistas que melhor evidenciam a cultura da pesca artesanal em Itapissuma, expressando os fazeres, saberes e o viver dos pescadores e pescadoras. A partir dos trechos selecionados pelos alunos, fizemos uma nova seleção e algumas complementações, que também consideramos importantes, e assim seu texto final foi composto.

As imagens que a ilustram foram produzidas a partir de registros fotográficos em celulares, feitos por mim e pelos alunos, durante o período de realização do projeto. Algumas delas foram contribuições de outra atividade pedagógica desenvolvida no mesmo período, numa turma de Educação de Jovens e Adultos- EJA Fase IV (8º e 9º), na Escola Estadual Gercina Fernandes Rodrigues, na qual orientamos um Trabalho de Conclusão de Fundamental - TCF, sobre a Colônia de Pescadores Z-10.

Produzimos um material com informações que evidenciam não só aspectos da cultura da pesca, mas também históricos e socioambientais. A cartilha apresenta um texto de múltiplas vozes e autoria, sendo os autores os pescadores e pescadoras, alunos e professora.

Após finalizar o projeto, pretendemos realizar uma culminância com a apresentação da cartilha para a comunidade, na Escola João Bento de Paiva. Planejamos, também, divulgar o material em outros espaços, contribuindo, assim, para o reconhecimento da importância das histórias, práticas e fazeres dos pescadores e marisqueiras como patrimônio cultural imaterial de Itapissuma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante das dificuldades que enfrentamos tudo valeu a pena. O desafio foi grande, mas superamos nossos medos e limitações. Juntos - professora, alunos e comunidade, representada pelos pescadores/as - construímos conhecimento histórico sobre a história e a cultura do nosso lugar, chamado Itapissuma – Pedra Negra em tupi.

O processo de ensino-aprendizado por si só é dinâmico e acontece numa via de mão dupla. Não podemos e não devemos ignorar os conhecimentos prévios dos alunos, suas múltiplas capacidades e todo o potencial que cada um deles carrega e que precisa ser mobilizado. Muito menos devemos ignorar a realidade sociocultural na qual os alunos estão inseridos, pois dessa forma estaríamos favorecendo processos que tentam invisibilizá-la.

A escola não pode apenas reproduzir conteúdos pré-estabelecidos nas matrizes curriculares e nos livros didáticos, deixando de lado assuntos e contextos mais próximos, os quais os alunos conhecem e vivenciam. Como também, apenas aulas expositivas não são suficientes para garantir um ensino participativo e significativo. É preciso, sim, inovar, arriscar, buscar novas metodologias. Iniciar, mesmo que de forma tímida, nossos alunos no fantástico mundo da pesquisa científica.

Um dia uma colega de trabalho chegou à sala dos professores comentando que os alunos de uma das equipes estavam conversando na sala de aula sobre o nosso projeto, um deles dizia, num total espírito de liderança: “A gente vai fazer sim, é o trabalho do mestrado da professora e ela está dependendo e confiando na gente”. Emocionada e acreditando ainda mais nos nossos alunos, entendemos que fazer o aluno sentir-se de fato parte do processo, no outro lado da moeda, ou melhor, no devido lado, autor e protagonista de seu aprendizado, já é um excelente resultado. Não eram só eles que precisavam da professora, detentora de um conhecimento específico. O conhecimento estava dependendo de uma construção coletiva: professora, alunos e comunidade, parceiros nessa empreitada.

E vale ressaltar que a participação dos alunos no projeto não foi uma imposição, mas uma alternativa aos tradicionais métodos avaliativos. E os

estudantes que optaram por não participar do projeto também obtiveram bons resultados na avaliação tradicional (prova escrita) e na média do bimestre.

Arriscamos sim e pensamos muitas vezes: “E se os resultados não forem satisfatórios?” “E se as gravações das entrevistas não apresentarem qualidade suficiente para conseguirmos fazer as transcrições?” “E se muitos alunos desistirem do projeto no caminho, inviabilizando sua concretização?” “E se...”.

Chegamos à conclusão de que a disposição para caminhar e tudo que se aprende no percurso vale tanto quanto os almejados resultados. Os erros e imprevistos fazem parte do processo. Por sinal, também se aprende muito com os erros; só não erra quem não tenta. Além disso, criar estratégias para driblar algumas dificuldades, sempre será necessário em todo processo educacional.

Mobilizamos conhecimentos teóricos e metodológicos para promover uma ação de educação patrimonial no ensino de História que, a princípio, atingiu alunos de duas turmas de 9º ano do ensino fundamental. Buscamos, com essa ação, promover a valorização da cultura da pesca como patrimônio cultural de Itapissuma. Esperamos atingir muitas outras pessoas que tiverem oportunidade de conferir nossa cartilha.

Essa atividade possibilitou, aos alunos, realizar uma atividade pedagógica em outros espaços de saberes, ter contato com uma técnica de produção de fontes históricas e com pessoas da comunidade que têm muito a ensiná-los por meio de seus relatos.

Temos a convicção de que a amostra dos resultados divulgados na nossa cartilha dá um bom panorama do que representa a pesca em Itapissuma, a partir dos questionamentos feitos por nós, alunos e professora, e da perspectiva dos pescadores/as que foram entrevistados.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (coords.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2001.

ARROYO, Miguel. *Imagens quebradas: trajetórias de tempos de alunos e mestres*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BARBOSA, Cibele; COUCEIRO, Sylvia. Cultura imaterial e memória documental em Pernambuco. In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins (Orgs). *Tradições & Traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008; p.16-17.

BOSI, Ecléa. *Memórias e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp>. Acessado em: 02 jul.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/279736.pdf>>. Acessado em: 25 set. 2017.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de educação Fundamental; Brasília; MEC/SEF; 1998.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em 09 set.2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa O que precisa saber um professor de história? *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul/dez, 2015.

CASTRO, Denise de Freitas [orgs.] [2015?]. *A Pesca Artesanal em Pernambuco: Ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal*. Disponível em: <http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CERRI, Luis Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

CURY, Cláudia Engler; VIRGÍNIO, Isabella. Educação Patrimonial –possibilidades para o ensino de história. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0820.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Andréa Ferreira; SILVA, Mônica Martins da. A investigação histórica acerca do Patrimônio Cultural do Sul da Ilha de Santa Catarina e a construção de uma proposta de Educação Patrimonial. *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado*. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1406065847_ARQUIVO_TextosAndreaDelgadoeMonicaMartins.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

DIAS, Guilherme; SOARES, André Luiz Ramos. Educação patrimonial e educação popular: um viés possível. In: SOARES, André Luis R.(Orgs). *Educação patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007; p. 65-77.

FERRAZ, Joana D’ Arc. Fernandez. Movimentos sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina. (orgs.) *E o patrimônio?* Rio de Janeiro. Contracapa, 2008; p. 22-111.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira. *Contadores de Histórias: Tradição e atualidade*. Recife: UFPE, 2005. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/605>>. Acesso em: 05. nov.2017.

FLORÊNCIO, Sônia Regina R. et. al. *Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Brasília-DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FONSECA, Selma Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Lançando Rede Tecida e Retecida na Esperança de Garantir Peixe e Sonho. Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-3007-1.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2017.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. 1edição digital. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE. *Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental de Santa Cruz*. [entre 2008 e 2010] Disponível em: http://www.cprh.pe.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diagnosticosantacruz;2243;20120906.pdf. Acesso em: 07.ago.2017.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

IPHAN. PORTARIA N 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<https://iphanparana.files.wordpress.com/2012/09/portaria-iphan-chancela-da-paisagem-cultural.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2017.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. INRC 2000- Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

IBAMA/CEPSUL. Dados Estatísticos do Ano de 2000: Pesca Extrativa em Santa Catarina. Itajaí (SC): CEPSUL/IBAMA, 2000. Disponíveis em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/biblioteca/acervo-digital/111-estatistica.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBAMA/MMA. Boletim de estatística da pesca no Brasil de 2005 e de 2007: grandes regiões e unidades das federações. Brasília (DF): 2007. Disponíveis em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/biblioteca/acervo-digital/111-estatistica.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018

LACERDA et.al. *Patrimônio Cultural em Oficinas: atividades em contextos escolares*. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço, 2016.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Lisboa: Edições 70, 1982.

LIMA, Tânia; QUINAMO, Tarcísio. Características Socioeconômicas. In: *Gerenciamento participativo de estuários e manguezais*. Editores: BARROS, Henrique Monteiro de; MACEDO, Sílvio José de; LEÇA, EnideEskinazi; LIMA, Tânia. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. pag. 181 – 224.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo(17) Nov.1998

MARTINS, Ismênia de Lima. História e Ensino de História: memória e identidades sociais. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Ariette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza [orgs]. *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro; Editora Mauad X: FAPERJ, 2007; pág. 13-20.

MPA. Boletim estatístico da pesca e aquicultura: Brasil 2011. Brasília (DF).Disponíveis em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/biblioteca/acervo-digital/111-estatistica.html>>. Acesso em 20 mar. 2018.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PERNAMBUCO, DECRETO Nº 32.488, De 17 de outubro de 2008.Governo do Estado. Disponível em:http://www.cprh.pe.gov.br/legislacao/decretos/decretos_estaduais/39820%3B59270%3B140202%3B0%3B0.asp. Acesso em: 24 dez. 2017.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; ALBUQUERQUE, Pedro Arthur Tenório Silveira de; JUSTE, YasminaPimental Victor. Na Peleja Pelo Reconhecimento Social: O caso das pescadoras artesanais da Colônia Z-10 de Itapissuma.*Estudos de Sociologia*, [S.l.], v. 2, n. 21, p. 113-142, mar. 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235652>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

PIMENTEL, Marcelo. Transcrição da entrevista do projeto de história oral do TST. [2012] Entrevistado: ministro Marcelo Pimentel. Entrevistadores: Margarete Ferreira de Souza Brito, Rosália Fortaleza Albuquerque, Leonardo Neves Moreira, Nayara Carvalho. Transcrição: Luiza Brito Lemos. *Programa História Oral do Tribunal Superior do Trabalho*. Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/10157/3517647/Transcri%C3%A7%C3%A3o+da+Entrevista+do+Projeto+de+Hist%C3%B3ria+Oral+do+TST++REVISADO+PELO+Ministro+Marcelo+Pimente+2l.pdf>>. Acesso em 21 jul. 2017.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, nº 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.5,nº10, 1992, p.200-212.

QUINAMO, Tarcísio dos Santos. *Pesca Artesanal e Meio Ambiente em Áreas de Manguezais no Complexo Estuarino-Costeiro de Itamaracá, Pernambuco: o caso de Itapissuma*. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4501>>. Acesso em 05 nov. 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *"Ah, esse povo do mar!": trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. 2002. 135p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, UFPE, 2002.

_____. *Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape*, PE. 2007. 300p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280336>>. Acesso em 29 mar. 2017.

_____. A desnecessidade do trabalho entre pescadores artesanais. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 192-220, abr. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000100192&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2018.

RUSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília; Editora Universidade de Brasília: 2001.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. *História oral na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; 2015.

SALVADORI, Maria Ângelo Borges. *História, ensino e patrimônio* [recurso eletrônico]; 2. Ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O Ensino Local e os Desafios da Formação da Consciência Histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Ariette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza [orgs.]. *Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro; Editora Mauad X: FAPERJ, 2007; pág. 187-197.

SCIFONI, Simone. Paisagem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana Lúcia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/ Copedoc, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 13 dez. 2017

SILVA, Mônica Martins da. História Oral e Patrimônio Cultural no Sul da Ilha de Santa Catarina. Experiências formativas do PIBID História. *XIII Encontro Nacional de História Oral: História Oral, Práticas Educacionais e Interdisciplinaridade*, UFRS, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1463178917_A_RQUIVO_TextocompletoeventoNacionaldeHistoriaOral2016.pdf>. Acesso em 20 nov. 2017.

SILVA, Maria Olga Enrique; TOLENTINO, Atila Bezerra. Narrativas de Educação Patrimonial: a experiência da casa de patrimônio da Paraíba. In: *Caderno do Patrimônio Cultural, educação patrimonial*. Vol. 01. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

SILVA, Geraldo Luiz (Coord.). Os Pescadores na História do Brasil. Recife: Comissão Pastoral dos Pescadores; Vozes, 1988. Vol1.

SOUZA, Cristiële Santos de; SOARES, André Luis Ramos. Educação Patrimonial e História Oral na vila de Santo Amaro: instrumentos de preservação e democratização da Memória e do Patrimônio. *Encontro sobre Patrimônio Cultural*. Itajaí – Santa Catarina, Brasil; 2007. Disponível: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/Ed.%20patrimonial.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. Relatos orais e a construção da memória na “Cartilha do patrimônio”- centrohistórico inicial de João Pessoa. *SAECULUM Revista de História*, n 18;jan/jun, pág. 57-73, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11397/6511>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

UNESCO. 1989. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris, 15 de novembro de 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____.2003. *Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 19 mar.2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. Nº 23. Pág. 5-14, Maio/Jun/Jul/Ago. 2003

Vídeos:

Memória e Patrimônio - Patrimônio Cultural: conceito (parte 1). 10 min e 4 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vGeXC_2nx9M>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

O Que é Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial? 3 min e 20 seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Uz61DKiMAk&t=29s>>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

O que é História Oral? Professor Sebe explica. 5 min e 32 seg. <<https://www.youtube.com/watch?v=rl8CDDXFmTE>>. Acesso em 21 de julho de 2017.

VÍDEO ENTREVISTA HISTÓRIA DE VIDA DONA MARY. 8 min e 13 seg, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6Q1XEg7KTao>>. Acesso em 21 de julho de 2017

"Vida" (Documentário). Mulheres e Práticas de Saúde: Medicina e Fé no Universo Feminino. Museu da História da Medicina do Rio Grande do Sul. 9 min e 31 seg. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m0y_SB8iukQ>. Acesso em 21 de julho de 2017.

Lista das entrevistas:

CANÁRIO, Adelmo José (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Douglas Resende da Silva, Douglas Bezerra dos Santos, Luiz Felipe Pereira, Glebson da Costa Cordeiro, João Vitor da Silva Vieira, Andrew Lucas Nascimento, Kauan Marques Seabra do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

CORDEIRO, Genival João (depoimento, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Luciano Victor G. Souza, Cristiano da Silva Bezerra, José Paulo França dos Santos do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

ALVES, Maria José (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Ivanilson Ryan B. de Oliveira, Jussara Maciel do Nascimento e Micaelly Bandeira da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

FERREIRA, Maria do Carmo. (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

MOUSINHO, Joana Rodrigues. (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos; Daniel Pereira da Silva ; Luiz Felipe Pereira; Ivanilson Ryan de Oliveira; Paula khadja Fernandes da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PEREIRA, Marcos Araújo (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Cristiano da Silva Bezerra, Luciano Vitor G. de Souza e José Paulo França dos Santos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PAZ, Mirian Mousinho da (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PAZ, Verônica Mousinho da (depoimento, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

RODRIGUÊS, Leidyana Maria (depoimento, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Jadson André da Silva, Paulo Henrique Rodrigues, Carlos Lucas V. Gonçalves, Leonardo de Oliveira Martins e Alexsandro José Nascimento de Melo do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SANTOS, Damião Antônio dos (depoimento, 2017). Itapissuma - PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Adriele L. de Pontes, Geniffer Abreu da Silva, Paula Kadja Fernandes da Silva, BiancaMoura Santos e Lívia Rosendo dos Santos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SILVA, Maria José dos Santos (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Daniel Pereira da Silva, Yasmin Meneses Soares, Jayane Fabrícia da S. Barros, Cristiane Oliveira de Souza e Tatiane Tomas Pacheco do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SILVA, Josilene Cavalcante dos Santos (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PESCADORES

Entrevista Temática: História de Pescadores e Pescadoras da Pedra Negra.

Roteiro base para entrevista Semiestruturada

- 1- Qual o seu nome?
- 2- Qual a data de seu nascimento?
- 3- Qual o local do seu nascimento?
- 4- Conte-me como foi que se tornou pescador (a), (marisqueira).
- 5- Quem foi que lhe ensinou a ser pescador (marisqueira)?
- 6- O que significa para você ser pescador/ marisqueira?
- 7- O que é preciso saber para ser um pescador (marisqueira)?
- 8- Como é que você faz para pescar? (extrair ostra, sururu, marisco...)
- 9- Quais as principais dificuldades que a colônia de pescadores enfrentou e enfrenta atualmente?
- 10- Para você o que representa o Canal de Santa Cruz?
- 11-Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos pescadores e marisqueiras?
- 12-Atualmente como tem sido o trabalho da pesca e extração de crustáceos no Canal de Santa Cruz? Já foi melhor ou pior?
- 13-Você pratica ou já praticou outro trabalho além da pesca?
- 14- Você frequentou a escola? Terminou seus estudos?
- 15-Você já pensou em deixar de ser pescador (marisqueira)? Por quê?

16-Se você não fosse pescador, gostaria de ter qual profissão? Por quê?

17-Na sua família há muitos pescadores e /ou marisqueiras?

18-Você gostaria de que seus filhos também fossem pescadores? Por quê?

19-Você costuma ensinar seus conhecimentos sobre a pesca para seus filhos e netos? Por quê?

20- Para você qual o acontecimento mais marcante ocorrido em Itapissuma?

21- Em sua opinião, quais os elementos que mais representam a cultura de Itapissuma?

22- Você tem alguma história de pescador que pudesse nos contar? Algo que aconteceu com você durante a pesca?

APÊNDICE B- MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE DEPOIMENTO ORAL

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL E IMAGEM PARA O (A) JOSIRENE SOUZA I. DE LUCENA – Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) – UFPE.

1. Pelo presente documento, _____, brasileira,
_____, (estado civil), _____, (profissão).
Carteira de Identidade nº _____, emitida por _____,
CPF: _____, residente e domiciliada em
_____ cede e transfere neste ato,
gratuitamente, em caráter universal e definitivo à JOSIRENE SOUZA I. de LUCENA a
totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral prestado no
dia ou dias _____ perante os
pesquisadores _____ e _____

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, definitivamente, o direito ao exercício dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá o seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
3. Fica, pois, a pesquisadora Josirene Souza Inocência de Lucena plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Itapissuma, _____ de 2017

Nome do cedente (entrevistado)

Pesquisadora: Josirene Souza I. de Lucena

Pesquisador/aluno

Testemunha: _____

CPF:

APÊNDICE C- FICHA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EREF JOÃO BENTO DE PAIVA		
PROFESSOR:	DISCIPLINA:	
ESTUDANTE:	DATA: __ / __ / 2017	
	TURMA: __°	
AVALIAÇÃO DE APRENDIZADO – 3º BIMESTRE		

Ficha de Avaliação

Projeto História de Pescadores e Marisqueiras da Pedra Negra

1º - Avaliem as aulas de preparação para realização das entrevistas.

2º - A partir das aulas de preparação, o que entenderam por patrimônio cultural?

3º - A partir das aulas de preparação, o que compreenderam sobre a História Oral?

3º - Comente sobre a realização das entrevistas, considerando aspectos positivos e negativos.

4º- Detalhe a participação de cada integrante da equipe destacando:

Coordenador das atividades: _____

Elaboração do roteiro: _____

Escolha e contato com entrevistados: _____

Realização da entrevista (filmagem e entrevistador):

Fotografias e escolha de imagens: _____

5º- O que você aprendeu ao participar dessa atividade?

6º- O que acharam dessa atividade?

7º- Participariam novamente de uma atividade como essa?

APÊNDICE D – CARTILHA

História de



Pescadores e Pescadoras

da Pedra Negra

Coordenação: Josirene Souza I. de Lucena

Colaboradores: Alunos do 9º da Escola Municipal João Bento de Paiva - Itapissuma -2017



História de



Pescadores e Pescadoras

da Pedra Negra

Coordenação: Josirene Souza I. de Lucena

Colaboradores: Alunos do 9º da Escola Municipal João Bento de Paiva - Itapissuma - 2017

Diagramação: Danielly Francisco



Sumário

Apresentação.....	04
O Lugar.....	05
O que representa o canal de Santa Cruz?.....	06
A Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma.....	06
Joana Mousinho na presidência da colônia de pescadores de Itapissuma.....	07
Mirian Mousinho da Paz na vice-presidência da colônia Z-10.....	08
Elementos culturais de Itapissuma.....	09
Acontecimentos Marcantes ocorridos em Itapissuma.....	10
A Pesca.....	11
Como começou a pescar?.....	12
O que significa pescar?.....	12
Pescadora ou marisqueira.....	13
O que é preciso para ser um pescador?.....	14
Tipos de pesca.....	15
Pescaria no Alagado.....	18
Pescando Amoreia.....	18
O tempo da pescaria.....	19
Melhores meses para pescar.....	19
As dificuldades na pesca.....	19
A maré.....	20
Quais os tipos de peixe que tem no canal de Santa Cruz?.....	20
Canoa ou baiteira.....	21
O que é caiçara?.....	22
Pescar e vender.....	23
Transmitindo os conhecimentos da pesca.....	25
O que é preciso melhorar na pesca em Itapissuma.....	27
Trabalho e liberdade.....	27
Pescar é uma arte.....	28

Sumário

As Histórias.....	29
A força do vento.....	30
A amoreia.....	31
O mistério do sururu.....	32
Perdida no mangue.....	33
Grávida pescando siriri.....	34
O curral e a arraia.....	35
Cinco mil quilos de espadas.....	35
Tecendo redes com o fio da macaibeira.....	36
Mãe guerreira lutando na maré.....	36
Atividade 1: Cruzadinha.....	37
Atividade 2: Caça-palavras.....	38
Colaborações – entrevistados.....	39
Lista de entrevistas.....	41
Créditos.....	42

Apresentação

Esta cartilha é resultado de uma atividade pedagógica realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal João Bento de Paiva, em 2017, no município de Itapissuma, sendo parte propositiva da dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA/UFPE), realizado por Josirene Souza Inocêncio de Lucena, professora de história da rede pública de ensino do município de Itapissuma e do estado de Pernambuco.

A mesma foi produzida a partir de entrevistas realizadas pelos alunos. O roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado com a contribuição dos estudantes. A partir dos questionamentos elencados, foram criados os temas e subtemas que compõem esse material didático.

Para a realização das entrevistas, utilizamos, conjuntamente, a metodologia da história oral e a da educação patrimonial, a partir da articulação entre ensino de história, educação patrimonial e a metodologia da história oral, com o objetivo de problematizar e evidenciar a relevância da cultura da pesca em Itapissuma como elemento histórico-cultural, que deve ser reconhecido, valorizado, registrado, divulgado e patrimonializado. Dessa forma, apresentamos um texto de múltiplas vozes e autorias, sendo os autores os pescadores e pescadoras, alunos e professora.

Itapissuma é uma palavra de origem indígena, que em tupi significava pedra negra, referindo-se às pedras negras e moles existentes à margem do canal de Santa Cruz. Sua evolução se deu de aldeia para povoado, depois a vila (fundada em 1588 por padres franciscanos), distrito (lei municipal nº 11, de 31 de novembro de 1892) e por fim, município (lei estadual nº 8952, de 14- de maio de 1982).

No litoral norte pernambucano, o canal de Santa Cruz é um ambiente estuarino na divisa entre a área continental de Pernambuco e a ilha de Itamaracá. Desde as primeiras ocupações humanas de aldeias indígenas, o canal de Santa Cruz vem oferecendo para a população condições de sobrevivência através da pesca.

Assim, pretendemos contribuir para o registro da história e cultura local e para a abordagem do tema patrimônio cultural no ensino de História.



Lugar



O que representa o canal de Santa Cruz?

"Meu Deus [riso] Isso aí... É uma mãe, depois da minha, não é? O canal de Santa Cruz, porque é a grande firma que a gente tem em Itapissuma. Porque não bota ninguém para fora, só recebe, não é? Aí eu tenho muito orgulho da minha cidade e desse canal. Eu já briguei muito e brigo por esse canal. No ano dois mil, quando o governador do estado, o ex-governador Jarbas Vasconcelos queria dragar aqui para o turismo, que nós brigamos e botamos a draga para correr e não deixamos dragar o canal."

(MOUSINHO, Joana; 2017)

"Rapaz! Representa muita coisa aqui, viu? Se não fosse esse canal de Santa Cruz, muito pai de família passava necessidade, viu? Isso aqui tudo é a mãe, é a mãe natureza. Isso aqui é a mãe de Itapissuma, esse rio aqui. Vou botar assim 80% sustenta a família aqui, esse canal de Santa Cruz."

(CANÁRIO Adelmo; 2017)

"Tudo. O canal de Santa Cruz é a minha vida e a vida da minha família, por que é daí que a gente tira o nosso sustento."

(PAZ, Mirian; 2017)

A Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma

"A colônia Z-10 em Itapissuma foi criada em 1927. As primeiras colônias, quem criou foi a Capitania dos Portos. Agora o sentido da Capitania dos Portos não era para beneficiar pescadores; era para, no futuro, se precisasse de homens pra ir para a guerra, eles pegarem os pescadores. Por isso, no passado, na colônia de pescadores, mulheres não tinham direito nem de chegar à porta."

(MOUSINHO, Joana, 2017)

Joana Mousinho na presidência da colônia de pescadores de Itapissuma

"Foi uma guerra. Vou contar logo da luta das mulheres para poder eu chegar à presidência, não é? As mulheres não tinham direito a chegar à colônia de pescadores, só os homens. Então, nos anos setenta chegou aqui uma freira, a irmã Nilza, ela é paraibana. Ela foi quem fundou o CPP – Conselho Pastoral de Pescadores, junto com frei Alfredo que era um alemão que morreu. Ela vendo que tinha muitas mulheres na atividade da pesca, aí começou a chamar a gente para fazer reuniões na casa dela. E foi um grupo de cinco, depois foi aumentando. Foi quando a gente começou a questionar: por que só homem tinha direito à carteira de pesca, que era na época da SUDEPE e da Capitânia dos Portos. Então ela elaborou um documento, nós assinamos, foi encaminhado para a SUDEPE, que era a Superintendência de Pesca. Encaminharam para Brasília e com um tempo chegou a resposta que a gente mulher podia tirar a carteira, mas eles não deram para a gente. A gente teve que correr atrás. As primeiras mulheres a terem a carteira de pesca, dentro do Brasil, foram as mulheres de Itapissuma dos anos setenta e depois as mulheres de Cabo de Santo Agostinho.

Eu tinha dezoito anos quando comecei a participar dessa luta. Aí eu fiquei no conselho fiscal da colônia, depois do conselho fiscal eu passei para ser secretária, aí quando eu vi que o presidente estava fazendo coisa que não estava agradando, aí eu decidi sair candidata a presidente. Só que, antes disso, uma irmã minha que era secretária, o presidente renunciou e ela assumiu a presidência, aí ela ficou como presidente e fiquei como secretária, mas depois ela não quis mais, aí entrou um homem como presidente e o pessoal não estava muito satisfeito com ele, aí eu disse que ia sair candidata a presidente. E foi uma polêmica muito grande, porque nenhuma mulher podia ser presidente de colônia, só homem, não é? Aí eu elaborei uma chapa só de mulher, só de mulher. E a gente deu de lavagem. [risos]. Mas também, enfrentei pesado aqui dentro."

MOUSINHO, Joana; 2017)

Mirian Mousinho da Paz na vice-presidência da Colônia Z-10

"A minha participação iniciou no ano de 1999. O secretário aqui da colônia, ele foi chamado para trabalhar na pastoral dos pescadores e ficou sem secretária e eu fiquei assumindo o lugar dele e na outra eleição eu já fui eleita como secretária. Depois já passei a ser eleita como presidente, dois mandatos, depois voltei a ser vice-presidente, secretária de novo e hoje eu estou como vice-presidente."

(PAZ, Mirian; 2017)



Joana Mousinho – Presidente da Colônia de Pescadores Z-10 em Itapissuma
Foto: LUCENA, Josirene – 2017

Elementos culturais de Itapissuma

"A cultura de Itapissuma são os pescadores, que são antecedentes lá de muito tempo atrás e até hoje a cultura permanece e a gente tem feito de tudo para que essa cultura vá até...dê continuidade até lá na frente, que não morra e é por isso que estamos aqui na colônia, lutando para que essa cultura dê continuidade."

(PAZ, Mirian, 2017)

"Ciranda, coco de roda, quadrilha, pesca, artesanato."

(MOUZINHO, Joana; 2017)

«É o camarão, a ostra e o marisco, tem a caldeirada, os três mais é o camarão, a ostra e o marisco.»

(CORDEIRO, Genival, 2017)

"O que mais representa a cultura de Itapissuma é a pesca e a caldeirada, que é divulgada por todo o canto. Se não fosse a pesca, não existia a caldeirada."

(PEREIRA, Marcos; 2017)



Foto: aluno Crisvaldo Silva do EJA IV da Escola Estadual Gercina Fernandes - 2017

Acontecimento marcante ocorrido em Itapissuma

"O ocorrido mais marcante de Itapissuma, foi quando Itapissuma passou a ser cidade. É porque a gente dependia de Igarassu. E a luta do povo de Itapissuma, que teve um plebiscito, a gente teve que votar para ver se aceitava ou não. E eu achei isso muito importante dentro de Itapissuma, Itapissuma passar a ser cidade."

(MOUSINHO, Joana; 2017)

"Importante foi quando ela passou a cidade. É, fiquei muito feliz de Itapissuma passar a ser cidade. É! Com Ives Ribeiro. Eu ajudei muito. Chegou a lotar ônibus para levar para o Palácio das Princesas, para pedir. Fui muitas vezes. E quando passou a cidade, oxe! Foi uma coisa muito marcante."

(FERREIRA, Maria; 2017)

"Rapaz, eu era criança quando pegaram um peixe-boi. O pessoal pescando. Deram um lance e veio com ele. Gente preso foi ainda, que era proibido."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)



Foto: aluno Crisvaldo Silva do EJA IV da Escola Estadual Gercina Fernandes - 2017

A Pesca



Como começou a pescar?

"Rapaz, desde os dez anos. Comecei a estudar, mas o negócio começou a apertar muito. Muita gente dentro de casa e pai só era quem trabalhava, aí não tinha condição de segurar tudo não. Aí o jeito que teve foi todo mundo cair na maré. Aí desde os dez anos era tirar sururu, ostra, aí pronto, de lá para cá, foi mais maré."

(CORDEIRO, Genival; 2017)

"Eu comecei aos poucos. Eu comecei a trabalhar na maré, aí eu arrumei um freguês, aí ele disse: "tira umas ostras para mim". Aí eu disse: "Tu paga quanto?" Ele disse: "A cinquenta mil reis". Na época era mil reis. "Cinquenta mil reis a dúzia". Aí eu comecei a tirar por dúzia. Aí com o tempo comecei a vender de balde. Comecei a vender por quinze reais o balde e agora é trinta e cinco."

(SANTOS, Damião; 2017)

O que significar pescar?

"Ser pescadora significa para mim toda a minha vida. Toda a minha história. Por causa dos meus avós, meus pais pescadores, meus irmãos são todos pescadores. Criei meus filhos dentro do canal de Santa Cruz e até hoje sobrevivo do canal de Santa Cruz."

(PAZ, Mirian; 2017)

"Para mim é como se fosse uma lição de vida. Porque é muita provação que a gente tem dentro da maré, dentro d'água, muita provação, aí é uma lição de vida."

(PEREIRA, Marcos; 2017)

"É uma tradição que segura a gente, dá o sustento."

(SANTOS, Damião; 2017)

"Dinheiro, porque eu tiro meu dinheiro da maré... Para mim é ótimo. É divertido. Eu mesmo, eu gosto. Melhor do que certos trabalhos."

(SILVA, Maria; 2017)

"Significa muito. Porque se não fosse através da maré, quando eu era criança eu não saberia o que comer, que hoje em dia só morre de fome quem quer."

(RODRIGUÊS, Leydiana; 2017)

Pescadora ou marisqueira?

"Olhe! Vou explicar para vocês, porque até a previdência social bagunça nisso aí, pescadora ou marisqueira. Toda a marisqueira é pescadora. Porque na pesca...quem pesca siri, coleta sururu, ostra, marisco, todos são pescadores e pescadoras...Agora dentro dessa atividade de pescadora tem a atividade de marisqueira que coleta só marisco, ostreira que tira só ostra, entendeu?"

(MOUSINHO, Joana, 2017)

"Ainda tem o pescador e a marisqueira. Mas é tudo a mesma coisa. Porque Joana mesmo pescou muitos anos com meu pai de sauneiro, de puxar rede de sauneiro. Não tinha companheiro para pescar, parceiro, ela ia, ia para maré de longe, voltava no outro dia, trazia a pescaria, o sustento."

(PAZ, Verônica; 2017)

O que é preciso para ser um pescador?

"Só você prestar atenção como pescar. É difícil, mas quem quer seguir a profissão, é difícil."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)

"É a pessoa aprender e gostar daquilo que faz, porque pra a gente ser uma marisqueira é preciso gostar do que a gente faz. Eu gostei muito. Tive orgulho."

(SILVA, Josileide; 2017)

"Para ser um pescador, primeiro ele tem que estar na atividade. Porque tem gente que chega aqui pra tirar a carteira de pesca, mas só que não é pescador, entendeu? E para ter a carteira de pesca ele tem que estar na atividade."

(MOUSINHO, Joana; 2017)

"Para ser pescador, de fato e de direito, ele tem que se documentar para que lá na frente ele tenha direito a uma pensão, a uma aposentadoria, a um benefício, ele tem que estar documentado na colônia, no ministério e na previdência social."

(PAZ, Mirian; 2017)

"Um bom pescador é saber preservar realmente, porque tem muitos que quando entra dentro do manguezal para pegar ostra, por exemplo, eles não cultivam aquelas que estão nascendo, eles cortam o manguezal com tudo, tiram aquelas que são novas. Eu mesmo quando eu vou para pescaria de siri eu não pego siri pequeno. Eu só gosto de pegar siri grande"

(PAZ, Verônica; 2017)

"Tem que ter disposição e paciência também. Porque o pessoal diz assim: "vou ali, num instante eu pego um peixe". Se fosse assim era muito bom. Tem que esperar a maré secar, tem que sabe a hora da maré, se não, não pega não."

(CORDEIRO, Genival; 2017)

"É preciso usar todos os equipamentos. É preciso saber a hora da maré. É preciso saber se a maré é de manhã ou de tarde. É preciso levar para a maré o balde, sapato, a luva, facão, foice, para tirar ostra."

(RODRIGUES, Leydiana; 2017)

Tipos de pesca



Pesca com rede de arrasto em Itapissuma (2017)

Fotos: aluno Crisvaldo Silva do EJA IV da Escola Estadual Gercina Fernandes - 2017

Pesca de Mangote em Itapissuma (2017)



"Tem pesca de mangote, tem pescador de siri, tem de linha, tem de três malhas, sauneiro, vários tipos de pesca."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)

"Eu pesco de rede de arrasto, eu tenho um mangote, tenho sauneiro e tenho três malhos."

(PEREIRA, Marcos; 2017)

"Poucos ainda vão à vela, mas a maioria é motorizado. Tem as manutenções, a gasolina. Porque tem a pescaria de mangote. São vários homens para puxar aquela rede e tirar da pescaria. Tirar aquela quantidade que é para manter o motor, manter a rede, tem que ter aquela parte que é para a manutenção."

(PAZ, Verônica; 2017)



Pescador Adelmo
ensinando a extrair
o sururu

Foto: aluno Crisvaldo Silva do EJA IV da Escola Estadual Gercina Fernandes - 2017

"Esses brocotois ¹ [mostra as raízes do mangue]. A gente puxa a bucha, dá nessa bucha, o sururu. Ai o pessoal vem com um espeto, aí tira o sururu."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)

¹ Como costumam chamar as raízes do mangue.



Pescador Adelmo
ensinando a tirar o
sururu da bucha

Fotos: aluno Luciano Vitor do 9º B da escola João Bento de Paiva. - 2017

«Com uma foice, no instante tira tudinho, essas ostras aqui...olha as ostras aqui.»

(CANÁRIO, Adelmo;2017)

Ostras no mangue
do canal de Santa
Cruz





Foto: LUCENA, Josirene - 2017

Mulher extraindo
ostra das raízes do
mangue

Pescaria no Alagado

"Eu já trabalhei assim... Com o meu ex-marido, a gente ia para o alagado. O QUE É O ALAGADO? O alagado, a gente deixa a canoa aqui [faz o gesto], fica tudo seco, a maré seca tudo, aí a gente vai. No alagado a gente pegava o quê? Eu pegava siri mole, eu pegava um peixe chamado migula, um peixe chamado tapa, e outro peixe chamado amoreia."

(SILVA, Josileide; 2017)

Pescando Amoreia

"Pescar amoreia era como? Era de noite, uma vizinha minha que me chamou para pescar, a gente levava uma lata e não tem aquele saco de cebola que é todo furadinho, a gente amarrava um pau no meio e botava um aratu aberto, aí cada cá dentro do mangue ficava num lugar, sozinho, uma afastada da outra, um facho, a gente batendo na lata, quando via aqueles peixe, porque a amoreia é aquele peixe bem preto, ali entrava."

(SILVA, Josileide; 2017)

O tempo da pescaria

"Ah! Não tem hora certa para pescar não. Tem dia que a gente vai de quatro horas da manhã, chega de dez horas do dia. Tem dia que sai de seis, chega de seis da noite. Depende da pescaria e o pescado também. Já passei um dia pescando." (CANÁRIO, Adelmo; 2017)

Melhores meses para pescar

"Ah! Os melhores meses para pescar, para mim, é todo mês. Até que no inverno é meio difícil pescar, por causa da chuva. Você está em casa dormindo, chega um batendo na sua porta para pescar quatro, três horas, duas horas da madrugada, chovendo, aí a dificuldade é essa." (CANÁRIO, Adelmo; 2017)

As dificuldades na pesca

"A dificuldade na pesca hoje em dia é: a gente vai para a maré, quando chega aqui, traz o peixe, não tem a quem vender, tem vez que a gente vai para a maré... uma canoa cheia de peixe e não tem a quem vender. Tem vez que a gente vai para a maré e não mata nada, aí a situação fica difícil." (CANÁRIO, Adelmo; 2017)

"Na pescaria, tanto faz você pegar, como você ir e no mesmo tempo voltar com o balde vazio, porque tanto a maré dá como não dá." (PAZ, Verônica; 2017)

"Pescar por aqui é bom, mas do mar para fora vocês não vão não, porque a maresia... A pessoa quer vomitar, quanto mais a pessoa vai para dentro do mar, mais quer vomitar. Tem hora que lá fora mesmo, dentro do mar, que tem que amarrar a pessoa, porque se não amarrar, ele quer pular dentro d'água." (CORDEIRO, Genival; 2017)

"As dificuldades são quando vai para a maré e não encontra o alimento. Você chega lá, aí tem três ou quatro pescadores e marisqueiros, ali no mesmo lugar. Você vai tirar o alimento, aí não consegue, já não tem mais, porque um veio na frente e tirou, aí você não tem mais como tirar." (RODRIGUES, Leydiana; 2017)

A Maré

"A maré grande é maré corredeira. E quando a maré é morta, os peixes encostam mais, e a maré grande ela é corredeira." (ALVES, Maria; 2017)

"Eu já fui quinze dias, no mês, na maré e eu fiz mais de um salário. Se a maré estiver boa, dá uma renda boa. Essa maré que chama de maré pequena, maré morta ela nem seca direito e só fica tudo cheio. Maré boa, às vezes é maré de lua cheia..." (MOUSINHO, Joana; 2017)

"Maré morta é a maré pequena. A maré grande é a que lava o salgado." (FERREIRA, Maria; 2017)

Quais os tipos de peixe que tem no canal de Santa Cruz?

"Tem muitos tipos de peixe, muitos mesmo. Tem tainha, tem saúna, tem camurim, tem a pescada, tem rabo de fogo... Tem um bocado de tipo de peixe. Os peixes mais pescados são: o rabo de fogo, que é o mais pequeno, saúna, tainha, carapeba. O peixe maior que eu pesquei foi arraia." (CANÁRIO, Adelmo; 2017)

"A manjuba está em primeiro lugar, aqui no nosso canal." (PAZ, Mirian; 2017)

Venda de peixe
salgado (manjuba)



Foto: LUCENA, Josirene – Itamaracá/2018.

Venda de
pescados - sirí,
camarão e majuba
em Itapissuma.



Foto: Lucena, Josirene - Itapissuma/2018

Canoa ou baiteira

"A canoa é de um pau só. Os índios cavavam, derrubavam aqueles troncos de árvores, cavava e fazia canoa. E baiteira tem vários tipos, tem caverna, têm várias tábuas."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)



Pescador Adelmo
sendo entrevistado
sentado na sua
baiteira

Foto: aluno Luciano Vitor do 9º B da escola João Bento de Paiva. - 2017

Baiteiras
ancoradas no cais
de Itapissuma



Foto: alunos do 9º da escola João Bento de Paiva - 2017

O que é uma Caiçara?

"A caiçara que nós chamamos é onde guarda os negócios da pesca: o remo, a rede da gente, tudo, os materiais de pesca, a gente chama de caiçara."

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)



Caiçaras das
margens do canal
de Santa Cruz

Foto: aluno Crisvaldo Silva do EJA IV da Escola Estadual
Gercina Fernandes - 2017

Ostras nas raízes
dos mangues do
canal de Santa Cruz



Foto: alunos do 9º da escola João Bento de Paiva - 2017

Pescar e Vender

"Meu pai tinha dois mangotes. Eram dois balaies de camarões torrados com uma tábua [gesto] passada assim com os balaies em cima. Esperando que os matutos viessem de cima para comprar aquele peixe seco e aquele camarão. No quintal era dois jiraus² grandes para secar aquela sardinha, chega ficava amarelo. E eu matei muito a fome dos meus filhos e a minha ai, oia! Nessa maré." (ALVES, Maria; 2017)

"Tinha uns homens chamados matutos, eles se chamavam matutos, eles vinham de Carpina, Limoeiro, eles vinham pegar aqueles sacos de peixe seco. A gente botava dois, três jiraus de peixe. Tinha um peixe chamado espada, a gente se sentava e amanhecia o dia descamando espada. Quando era bagre, eu amanhecia o dia tratando bagre, boca torta. Amanhecia o dia, a gente botava sal para secar. A gente vivia disso também, porque só o dinheiro do meu pai não dava." (SILVA, Josileide; 2017)

² É uma construção de madeira feita com varas sustentadas por estacas cravadas no chão.

Pescadores no
canal de Santa
Cruz



Foto: LUCENA, Josirene - 2017

Pescar e Vender

"E pesquei muito. Foi infância, adolescência, foi tudo na maré, não é? A gente ia para a maré, tirava os crustáceos e minha mãe levava para a feira. Meu pai negociava na Usina São José, que nessa época tinha feira, na usina. Ai meu pai vendia caranguejo na usina e minha mãe vendia ostra, sururu, marisco na feira de Abreu. Somos treze irmãos, ai todos os treze tinham de viver de maré." (FERREIRA, Maria; 2017)

"A maioria dos pescadores daqui entrega a uma pessoa que essa pessoa revende. A gente entrega por um valor e ele ganha aquele valor em cima daquele produto. Geralmente a maioria aqui é assim. Só os ostreiros, que tem muitos que tiram realmente e vão diretamente com o produto negociar." (PAZ, Verônica; 2017)

Transmitindo os conhecimentos da pesca

«**A** minha família toda é pescadora. E meu pai, quando nós éramos crianças, meu pai sozinho junto com minha mãe, para sustentar dez filhos, ele vivendo só da pesca, a gente teve que ir pescar também para ajudar na família. Eu comecei a pescar com oito anos de idade. E também por um caso de sobrevivência. Meus meninos começaram a pescar, eu levava para a maré, três, quatro anos. Não desciam para tirar sururu, mas ficavam dentro da canoa, e quando chegava, que eu cozinhava o sururu, ajudavam a catar. E hoje eu tenho uma bisneta com dois anos...Ai bota o jereré³ dentro do carro de mão, bota a garrafinha de água. “vou esperar tu aqui na grade” Eu digo: “tá”. Quando eu volto: “eu vou ajudar tu vi, vó?”. Ai traz o cesto, bota a lenha para fora, para eu fazer fogo, leva a quenga do coco, que é para cozinhar mais rápido, tudo isso ela faz.”

(MOUSINHO, Joana; 2017)

Jereré e outros
equipamentos de
pesca

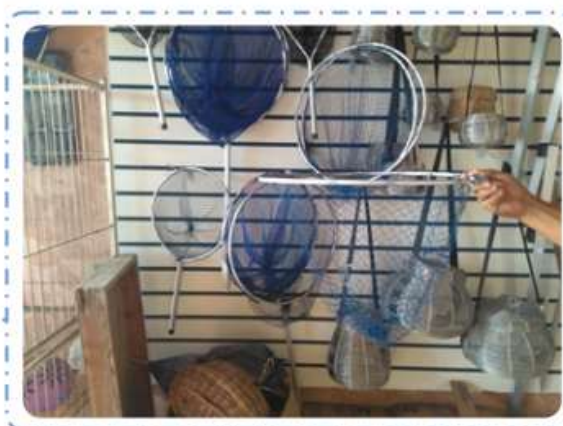


Foto: LUCENA, Josirene - 2017

³ É uma rede em forma de saco, ou cesta, utilizada para pesca de peixes miúdos, camarões, siri e outros crustáceos. É presa a um arco na extremidade de cima, alguns possuem cabo.

Transmitindo os conhecimentos da pesca

"Meus avós eram pescadores. Todas as minhas tias e meus tios, por parte de mãe. Minha mãe era pescadora profissional, meu pai era pescador profissional, meus irmãos são pescadores profissionais... A minha história de vida, a história do meu pai, da minha mãe, do meu avô, a gente vai sempre contar".

(PAZ, Mirian; 2017)

"Eu me tornei marisqueira pela minha mãe que me ensinou desde criança a ser marisqueira. E ali eu fui aprendendo como tirar crustáceos."

(RODRIGUÊS, Leydiana; 2017)

«A metade das minhas tias é tudo pescadora, desde pequena que pesca. Quando a gente era pequena, mãe sempre levou a gente para maré e minhas tias também. Eu ensino sim, porque eu acho que tem que aprender cada coisa da vida, tem que aprender como tirar, porque mais tarde ele pode precisar.»

(RODRIGUÊS, Leydiana; 2017)

Samburá – tipo de cesto para guardar o pescado



Foto: LUCENA, Josirene - 2017

O que é preciso melhorar na pesca em Itapissuma?

"Eu creio que a melhora da pesca era se tivesse um período de parada para devidos tipos de pescado. Se existisse um defeso, um período de parar no período em que o peixe está desovando, no período em que o sururu está crescendo, se houvesse esse defeso, como antigamente tinha do camarão aqui no nosso estado, em outros estados tem, mais aqui hoje não tem mais." (PAZ, Mirian, 2017)

"Quando chegasse o tempo de inverno tinha que ter um tipo de ajuda para esse pessoal que depende diretamente dos crustáceos, porque não tem condições de você se deslocar no tempo de inverno para ir para dentro do mangue pescar. Mês de agosto mesmo é um tempo que venta muito e fica difícil para muitos que pesca. Devia ter pelo menos uma ajuda de um salário, para ajudar o pessoal, não é?" (PAZ, Verônica; 2017)

"Os governos olhassem mais para os pescadores. Desse mais condições para eles pescar. Abrir aqui uma cooperativa para nós pescar, fornecesse rede, material para fazer canoa, que é muito caro canoa." (CANÁRIO, Adelmo; 2017)

"Minha opinião para a pesca em Itapissuma melhorar é tirar os lixos. Ninguém jogar lixo nas marés, no rio, nos mangues." (RODRIGES, Leydiane; 2017)

Trabalho e liberdade

"Minha área de pesca [riso] para mim está em primeiro lugar. Não recebo ordem de ninguém, não cumpro horário, sou patrão de mim mesmo. [riso]. É por isso que eu gosto mais da área da pesca do que de trabalhar de carteira assinada." (PAZ, Mirian, 2017)

"Minha vida é ótima. Muito melhor do que a de muita gente que trabalha pros outros. Eu não troco a maré por trabalho nenhum." (SILVA, Maria; 2017)

Pescar é uma arte

"Para mim é uma arte. Porque você tem que confeccionar seus apetrechos, isso aí já é uma arte, você está dentro de um mangue tirando, extraindo de dentro da lama o sururu, com um espeto, a arte de pegar o siri, de você cozinhar, de você tirar a carinha tudo isso é uma arte maravilhosa. E além de uma arte, uma terapia também, porque quando a gente está ali dentro do canal de Santa Cruz, a gente não está nem aí, quando a gente está lá, o tempo passa que a gente nem sente."

(Paz, Mirian, 2017)

Pescadores
consertando redes



Foto: LUCENA, Josirene - 2017

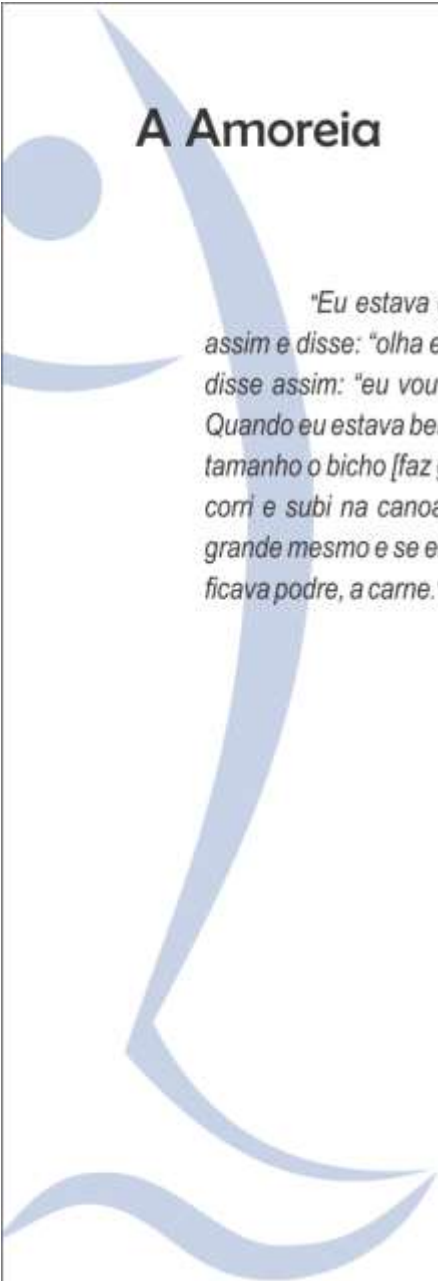
As Histórias



A Força do vento

"Uma coisa que aconteceu foi quando eu fui para a maré, sozinha com meu filho, com cinco anos de idade, estava um vento muito forte aí nesse canal e eu fui na baiteira do meu cunhado, que era pesado para eu remar e ele sentado assim na proa da canoa. E a canoa, quando subia, parecia que não descia e quando descia parecia que não subia e o vento me dominando e os homens no porto gritando para eu voltar que eu ia morrer, que eu não sei nadar. E essas meninas que pesca comigo nenhuma sabe. É. A maioria dos pescadores e pescadoras de Itapissuma não sabe nadar. Eu boio, mas não nado. Ai eu remando para ir para o outro lado e eles, os homens: "volta Joana, volta, tu vai morrer e matar teu filho! Volta". Ai eu disse: "se eu voltar, a canoa vira que o vento estava, ficava contra, e eu vou morrer de todo o jeito, então eu vou remar para frente". Ai eu disse: "meu Deus do céu me ajude". Ai meu filho disse a mim: "oh mãe! a senhora toda a vez não diz a gente que quando a senhora vem pescar, Deus está no seu barco, ele está aqui, reme para a frente que a gente chega lá". Aí aquilo me deu um ânimo, sabe? Porque às vezes quando eu saía o vento estava tão forte que eu dizia: "meu Deus como é que vai ser?" Ai ele dizia: "não vai não". Ai eu dizia: "Eu vou que Jesus está no barco"...porque eu gosto muito daquela parte do evangelho, a pesca milagrosa, sabe? Ai quando ele disse isso me deu um força, sabe? Que eu senti que aquela força não veio de dentro de mim não, sabe? Aí eu botei força, botei, quando eu cheguei do outro lado, que eu me levantei, que fui enfiar a vara para pegar siri, aí eu tremi de tanta força que botei. Ai eu olhei para cara dele e chorei tanto. Ele: "mãe porque está chorando?". "Não, estou chorando de felicidade". Chorando de cansaço e de medo e estava porque eu sabia que eu ia morrer, eu estava no meio do canal, um redemoinho muito forte, o vento vinha de todo lado mesmo. Eu acho que Deus fez aquilo para provar a minha fé, porque quando a gente voltou, o vento estava bem mansinho".

(MOUSINHO, Joana; 2017)



A Amoreia

"Eu estava com um buchão, o meu primeiro filho, aí meu esposo me deixou assim e disse: "olha eu vou ali, naquele pé de mangue ali, arrancar amoreia." Aí eu fui e disse assim: "eu vou descer da canoa e vou também pescar, não vou deixar ele só". Quando eu estava bem ancha, eu vi aquilo saltar assim e vir pro meu lado Menina! Desse tamanho o bicho [faz gesto com a mão] Eu corri viu? "Vixe! Corre que é uma cobra". E eu corri e subi na canoa. Era um peixe chamado amoreia. Ele parece uma cobra, ele é grande mesmo e se ele morde, o povo dizia, minha mãe dizia, que a parte que ele mordida ficava podre, a carne."

(SILVA, Josileide; 2017)

O Mistério do Sururu

"Essa história aconteceu comigo e a minha irmã. Uma história muito estranha, que até hoje eu não entendi. Meu pai tinha saído, minha mãe disse: "minha gente, o pai de vocês está demorando muito, vão por ali ver se vocês matam uns aratus", porque quando a maré fica muito cheia os aratus sobe nos gaiteiros ⁴, aí a gente pegava uma vara e metia o pau neles, aí eles caem, não é? Saiu eu e essa minha irmã. Fomos eu e ela no caminho andando, quando chegou assim, que eu olhei eu disse: "olha que é sururu", aí começou a tirar sururu, num instante, naquela época era ou cesta ou samburá, num instante a gente encheu o samburá. Quando cheguei em casa, mãe: "meninas num instante vocês pegaram sururu, onde vocês pegaram sururu, num instante, a maré cheia?" Eu digo: "mas mãe é muito sururu". Mas tarde mãe foi na casa da minha madrinha, foi na casa da vizinha, foi em outra casa, combinando com o povo para no dia seguinte ir tirar esse sururu. Ai mãe acordou a gente logo cedo e a gente foi tirar esse sururu. Quando a gente chegou lá, não sei como foi aquilo, não tinha sururu, não tinha nada, era areia, salgado. Salgado é um negócio fora da maré. Quando a maré enche, que ela lava o salgado, não é? E quando ela é morta ela não bota no salgado ela bota só até no mangue. Maré morta é a maré pequena. A maré grande é a que lava o salgado. Então foi nesse salgado ai, que antes da gente chegar no mangue a gente encontrou com esse sururu, quando a gente chegou no outro dia Não Tinha, nem a bucha, que ele vem dentro de uma bucha, a gente tira ele e vai saltando a bucha e naquelas bucha é cheia de sururu novinho, aí onde aquela bucha fica vai nascendo outro sururu, não é?".

(FERREIRA, Maria; 2017)

⁴ Manguê-gaiteiro é uma árvore do mangue, cujo nome científico é *Rhizophora*, também é chamada de manguê-bravo, manguê-sapateiro ou manguê-vermelho, esse último devido a cor da sua madeira.

Perdida no Manguê

"A maré tem um mistério. A maré quer respeito. A maré quer limpeza. Meu pai é um homem que quando a gente saía para a maré, ele avisava logo: "olhe, não vai fazer xixi na maré, nada, viu?" Outra vez, aconteceu uma coisa comigo. Eu fui para a maré e quando eu cheguei na maré deu vontade de fazer xixi e eu fiz. Em seguida me perdi, deu um trabalho para meu pai e minha mãe, que os meus irmãos foram buscar meu pai e minha mãe para me encontrar. Ai pai: "Você fez alguma coisa dentro do manguê?" Eu: "fiz xixi." "Foi por isso que o pai do manguê lhe perdeu, o pai do manguê lhe perdeu, maré não é lugar de fazer isso não".

(FERREIRA, Maria; 2017)



Mangue do Caíal de Santa Cruz
Foto: LUCENA, Josirene - 2017

Grávida pescando siri

«Eu estava com oito meses, minha mãe pediu muito que eu não fosse e eu fui pescar, estava ventando muito mesmo e eu consegui atravessar o canal pela graça de Jesus mesmo. Quando eu cheguei lá, que parei a canoa, enfiei as varas, joguei as linhas, comecei a passar mal, pensei que ia ganhar minha filha lá, pescando. E de repente apareceu um colega meu passando. E ele quando me viu passar mal...eu gritei, consegui ainda gritar por ele.. Ai ele escutou e me levou para casa. Quando cheguei em casa minha mãe me proibiu, até ganhar nenê.»

(PAZ, Verônica; 2017)



Raízes do Mangue.
Foto: LUCENA, Josirene - 2017

O Curral e a Arraia

"Quando eu era mais jovem, contaram que um dia desses fizeram um curral, onde o peixe entra, faz o curral, o peixe entra e não sai, ai fizeram o curral em cima de uma arraia. Enfiaram a estaca, as varas, quando foram ver, no outro dia, o curral não estava mais no lugar, a arraia tinha levado para outro lugar".

(CANÁRIO, Adelmo; 2017)

Cinco mil quilos de espadas

"Uma vez eu trouxe uma barco desses, cheio de espada e na minha canoa, uns cinco mil quilos de espada.... Acho que aquilo nenhum pescador fez , mas eu fiz.".

(PEREIRA, Marcos; 2017)



Barcos na margem do Canal de Santa Cruz
Foto: aluno Luciano Vitor do 9º B- Escola João Bento de Paiva -2017

Tecendo redes com o fio da macaibeira

"Olha, agora o povo compra rede pronta, não é? Não tinha nylon. Era o fio da macaibeira, para fazer a rede. Meu pai levava a gente para tirar, ele cortava a folha, chegava em casa, cada moi desse tamanho, botava dentro da bacia, dentro da tina, para abrir, a gente quebrava assim, ela, vinha aquele cabelo, dava que nem um nylon. Eu tinha oito fusos, dois novelos. O povo vinha de Barra de Catuama, de Atapus, dali de Ponta de Pedra, tudo comprar linha aqui. Você não passava numa porta para não ver as mulheres com aquele pau, com aquele cabelo fiando. Aquilo era lavado, amarrado num pau, abria tudinho, tinha uns cacos de pente para a gente pentear e ficar aquele cabelinho, para tirar a borra e fiava, a coisa mais bonita."

(ALVES, Maria; 2017)

Mãe guerreira lutando na maré

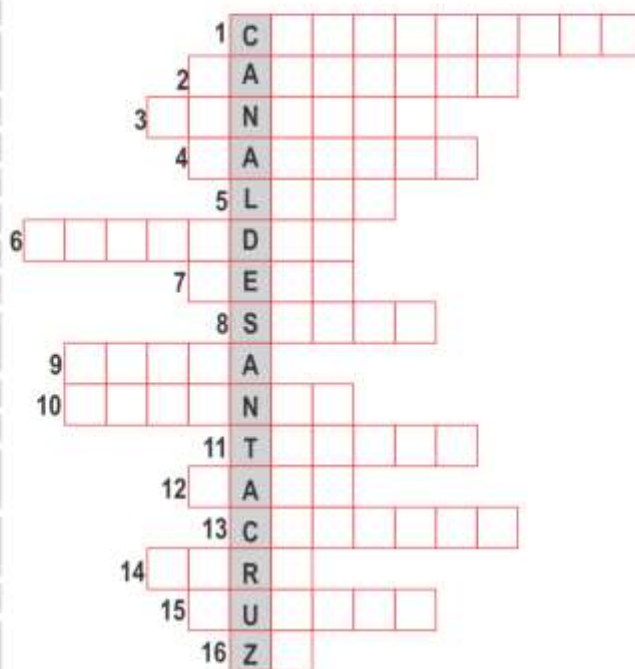
"Quando eu era criança, a minha mãe, ela sempre ia para a maré, ela foi uma mulher muito guerreira. Às vezes não tinha o que comer dentro de casa, ela trazia para dentro de casa um sururu que ela cozinhava com caldo de farinha, não é? E dava para a gente. E ali a gente não morreu de fome porque o sururu sustentou. Para mim ela foi uma mulher muito guerreira, ia para a maré doente, cansada. Seu marido bebia muito, não ajudava e hoje eu sou o que sou por causa dela. E ela acabou morrendo de tanto trabalhar na lama da maré para sustentar os seus filhos."

(RODRIGUES, Leydiana; 2017)

Atividade 1 : CRUZADINHA

D I C A S⁵:

- 1 - Prato típico de Itapissuma
- 2 - Tipo de embarcação muito usada pelos pescadores de Itapissuma
- 3 - Peixe pequeno muito pescado em Itapissuma
- 4 - Tipo de rede de arrasto
- 5 - Tem no mangue
- 6 - Quem pesca do gênero masculino
- 7 - Instrumento de pesca
- 8 - Tipo de peixe
- 9 - Molusco que cresce fixado nas raízes do mangue
- 10 - Tipo de associação regular de pescadores
- 11 - Tipo de peixe
- 12 - Como em Itapissuma chamam a área de abrangência do canal de Santa Cruz
- 13 - Lugar onde os pescadores guardam seus instrumentos de pesca
- 14 - Crustáceo muito pescado em Itapissuma
- 15 - Molusco encontrado enfiado na lama do manguezal
- 16 - Como é denominada a colônia de pescadores de Itapissuma



⁵ Respostas:

1-caldeirada; 2-balieira; 3-manjuba; 4-mangote; 5-lama; 6-pescador; 7-rede; 8-sauna; 9-ostrea; 10-colônia; 11-lamínha; 12-maré; 13-caiçara; 14-siri; 15-sununu; 16-Z-10.

Atividade 2: CAÇA – PALAVRAS

MANJUBA	SIRI
TAINHA	OSTRA
CARAPEBA	MARISCO
SURURU	AMOREIA
ARRAIA	CAMARÃO

A B R S J H A R R A I A M T S V X P F Ç Y H T A D F G L O P Q B I C
 E I N P D A I M A D I T H A B F G H M N L D O R S V I O V A V B A A
 W B Y C D A F X B I T N I B H A T B D I H W M O N B F G M B G S X M
 T I A C D F G L O Q W Y V D H Y R J F F V T R O I B U P A U C B G A
 F B D E F Q G P C B M I U O D A K W Y A M B C D L U G Q H O K D E R
 O M A R I S C O P R I O D S T A C D F G L A P M U O O N K Y R D F Ã
 S E N Q G R O C B D E L C O G U V S D R A B D N W S L K H K M R D O
 T J I E L D O R S V M O B N V W M D S T A C D F G L A P Q W Y V D V
 R L G E C V D T Y H C E F W Q G V C A M I S I R I A D A S C B A R A
 A H A B D I A I A M T S V X D S T A C V D F G L O P Q W Y V D B A O
 P D S M A D I T H A B F G H M N L D O R S V M O H R V W R R H D R F
 G J U D A F X B I T A I N H A L B D I H W M O N B F G H M N L A R L
 S G R M O N V W D B S H T A C D F G L O P Q W Y V D L M N A R O O M
 F B U L F Q G P C B M U O D A K W Y A M B C D L U G Q K D E A D A E
 A Y R W E L G Ç E C G O R D S T A C D F G L A P M U O D A K L O L G
 G P U Q F E I G H I J F A J I U W M O N B F S M A N J U B A R I L N
 W E L G S Ç C V D T A G H E F W G V C R A I L I D E C A R A P E B A
 G Q K D E A M O R E I A O P I R W Y V D A B D I H W M O N A R U A T

Colaboradores- entrevistados



Joana Rodrigues Mousinho

Data de nascimento: 19/02/1956

Idade: 61 anos

Pescadora e presidente da Colônia de Pescadores Z- 10 em Itapissuma.

Mirian Mousinho da Paz.

Data de nascimento: 02/10/1968

Idade: 49 anos

Pescadora e vice-presidente da Colônia de Pescadores Z- 10 em Itapissuma.



Verônica Mousinho da Paz

Data de nascimento: 16/05/1981

Idade: 36 anos.

Pescadora e funcionária da Escola Estadual Gercina Fernandes Rodrigues.

Josilene Cavalcante da Silva

Data de nascimento: 08/12/1960

Idade: 57 anos

Merendeira na Escola Municipal João Bento de Paiva



Maria do Carmo Ferreira

Data de nascimento: 14/07/1953

Idade: 64 anos

Merendeira na Escola Municipal João Bento de Paiva

Maria José Alves

Data de nascimento: 19/09/1933

Idade: 84 anos

Pescadora marisqueira aposentada



Colaboradores- entrevistados



Leidyana Maria Rodrigues

Data de nascimento: 20 /10/ 1982

Idade: 35 anos

Pescadora marisqueira em atividade

Damião Antônio dos Santos

Data de nascimento: 12/08/1955

Idade: 62 anos

Pescador ostreiro em atividade



Marcos Araújo Pereira

Data de nascimento: 10/10/1967

Idade: 50 anos

Pescador em atividade

Adelmo José Canário

Data de nascimento: 11/06/1967

Idade: 50 anos

Pescador em atividade



Genival João Cordeiro

Data de nascimento: 15/08/1965

Idade: 52 anos

Pescador em atividade

Maria Josefa dos Santos Silva

Data de nascimento: não informada

Idade: não informada

Pescadora marisqueira em atividade

imagem não
fornecida

Lista das entrevistas:

CANÁRIO, Adelmo José (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Douglas Resende da Silva, Douglas Bezerra dos Santos, Luiz Felipe Pereira, Glebson da Costa Cordeiro, João Vitor da Silva Vieira, Andrew Lucas Nascimento, Kauan Marques Seabra do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

CORDEIRO, Genival João (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Luciano Victor G. Souza, Cristiano da Silva Bezerra, José Paulo França dos Santos do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

ALVES, Maria José (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Ivanilson Ryan B. de Oliveira, Jussara Maciel do Nascimento e Micaelly Bandeira da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

FERREIRA, Maria do Carmo. (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

MOUSINHO, Joana Rodrigues. (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos Daniel Pereira da Silva, Luiz Felipe Pereira, Ivanilson Ryan de Oliveira e Paula Kadja da Silva do 9º do fundamental – Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PEREIRA, Marcos Araújo (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Cristiano da Silva Bezerra, Luciano Vitor G. de Souza e José Paulo França dos Santos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PAZ, Mirian Mousinho da (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel F. Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

PAZ, Verônica Mousinho da (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza Inocêncio de Lucena e alunos Emily Karine das Neves, Alef Gabriel Gomes e Samira Raiane Santos Mota do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

RODRIGUES, Leidyana Maria (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Jadson André da Silva, Paulo Henrique, Carlos Lucas V. Gonçalves, Leonardo de Oliveira Martins e Alessandro José Nascimento de Melo do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SANTOS, Damião Antônio dos (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Adriele L. de Pontes, Geniffer Abreu da Silva, Paula Kadja da Silva, Bianca Moura Santos e Livia Rosendo dos Santos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SILVA, Maria Josefa dos Santos (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a equipe de alunos: Daniel Pereira da Silva, Yasmin Meneses Soares, Jayane Fabricia da S. Barros, Cristiane Oliveira de Souza e Tatiane Tomas Pacheco do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

SILVA, Josilene Cavalcante dos Santos (depoimento, 2017). Itapissuma –PE. Entrevista concedida a Josirene Souza I. de Lucena e alunos do 9º do fundamental - Escola Municipal João Bento de Paiva. 2017.

Créditos:

Escola Municipal João Bento de Paiva

Professora/Pesquisadora:

Josirene Souza I. de Lucena

Alunos 9º A e 9º B - 2017 Colaboradores:

1. Andrew Lucas Nascimento
2. Alef Gabriel F. Gomes
3. Alexsandro José Nascimento de Melo
4. Adrielle L. de Pontes
5. Alice Vitória da Silva Alves
6. André Santos da Silva
7. Bianca Moura Santos
8. Bruno Vinicius Martins da Silva
9. Carla Almeida da Silva
10. Cristiane Oliveira de Souza e
11. Cristiano da Silva Bezerra
12. Carlos Lucas V. Gonçalves
13. Everton Vinicius Martins da Silva
14. Daniel Pereira da Silva
15. Douglas Resende da Silva,
16. Douglas Bezerra dos Santos
17. Emily Karine das Neves
18. Glebson da Costa Cordeiro
19. Geniffer Abreu da Silva
20. Ivanilson Ryan B. de Oliveira
21. Igor Eduardo da S. de Lima
22. Jayane Fabrícia da S. Barros
23. Jadson André da Silva
24. João Vitor da Silva Vieira
25. José Paulo França dos Santos
26. Jussara Maciel do Nascimento
27. Jefferson Vinicius B. da Silva
28. Kauan Marques
29. Kelven Lucas Silva de Lima
30. Lais Kamilly dos Santos
31. Leonardo de Oliveira Martins
32. Luiz Felipe Pereira
33. Luciano Victor G. Souza
34. Livia Rosendo dos Santos
35. Micaelly Bandeira
36. Midian Talyta M. Nascimento
37. Nataly Silva Pereira
38. Paulo Henrique Rodrigues
39. Paula Kadja da Silva
40. Samira Raiane Santos Mota
41. Tatiane Tomas Pacheco
42. Yasmin Meneses Soares

Diagramação:

Danielly Francisco

História de
*Pescadores
Pescadoras*
da Pedra Negra